MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ENCE – ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM ESTUDOS POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO - POPULAÇÃO, SOCIEDADE E TERRITÓRIO: TEORIA E PRÁTICA DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR.

Taiana Santos Jung Teodosio

ESPAÇO MARÉ: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

Rio de Janeiro

Novembro de 2006

Taiana Santos Jung Teodosio

ESPAÇO MARÉ: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

Dissertação submetida à obtenção do grau de Mestre
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ENCE - Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais
Área de Concentração III: População, sociedade e território: teoria e prática de pesquisa interdisciplinar.

Orientadora: Professora Neide Lopes Patarra, D. Sc.

Co-orientador: Professor Cesar Ajara, D. Sc.

Rio de Janeiro

Novembro de 2006

Taiana Santos Jung Teodosio

ESPAÇO MARÉ: HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS

Dissertação submetida ao corpo docente do programa de mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da área de Concentração: População, sociedade e território: teoria e prática de pesquisa interdisciplinar da Escola Nacional de Ciências Estatísticas como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

Aprovada por:

_____

Professora Neide Lopes Patarra, D. Sc.

_____

Professor Cesar Ajara, D. Sc.

_____

Professor Paulo de Martino Jannuzzi, D. Sc.

_____

Professor Jailson de Souza e Silva, D. Sc.

Rio de Janeiro, 09 de Novembro de 2006.

Dedico este trabalho ao grande amor
da minha vida. Companheiro de
todos os momentos.
Rui Marcos

AGRADECIMENTOS

[...] Pois de tudo fica um pouco.
Fica um pouco de teu queixo
no queixo de tua filha.
De teu áspero silêncio
um pouco ficou, um pouco
nos muros zangados,
nas folhas, mudas, que sobem.
Ficou um pouco de tudo
no pires de porcelana,
dragão partido, flor branca,
ficou um pouco
de ruga na vossa testa,
retrato.
Carlos Drumonnd de Andrade, Resíduo.

Um pouco de cada um de vocês amigos e amigas queridos e queridas, existe em minha essência, assim como neste trabalho. Seja pelo incentivo, pela compreensão da minha **abstinência social** (risos), pelos poucos e/ou muitos momentos dedicados a escutar-me a falar da dissertação, pela leitura e sugestão, pelo sorriso, o abraço, a oração ou simplesmente por vocês existirem em minha vida e deixarem um pouco do calor das vossas amizades em meu coração.

Obrigada:

À Neide (orientadora) por acreditar em minhas idéias e construir ao longo desses meses não só uma amizade, mas um trabalho de pesquisa que é fruto do processo da construção da minha vida acadêmica;

Ao César (co-orientador) pelo carinho, amizade, atenção e a disposição em co-orientar-me com tamanha confiança;

A Banca Examinadora pelo aceite e disponibilidade;

Aos professores do programa de pós-graduação ENCE, pelas aulas, discussões, incentivos, bate-papos, sugestões e indicações de leituras;

Ao Professor Senna, pelas tardes de terça-feira dedicadas à revisão gramatical e aos papos poéticos que tanto me inspiraram. “O português são dois; o outro, mistério.” Carlos Drumonnd de Andrade;

À Turma Mestradence 2004, que não foi apenas uma turma de colegas, mas de amigos e amigas, em especial:

Débora, Ludmilla, Samantha, Leonardo, Juciano, Salomão e Vanderson, por ajudarem de alguma forma e com muito carinho no desafio que foi escrever o capítulo 3 deste trabalho;

Edilma, pela contribuição “sociológica” e amizade;

Ao IBGE, pela disponibilidade dos dados e por ter concedido a bolsa de auxílio à pesquisa;

Aos funcionários da ENCE, em especial Neuza, Marilene e Suely;

À equipe do Observatório de Favelas da Maré: Barbosa, Jailson, Mário e Wellen por terem socializado os dados, idéias e os vossos trabalhos de pesquisa;

Aos colegas e amigos(as) do Projeto Cidadania Ambiental – Niterói e do Projeto de Olho no Ambiente pela força. Em especial, Bianca, Kathya, Guida e o Profº José Luiz;

Aos alunos e aos colegas professores da graduação em Geografia da UERJ-FFP, pelas reflexões;

Ao grupo de trabalho e estudo sobre favela e comunidade que mal começou, mas deixou suas contribuições: Danielle, Marília Teresa, Oswaldo, Bruna, Rejany, Ana Dalva e Vânia;

À Cezira, da Biblioteca do Instituto de Geociências UFF, pelas dicas e, principalmente, por “quebrar meu galho”;

Á Maria Luciana e Suzane, pelo apoio.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A Deus, por ter me dado força para chegar até aqui. “[...] quando pedimos alguma coisa conforme o seu projeto, ele nos ouve.” (1 João, 4:14)

Ás minhas mães: Solange, Aldivina e Adelina.

Ao meu pai, Jaques.

Aos sogros: Helena e Irismar.

Aos meus cunhados, Jorge e Maria, pelo apoio.

Os navegadores antigos tinham uma frase gloriosa:

"Navegar é preciso; viver não é preciso"

Quero para mim o espírito desta frase,
transformada a forma para casar como eu sou:

Viver não é necessário; o que é necessário é criar.
Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso.
Só quero torná-la grande,
ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a lenha desse fogo.

Só quero torná-la de toda a humanidade;
ainda que para isso tenha de a perder como minha.
Cada vez mais assim penso.

Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue
o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir
para a evolução da humanidade.

É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.

Fernando Pessoa, Navegar é Preciso.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo contextualizar o processo da produção espacial da Maré, mediante a reconstrução histórica e geográfica da dinâmica da produção do espaço favela no Município do Rio de Janeiro. Para tanto, a pesquisa foi norteada pela concepção teórico-metodológica da categoria/conceito de análise espaço geográfico que permitiu o entendimento das espacializações desenvolvidas pelos moradores da Maré através das diferentes escalas de observação (Município, Região Administrativa/Bairro, Favela).

O trabalhou primou por uma reflexão que evidencia o movimento dialético que é estabelecido entre a sociedade e a sua espacialidade. De modo que a exteriorização do espaço geográfico seja percebida através das diferentes formas espaciais, onde tais formas assumem uma existência, a partir dos valores e sentidos (função) que esta sociedade lhe atribuiu.

Neste estudo, as favelas da Maré se apresentam como um exemplo de grande importância para ilustrar as diferentes práticas sociais e espaciais construídas pelos distintos atores que produziram este espaço. Tal afirmativa foi contextualizada por meio de uma retrospectiva de sua formação e consolidação e também, mediante aos dados relacionados às condições de vida e de habitação da população residente na Maré no ano de 2000.

Para isso, foram utilizados dados provenientes do Censo Demográfico IBGE 2000, assim como informações dos Censos Maré 2000 e do “Maré 2000: As Empresas da Maré” e dos Institutos Pereira Passos (IPP) e de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). As informações selecionadas para esse conjunto de indicadores levaram em conta não só o volume populacional e o crescimento, mas também, a estrutura etária, a educação, a migração, a habitação e o rendimento.

Palavras-Chave: Práticas espaciais, Cidade, Favela, Maré.

ABSTRACT

To present research has as objective to context the process of the space production of the Mare's Slums, by means of the historical and geographical reconstruction of the dynamics of the production of the space slum in the Municipality of Rio de Janeiro. For so much, the research was guided for the theoretical-methodological conception of the category / concept of analysis geographical space that allowed the understanding of the different spaces produced by the inhabitants of the Mare's Slums through the different observation scales (Municipality, Administrative Area / Neighborhood, Slum).

This research excelled for a reflection that evidences the movement dialectics that is established between the society and it space. So that the externality of the geographical space is noticed through the different space forms, where such forms accepting an existence, starting from the values and senses (function) that this society attributed it.

In this study, the Mare's Slums come as an example of great importance to illustrate the different social and space practices built by the different actors that produced the Mare's Space. We contextualize such affirmative by means of a retrospective of its formation and consolidation and also, through the data related to life and habitation conditions of the population living in the Mare's Slum in the year of 2000.

For that, we used sources from the Demographic Censuses Date IBGE 2000, Mare Censuses 2000 and " Mare 2000: Mare's Companies ", as well as information provided by Pereira Passos Institute (IPP) and Applied Economic Research (IPEA). The information selected for that group of indicators took into account not only the populacional volume and the growth, but also, age structure, education, migration, habitation and income.

Key-Words: Space practices, City, Slum, Maré.

SUMÁRIO

Introdução **13**

Capítulo 1 Considerações históricas da organização espacial da cidade do Rio de Janeiro: Um enfoque na natureza do espaço favela **16**

1.1 A cidade do Rio de Janeiro no tempo e no espaço **16**
1.1.1 A Reforma Pereira Passos 22
1.1.2 A transformação da cidade a partir da Reforma Pereira Passos 29

1.2 A favela **34**
1.2.1 A natureza do espaço favela 35
1.2.2 Práticas espaciais: as políticas intervencionistas, a organização dos moradores e a institucionalização da favela 42

Capítulo 2 Gênese da Maré **56**

2.1 Contextualização **57**
2.1.1 Um resumo do processo de ocupação das seis primeiras comunidades que constituíram a favela da Maré 61

2.2 A Maré depois de 1980 ..... **72**

2.3 Algumas práticas espaciais na Maré **74**

Capítulo 3 A Maré Atualmente **79**

3.1 A Região Administrativa – RA Maré **81**

3.2 Características Populacionais e Habitacionais: uma comparação entre o Município do Rio de Janeiro e a RA Maré. **84**
3.2.1 A população: Volume, crescimento e estrutura etária. 84
3.2.2 A população: Características da educação 91
3.2.3 A população: Rendimento 98
3.2.4 A população: Migração 103
3.2.5 Condições de Infra-estrutura Urbana 107

3.3 Confluências e disparidades intra-Maré. **109**
3.3.1 A população: Distribuição por comunidade 111
3.3.2 A população: Características da educação 115
3.2.3 A população: Rendimento 118
3.2.4 A população: Migração 121
3.2.5 Habitação 122

3.4 Comentário sobre as disparidades e confluências da Maré **128**

4 Considerações Finais **131**

5 Bibliografia 133

APÊNDICE A - Informações sobre o CEASM e o Censo Maré 2000 142

APÊNDICE B – Tabela do Gráfico 7 151

APÊNDICE C – Tabela do Gráfico 10 152

APÊNDICE D – Tabela do Gráfico 11 153

APÊNDICE E – Tabela do Gráfico 12 154

APÊNDICE F – Tabela do Gráfico 13 155

APÊNDICE G – Tabela dos residentes por favelas da Maré, segundo total de pessoas, domicílios e infra-estrutura, 2000. 156

ANEXO A – Resumo da legislação das Divisões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro por Áreas de Planejamento, segundo suas Regiões Administrativas e Bairros - Área de Planejamento 3 157

ANEXO B – Algumas Imagens da Maré 164

ANEXO C – Principais represent(ações) sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro 167

Introdução

> Uma cidade, uma campina, de longe são uma cidade e uma campina; mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, grama, formigas, pernas de formigas, ao infinito[...] (LEPETIT, 2001, apud LIMONAD;LIMA, 2003, p.26)

A prática da pesquisa embora contenha momentos de solidão é uma tarefa social; o trabalho aqui apresentado foi resultante do exercício da interdisciplinaridade, uma tarefa que não foi simples e que muitas vezes encontrou obstáculos em nossa resistência de aceitar outras visões ou até mesmo em tentar compreendê-las. Nesse sentido, entendemos que a realidade é uma totalidade complexa e também é preciso conceber o conhecimento como totalidade no sentido de ter uma visão do real que é por essência natural e social.

A presente dissertação tem como objetivo contextualizar o processo da produção espacial da Maré, mediante a reconstrução histórica e geográfica da dinâmica da produção do espaço favela no Município do Rio de Janeiro. Para tanto, a pesquisa será norteada pela concepção teórico-metodológica da categoria/conceito de análise **espaço geográfico** que permitirá o entendimento das espacializações desenvolvidas pelos moradores da Maré através das diferentes escalas de observação (Município, Região Administrativa/Bairro, Favela).

Dito isso, pretendemos desenvolver uma reflexão que evidencie o movimento dialético que é estabelecido entre a sociedade e a sua espacialidade. De modo que a exteriorização do espaço geográfico possa ser percebida através das

diferentes formas[1] espaciais, onde tais formas assumem uma existência, a partir dos valores e sentidos (função) que esta sociedade lhe atribui. É importante ressaltar que a compreensão da forma espacial, só é possível através da reconstrução do processo social que a constituiu.

Já para apresentarmos o espaço Maré contemporâneo, servirmos-nos da composição das informações qualitativa e quantitativa e, para isso, utilizamos o Censo Demográfico IBGE 2000, além das informações do Censo Maré 2000 e do Censo Maré 2000: As Empresas da Maré, dos Institutos Pereira Passos (IPP) e de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Vale ressaltar, que este momento do trabalho não foi fácil articular todas as informações disponíveis para que encontrássemos as respostas para as nossas questões, pois utilizamos bancos de dados diferentes e com isso, tínhamos que respeitar os limites, não só dos dados e metodologias, mas os nossos também.

Esperamos com esse detalhamento contemplar as especificidades da produção e organização espacial da Maré, assim como a identificação da distribuição da população e dos aspectos de infra-estrutura urbana mediante as diferentes escalas de observação. Para isso, organizamos o trabalho, que ora apresentamos, em três partes[2]:

> O todo sem a parte não é todo,
> A parte sem o todo não é parte,
> Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
> Não se diga, que é parte, sendo todo.
> Gregório de Matos

---

[1] "Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, porém, relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade." (SANTOS, 1985, p.52)

[2] Entendemos que a possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte de um todo, pode ser compreendida pela concepção dialética da totalidade aberta e em movimento, partindo desse ponto de vista, as partes devem interagir com o todo para a criação da unidade.

Primeira parte - **Capítulo 1** - Traz uma abordagem histórica e geográfica acerca da organização espacial da cidade do Rio de Janeiro, além de reunir elementos para apresentar a favela enquanto organização espacial e produto articulado das diferentes relações sociais estabelecidas no espaço da cidade.

Segunda parte - **Capítulo 2** - Tem o objetivo de apresentar o processo das diferentes formas de ocupação da Maré, também conhecida como Favela da Maré, Complexo da Maré, entre outras nomenclaturas. Assim, imergimos na história das seis primeiras comunidades que ali se instalaram e deram forma e vida ao espaço Maré.

Terceira parte - **Capítulo 3** – Com o objetivo de aumentar a visibilidade da atual organização espacial da Maré, comparamos a RA Maré com o Município do Rio de Janeiro e posteriormente intra-Maré, utilizando indicadores que foram as ferramentas responsáveis pela identificação de algumas das condições de vida e de infra-estrutura urbana da população aí residente no ano de 2000.

Capítulo 1 Considerações históricas da organização espacial da cidade do Rio de Janeiro: Um enfoque na natureza do espaço favela *

As cidades, como os sonhos, são construídas por
desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu
discurso seja secreto, que as suas regras sejam
absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas
as coisas escondam uma outra coisa.
Italo Calvino

Este capítulo tem a finalidade de trazer informações históricas e geográficas acerca da organização espacial da cidade do Rio de Janeiro; além, de reunir elementos para contextualizar a favela, enquanto organização espacial e produto articulado das diferentes relações sociais estabelecidas no espaço da cidade.

Também apresentamos uma abordagem introdutória sobre os conceitos[3] de espaço geográfico e território e focalizamos as nossas análises nas práticas espaciais.

As informações e reflexões da temática, aqui, proposta foram conjugadas em dois eixos: a cidade do Rio de Janeiro no tempo e no espaço e a natureza do espaço favela.

1.1 A cidade do Rio de Janeiro no tempo e no espaço

---

* Capítulo elaborado mediante a seleção de bibliografias de autores geógrafos e outros de temas afins.

3 É importante ressaltar que este capítulo não tem a pretensão de travar uma discussão epistemológica dos conceitos/categorias de análise apresentados.

Em 1556, foi fundada a cidade do Rio de Janeiro no morro Cara de Cão, entrada da baía de Guanabara, depois foi transferida para o morro do Castelo em 1567. A Rua Direita, atual 1° de Março foi, por muito tempo, a principal via de circulação da cidade.

Mudanças expressivas na organização espacial da cidade só foram perceptíveis, a partir de 1763, quando o Rio de Janeiro transformou-se na capital da colônia; este processo foi resultante do deslocamento do eixo econômico e político de Salvador para o Rio, motivado pelo declínio do cultivo da cana-de-açúcar, da ascensão da atividade de extrativismo mineral nas Minas Gerais, da transferência da corte de Portugal para o Brasil e depois, com a cafeicultura no Vale do Paraíba, quando o porto do Rio passou a ser o elo de comunicação do Brasil com o mundo.

Com a chegada da corte portuguesa em 1808 e a ascensão do Brasil de Colônia para Reino Unido (1815), a capital passou por transformações que foram orquestradas pelo rei D. João VI. A comitiva real, composta de aproximadamente 15 mil pessoas, desembarcou no Rio de Janeiro, encontrando uma população de pouco mais de 50 mil habitantes (ABREU, 1997), reunida em uma cidade que apresentava condições insalubres de moradia. Desta forma, foi imperativo civilizar o Rio de Janeiro com o propósito de adequá-lo as novas demandas da corte e sobretudo ao seu novo papel político-admistrativo.

A desordenada e antiga colônia – o Brasil passa a ser Reino Unido de Portugal e Algarves – teve, então, uma sucessão de novos empreendimentos, objetivando atender uma classe social até então inexistente; essas mudanças representaram reformulações, tanto no âmbito físico, como no campo das relações sociais, pois novas atividades seriam desenvolvidas na sede do Reino Unido como, por exemplo, aquelas relacionadas às áreas política, econômica e ideológica.

Como estratégia para a produção de uma nova imagem para o Rio de Janeiro, o rei D. João VI promoveu ações que transformaram o uso e a ocupação do espaço da cidade; dotando-a com novas funções. A partir deste propósito, ele consentiu e construiu obras e concessões de diferentes naturezas, tais como: a instalação de manufaturas e de uma fábrica de pólvora; autorizou o funcionamento da Imprensa Régia, da Real Academia dos Guardas-marinha, do Banco do Brasil; inaugurou a Biblioteca Real (embrião da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), a Escola de Ciências, Artes e Ofícios, o Jardim Botânico, a Academia Militar, erguida no Largo de São Francisco; criou hospitais, escolas e repartições públicas e trouxe uma missão artística francesa, tendo como um dos seus elementos Debret, que tinha como papel ser o "pintor da história", um cronista dos costumes e gentes do Brasil. (ABREU, 1997)

A vinda da corte portuguesa, sem dúvida, apresentou ao Brasil e especialmente ao Rio de Janeiro costumes e modos do mundo dito civilizado que até então não eram comuns na antiga colônia. A segregação sócio-espacial pode ser vista a partir dessas ações.

Em 1822, foi proclamada a Independência do Brasil; a cidade do Rio de Janeiro não apresentou mudanças estruturais: o poder agrário e a escravidão, pouco se alertaram.

O Centro do Rio de Janeiro foi endereço, por muito tempo, da população dita miserável, pois sem o poder da mobilidade através do transporte de elite (bonde), precisava morar[4] próximo aos locais que ofereciam trabalho.

[4] Neste caso, a moradia era o cortiço, uma habitação coletiva e dita insalubre.

Figura 1: Bondes Elétricos do Rio de Janeiro.

Fonte: Cartão Telefônico do Sistema Telebrás – Série Bondes.

"O primeiro bonde do Rio de Janeiro circula, puxado a burro, em 30 de janeiro de 1859, ligando o Largo do Rocio (atual Praça de Tiradentes) a um local perto da atual Usina, na Tijuca, num trajeto de 7 km de comprimento. Mas tarde esta linha tem a tração animal substituída pela do vapor em setembro de 1862 - o que leva a companhia exploradora do serviço à falência e à extinção do serviço em 28 de novembro de 1865.
Três anos depois, em 8 de outubro de 1868, inaugura-se o primeiro trecho da linha de bondes da *The Botanical Garden Rail Road Company* ligando a esquina da ruas do Ouvidor e Gonçalves Dias, no Centro, ao Largo do Machado, no Catete; e em 19 de janeiro de 1870, a recém-criada companhia Rio de Janeiro *Street Railway* reabre a linha da Tijuca, sendo novamente usada a tração animal.
Está criado, na cidade do Rio de Janeiro, um sistema de transportes públicos sobre trilhos - que passarão aqui a ser conhecidos por bondes - e que irá permanecer (com muitas alterações, naturalmente) até os dias de hoje!" (sic.)
<http://usuarios.lycos.es/emidiogarde/eletricos/bondrj.htm>.

Na segunda metade do século XIX, configurou-se um novo período de expansão, caracterizado não só pela incorporação de novos sítios à área urbana, como também pela intensificação da ocupação das freguesias periféricas e a abertura de novas vias de acesso aos lugares mais distantes do Centro.

O bonde e o trem foram responsáveis por uma nova distribuição espacial da cidade, aproximando os lugares longínquos e abrindo oportunidades para a expansão do tecido urbano. A partir dessa lógica, a aristocracia se deslocou do antigo Centro urbano e seguiu em direção à Lapa, Catete, Tijuca, Glória, Botafogo e São Cristóvão, deixando no núcleo central antigos casarões. Os meios de transportes, o bonde e o trem, de maneira prática e seguindo a lógica da especulação do capital imobiliário possibilitaram a expansão da cidade, onde deflagrou a dicotomia núcleo-periferia no espaço urbano, assim como a segregação sócio-espacial dos moradores da cidade.

> A separação só foi possível, entretanto, devido à introdução do bonde a burro e do trem a vapor que a partir de 1870, constituiriam-se nos grandes impulsionadores do crescimento físico da cidade [...] haja vista os usos e as classes *nobres* tomam a direção dos bairros servidos por bondes (em especial aqueles da Zona sul). Por outro lado, para o subúrbio passam a se deslocar os usos *sujos* e as classes menos privilegiadas. (ABREU, 1997, p.36 – grifos do autor)

A independência política, o reinado do café e a abolição da escravidão geraram uma fase de expansão econômica, atraindo um grande número de trabalhadores livres - internos e externos - e capitais internacionais interessados em novas áreas de investimentos, principalmente no setor de serviços públicos com ênfase para os transportes: trem e bonde.

> A abolição da escravatura e a proclamação da República representaram um movimento de reajustamento do Brasil aos novos interesses imperialistas que passaram a ser ditados, então pelo capitalismo industrial. (AMADOR, 1997, p.315)

A imposição da Inglaterra para a eclosão de tal processo, visava à criação de um mercado consumidor que no Brasil foi ampliado com o grande fluxo de imigrantes europeus que substituíram a mão-de-obra escrava, trazendo um novo modelo de relação de trabalho[5]. Porém, o modelo escravista no Brasil, ainda perdurou por mais de 30 anos depois da abolição.

> A cidade do Rio de Janeiro, seria a primeira experiência em larga escala de transformação de uma cidade colonial em uma metrópole capitalista. Na segunda metade do século XIX, as riquezas geradas com a expansão da cultura cafeeira e com a abolição do tráfico negreiro em 1850, ficariam em parte disponíveis, tornado-se capitais excedentes, passaram a ser transferidos para o Rio de Janeiro e reaplicados em outros empreendimentos econômicos urbanos, como ferrovias, bondes, bancos, instalações portuárias, estaleiros, indústrias e empresas imobiliárias. (Ibid., p.317)

O quadro político-econômico que se instaurou no final do século XIX - crise no setor cafeicultor do Vale do Paraíba -, foi responsável pelo deslocamento de mão-de-obra para a capital (imigrantes e escravos libertos) e resultou no agravamento do problema habitacional do Rio de Janeiro[6].

---

[5] Nos período entre 1884 e 1934, imigraram para o Brasil aproximadamente 3.285.718 imigrantes, sendo a grande maioria representada por: italianos, portugueses e espanhóis (AMADOR, 1997).

[6] Entre 1870 e 1890, a população urbana quase duplicou, passando de 226 mil para 552 mil pessoas. (CENSO MARÉ, 2000, p.14)

Sendo assim, a incompatibilidade da estrutura da velha cidade colonial com as novas formas de articulação urbana impostas pela ordem econômica que se instaurava abriu o caminho para a realização das grandes reformas urbanas que inseriram a cidade e o país nos novos modelos de modernidade predominantes na Europa no século XIX.

1.1.1 A Reforma Pereira Passos

Figura 2: Rodrigues Alves, Pereira Passos e Oswaldo Cruz.

Fonte: Nosso Século,1985, p.48.

A indicação de Pereira Passos para a prefeitura do Distrito Federal foi o início dos grandes projetos de reestruturação espacial da cidade do Rio de Janeiro; o prefeito Pereira Passos, em um período de quatro anos (1902-1906), realizou com

o apoio da União, uma reforma urbana para entrar na história da cidade. A reforma tinha como principais objetivos:

- Agilizar o processo de importação/exportação de mercadorias (base da economia da época);
- Criar uma nova capital com obras suntuosas, em condição de igualdade com Buenos Aires e Montevidéu que simbolizasse a importância do país como o maior produtor de café do mundo, moderno e cosmopolita;
- Valorizar o solo urbano, atendendo aos interesses das classes dominantes, alterando formas, funções e conteúdo social;
- Transferir, remodelar e ampliar o Porto do Rio de Janeiro.

> Apelidado de **Haussmann Tropical**, semelhança de seus planos com os da remodelação de Paris no século XIX, Pereira Passos foi também chamado de Bota-Abaixo, pela realização de inúmeras intervenções, como alargamento e abertura de ruas, que exigiram a demolição de cerca de 1.700 imóveis, em nome da transformação do Rio de Janeiro numa metrópole moderna. (MEMÓRIA DA DESTRUIÇÃO, 2002, p.11 – grifo nosso)

Para o projeto de embelezamento do Rio, o Centro da cidade seria o palco das transformações e como justificativa para explicar o tumulto que representaria a transferência das populações do Centro e as demolições maciças necessárias à construção de novos edifícios de padrão internacional. As autoridades alardeavam a urgência de obras que visassem ao saneamento[7] e à higiene para a erradicação da varíola, febre amarela, malária e demais afecções pulmonares.

---

[7] bota - abaixo : destruição generalizada e autoritária das edificações consideradas insalubres.

> Como isso mudou! Então de uns tempos para cá, parece que essa gente está doida, botam abaixo, derrubam casas, levantam outras, tampam umas ruas, abrem outras [...] (BARRETO LIMA apud Ibid., 2002, p.11)

Uma marca do programa de melhoramento e embelezamento da capital foi a construção de prédios culturais e a concentração das obras nas Zonas Centro e Sul, ratificando a intenção de valorização dos terrenos em questão. A construção da avenida Beira Mar confirmou a estratégia de expansão da cidade. A integração de Copacabana ao espaço urbano também foi promovida pelo Poder Público[8], através do túnel do Leme (1906) e da construção da avenida Atlântica.

> Por outro lado a cidade e o espaço, que haviam se transformado em mercadoria, são cobiçados por grandes interesses. Grandes obras, grandes projetos eram exigidos e disputados por empreiteiros, construtores e outros grupos de capitalistas burgueses. O próprio aparelho do Estado era infiltrado por estes interesses, tornando o favorecimento uma prática regular do serviço público. O mais entusiasmado executor dos projetos, o Prefeito Pereira Passos, possuía ligação direta com grupos de construtores. (AMADOR.op.cit., p. 324)

[8] Emanado do Poder Executivo nas três dimensões governamentais (Federal, Estadual e Municipal) o que chamo de Poder Público é tratado como fato social e "é social no tríplice sentido de que se funda em expectativas e estratégias, tende a realização de alguns objetivos comuns, considerados bons por toda ou parte da coletividade concernida, e, por fim se exerce de acordo com procedimentos mais ou menos explícitos, as regras de jogos competitivos ou corporativos". (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p.438)

Figura 3: Charges sobre a Lei da Vacina.

Fonte: Nosso Século,1985, p.53.

Em relação à higiene e ao saneamento de alguns bairros, Passos mandou canalizar rios como o Carioca, Berquó, Maracanã e sanear a lagoa Rodrigo de Freitas. Declarou guerra aos quiosques, proibiu a atividade dos vendedores ambulantes e o exercício da mendicância.

Figura 4: Despedida dos Quiosques.

"— Protesto! protesto! isto é um atentado à propriedade.
"— Mas sua propriedade é imprópria... para figurar numa avenida". Texto da caricatura à direita, extraído da revista O Malho (17/8/1903), satirizando a derrubada dos cortiços para a abertura da Avenida Central.

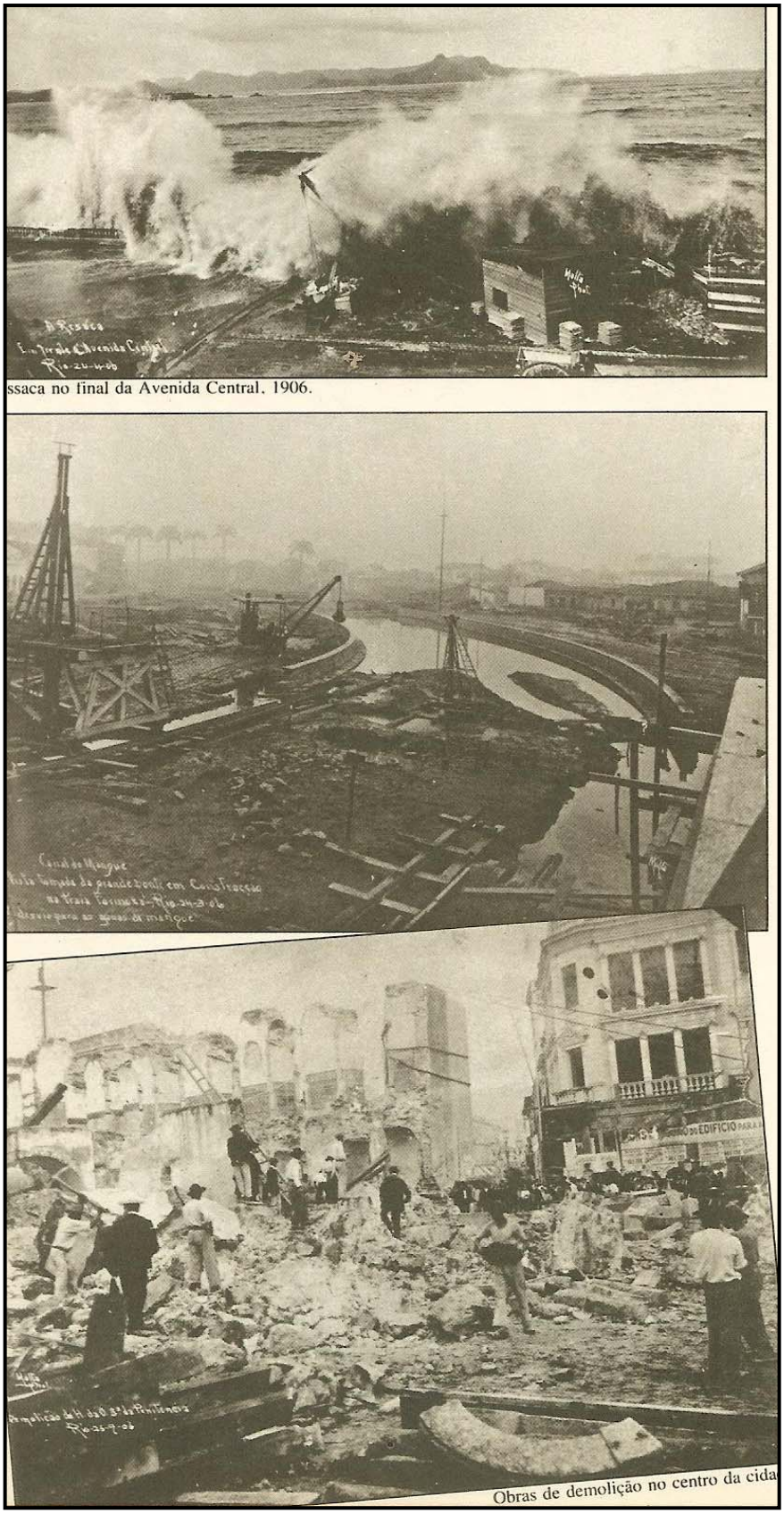
A despedida dos quiosques

"Em qualquer parte do mundo o quiosque é uma ligeira construção de estrutura graciosa e gentil (...). Entre nós o quiosque é uma improvisação acharbonada e vulgar de madeira e zinco, espelunca fecal, empoleirando à distância e em cujo bojo vil um homem se engaiola, vendendo ao pé-rapado — vinhos, bronx, café, sardinha (...). Os que aparentemente se salvam vendem bilhetes de loteria, cartões pornográficos e jogo do bicho. Ignóbeis todos. (...) Contra o monstro do quiosque e a sua freguesia reclamam as famílias, reclamam os homens de negócio (...). Dizem todos: é uma vergonha! A cidade ainda é um povoado africano! Precisamos acabar com essa miséria!" comentava Luiz Edmundo no começo do século. Mas um dia, os "homens de negócio" resolveram pôr um fim naquela "vergonha". Munidos de latas de querosene e caixas de fósforos, destruíram muitos quiosques do Rio de Janeiro, impacientes com a atitude cautelosa do prefeito Pereira Passos, que vacilava em tomar medidas enérgicas contra aquele comércio tão popular quanto ilegal. Era uma reação típica das classes médias contra os "pés-rapados", contra aquele "povoado africano", onde os habitantes dos cortiços vinham divertir-se um pouco e tomar a tradicional "cuinha".

Fonte: Nosso Século,1985, p.51.

Outras grandes obras que ocorreram no mesmo período, realizadas pelo governo federal, tiveram efeitos sociais até mais intensos que as de Passos como, por exemplo, a abertura da Avenida Central (atual avenida Rio Branco), a construção do novo porto do Rio de Janeiro e das avenidas que lhe davam acesso: Francisco Bicalho e Rodrigues Alves.

Figura 5: Demolições no Centro da cidade e suas conseqüências.



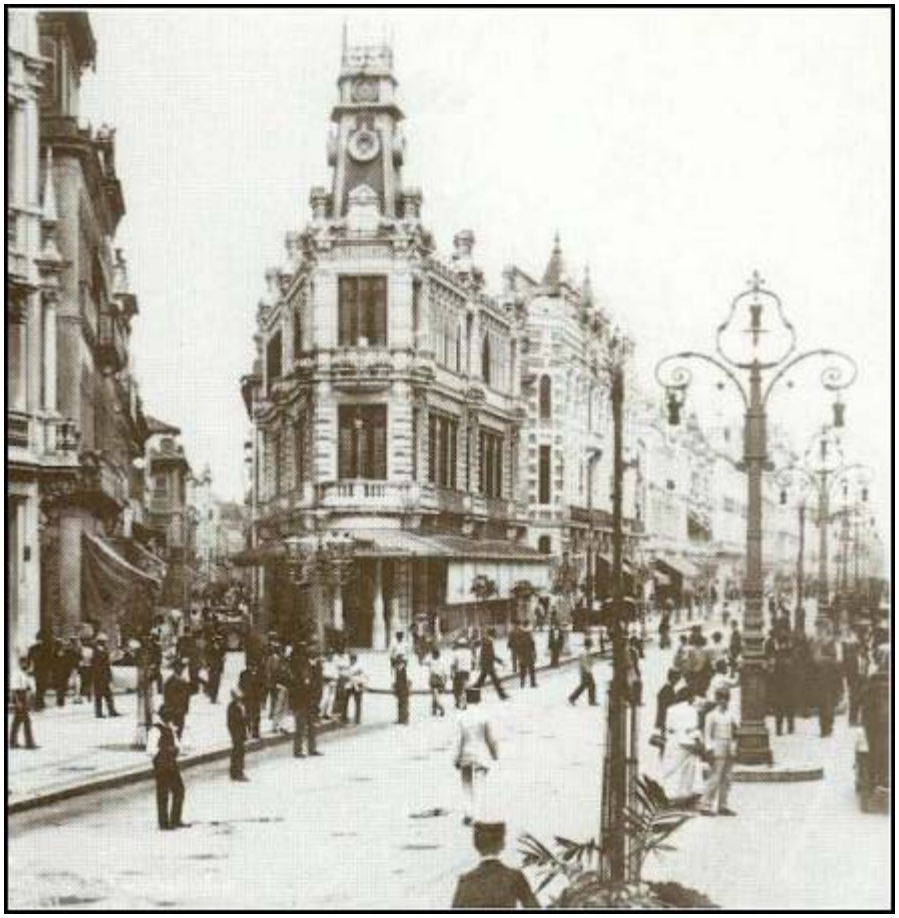
ssaca no final da Avenida Central, 1906.

Obras de demolição no centro da cida

Fonte: Nosso Século,1985, p.49.

Toda a transformação da área central durante o governo Passos, inclusive as obras realizadas pela União, exigiram a destruição de cortiços e quarteirões inteiros de casas, estabelecimentos artesanais e industriais. A partir de então, esta área tornou-se uma das mais valorizadas da cidade.

Figura 6: Avenida Central.



Fonte: Memória da Destruição, 2002, p.19.

A população de baixa renda, que ali habitava e trabalhava, ficou sem moradia, tendo como opção o subúrbio ou os morros próximos, sendo eles: Providência, São Carlos, Santo Antônio, onde se intensificou o processo de favelização.

Um dos efeitos da Reforma Passos sobre a população, foi o decréscimo populacional nas freguesias centrais e um incremento na ocupação das Zonas Sul pela burguesia e Norte pelo proletariado e desempregados.

1.1.2 A transformação da cidade a partir da Reforma Pereira Passos

> O conjunto de obras realizadas pela administração Rodrigues Alves – Pereira Passos, além de: representarem a primeira grande intervenção do Estado, no espaço urbano, reorganizando-o para os interesses da reprodução do capital, que é feita de forma segregacionista, favorecendo a zona sul em detrimento da zona norte e subúrbio; produziram com as demolições e *modernização*, do Centro, problemas habitacionais e sociais para a população proletária, fazendo crescer as favelas; favoreceram ostensivamente grupos e interesses de capitalistas nacionais e internacionais; ocasionaram um enorme endividamento nacional com os empréstimos que foram contraídos junto a Praça de Londres; e arrasaram as finanças públicas entregando a administração falida aos sucessores, que foram responsáveis pela mais radical alteração do litoral da Baía de Guanabara já observado, num curto período de tempo. (AMADOR.op.cit., p.324 – grifo do autor)

A evolução da reforma urbana carioca, no decorrer do período 1906-1930, reflete, em grande parte, as contradições existentes no sistema político-econômico do país da época. O Poder Público, representante das classes dominantes, atuou preferencialmente na esfera do consumo (ABREU, 1997) e beneficiou claramente o capital imobiliário, intensificando o processo de remodelação/embelezamento do Centro e da Zona Sul. Sucederam, assim, as reformas urbanas destacando-se aquelas dirigidas por Paulo de Frontin (1919) e, principalmente, por Carlos Sampaio

(1920-1922), cuja administração se caracterizou, sobretudo, pelo arrasamento do Morro do Castelo.

Figura 7: Desmonte do Morro do Castelo.

Fonte: Memória da Destruição, 2002, p.31.

O crescimento das indústrias, por sua vez, não recebeu qualquer incentivo ou apoio oficial, elas se multiplicaram na cidade e começaram a ocupar os subúrbios, desenvolvendo novas áreas, “dotando-as de infra-estrutura e, principalmente, gerando empregos” (ABREU, op.cit., p.72). As indústrias atraíram mão-de-obra numerosa que migrou para o entorno das instalações das fábricas. Ao contrário das localidades nobres da cidade, o crescimento dos subúrbios se realizou

praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando na ausência de benefícios urbanísticos.

O final do período citado apresentou uma cidade estratificada em todos os âmbitos. A elite burguesa estava concentrada na Zona Sul, área que continuamente recebeu investimentos do Poder Público e das concessionárias de serviços públicos. Assim, a população (proletariado) desprovida de atenção do Poder Público, por sua vez, ocupou as áreas suburbanas e os Municípios da Baixada Fluminense. Essa organização espacial é justificada pela lógica capitalista, onde os investimentos que ampliam o capital vão ser direcionados para as localidades potencialmente reprodutoras do lucro, ou seja, espacialmente falando: a criação dos bairros burgueses.

> Boa parte do material utilizado para a construção dos casebres das primeiras favelas no início do século, tem procedência das demolições, sobras ou mesmo lixo das derrubadas. A favela se constrói com o material *marginal* das demolições e construções. (AMADOR, op.cit., p.330 – grifo do autor)

Na década de 1920, as contradições da cidade (e da república velha) se acentuaram. O temor de não poder controlar a expansão da urbe fez com que a prefeitura elaborasse um plano urbanístico, visando, assim, a moldar o crescimento urbano aos seus interesses. Em tal perspectiva, foi desenvolvido o plano Agache, cuja característica principal estava pautada na oficialização da separação das classes sociais no espaço urbano: burguesia para um lado e proletariado para o outro. Para as favelas também não havia opção: elas teriam que ser erradicadas.

> A revolução de 1930 arquivou o plano Agache. As contradições urbanas por ele levantadas não poderiam, entretanto, ser arquivadas, posto que eram reais e precisavam ser enfrentadas pelo novo regime que se implantava no país. Paradoxalmente, a fórmula apresentada por Agache para a república velha, ou seja, a intervenção do estado no processo de reprodução da força de trabalho urbana, é que se constituiu na mola propulsora da política de Vargas. Superando as contradições da república velha, o novo momento já surge, entretanto, imerso em suas próprias contradições que conduziram à evolução da cidade nas três décadas seguintes. (ABREU, op.cit., p.90)

A expansão da cidade compreendida por diferentes variáveis derivou na dificuldade da mobilidade do proletariado, onde as distâncias entre local de trabalho e residência estabeleceram deslocamentos cada vez maiores. A necessidade do aumento da circulação de pessoas não foi sintonizada com obras que visassem à melhoria dos meios de transportes de massa. Desta maneira, a solução para essa população foi justamente a de morar em áreas próximas ao trabalho (ABREU, 1997). O detalhe que deve ser observado é que os locais onde se localizavam as indústrias e serviços não dispunham de terrenos para a habitação, restando ao proletariado à ocupação de áreas públicas ainda desocupadas ou áreas cujo posicionamento ou condições físicas representassem **impróprias** para a especulação imobiliária (margens inundáveis de rios, morros íngremes, mangues).

> A decisão de ocupar ilegalmente (invadir) esses terrenos já havia sido tomada nas décadas anteriores. Este processo restringia-se, entretanto, às áreas centrais e suas proximidades, já que aí estava quase todo o emprego. O deslocamento das indústrias em direção aos subúrbios e o desenvolvimento da zona sul descentralizaram, entretanto as fontes de emprego e, com elas, também as favelas. (Ibid., p.95)

A **febre viária** dos anos cinqüenta e sessenta foi responsável não só pela mudança da aparência da cidade do Rio de Janeiro, mas também pelas transformações no seu conteúdo (ABREU,1997). A necessidade de uma melhor acessibilidade ao Centro metropolitano provocou mais uma vez na história da cidade uma nova intervenção urbana, cujos efeitos foram diretos nos bairros que seriam rasgados pelas vias expressas, túneis e viadutos. É o caso, por exemplo, da Lapa e do Catumbi, bairros que ainda serviam de local de residência ao proletariado.

O processo de remoção das favelas da Zona Sul foi intensificado pela grande concentração de renda que ali instaurou, desta forma, a valorização do espaço urbano naquela localidade foi alto. A especulação imobiliária, por sua vez, determinou a expansão horizontal das áreas nobres da cidade em direção a São Conrado e à Barra da Tijuca, contando com a construção da primeira etapa da auto-estrada Lagoa-Barra.

As favelas sempre foram uma realidade no contexto da expansão espacial do tecido urbano da cidade, porém o Poder Público sempre as tratou como **problemas provisórios**, tanto que elas nem podiam aparecer nos mapas, ou seja, se as favelas não são reconhecidas, elas não existem. Mas as pessoas que ali residiam não poderiam ser retiradas do mapa, pois eram/são reais e não dependem de representações para existirem. A propósito, Simão (2002, p.7), valendo-se das palavras de Bourdieu, lembra que

> [...] a favela só poderá ser compreendida na perspectiva de sua relação com os outros espaços da cidade. Ela é resultado do aprofundamento das relações capitalistas na cidade, que se materializam no espaço urbano por meio da constituição de um espaço com características próprias, onde as relações sociais entre seus moradores será marcada pela sua condição econômica e sua inserção no mercado. A posição social de tais moradores, assim

> como a dos outros, está condicionada pela combinação diferenciada de fatores financeiros, sociais e culturais (BOURDIEU, 1994). Desse modo, o espaço consolida tais diferenças e torna-se uma estrutura estruturante, ou seja, produzindo e regulamentando práticas através dos tempos, quase de maneira autônoma (BOURDIEU, 1972) [...].

1.2 A favela

Figura 8: Morro da Favela.

Fonte: Tarsila do Amaral,1923.

Este item do trabalho não tem a pretensão de retomar os estudos sobre a gênese da favela e suas controvérsias. O objetivo é contextualizar o processo histórico da consolidação do espaço favela, a partir dos fatos, que possam identificar

as diferentes práticas sociais e espaciais desenvolvidas nas favelas do Rio de Janeiro.

Com o intuito de trazer argumentos para o entendimento da produção do espaço favela, enquanto produto da inter-relação dos diferentes atores sociais, construímos uma seqüência com as principais políticas públicas desenvolvidas, a partir do ano de 1940, até os dias atuais, assim como algumas reações dos moradores das favelas frente a essas intervenções.

1.2.1 A natureza do espaço favela

REGRAS E EXCREÇÕES

Vê legal... são cento e cinqüenta e três bairros
e seiscentas favelas dentro deles
coisa meio assim que matar o porco, tirar a tripa do porco
e botar o porco dentro da tripa que vira lingüiça.
Vê legal que já há mais favela que bairro
e agora os bairros tão dentro da favela
Vê legal então... já não é alguma pobreza
dentro de muita riqueza
agora é alguma riqueza dentro de muita pobreza
Vê legal então, se favela hoje é regra
então se bairro é exceção
ser da favela hoje é regra
ser do asfalto hoje é excreção.
(Autor desconhecido apud ZALUAR; ALVITO,1998).

Utilizando os princípios de Santos (1999), podemos entender que a formação da favela se constituiu a partir de uma relação entre sistemas de objetos[9] e

[9] "Há quem distinga os objetos das coisas, estas sendo o produto de uma elaboração natural, enquanto os objetos seriam o produto de uma elaboração social." (SANTOS, 1999, p.52)

sistemas de ações[10]. Desta maneira, tal espaço geográfico desenvolveu diferentes formas de acordo com as diversas relações estabelecidas no tempo (SANTOS, 1999).

> Os objetivos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados. A ordem espacial assim resultante é, também, intencional. (SANTOS, op.cit., p.267)

Queremos elucidar, com tal afirmativa, que a produção do espaço geográfico urbano não acontece de maneira isolada, uma vez que as práticas sociais através das relações políticas, econômicas e culturais constituem diferentes formas espaciais. Deste modo, o espaço urbano é fragmentado e ao mesmo tempo articulado. Esta articulação é responsável pela unidade dos diferentes lugares da cidade. (CORRÊA,1997)

> Ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta fragmentação articulada é a expressão espacial de processos sociais, introduz-se o terceiro momento de apreensão do espaço urbano: o de ser um reflexo da sociedade. Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais que tendem a segregação, refletindo a complexa estrutura social em classes, própria do capitalismo. A jornada para o trabalho, por outro lado, aparece como conseqüência da fragmentação capitalista que separou lugar de trabalho de lugar de residência. (Ibid., p.148)

---

[10] "As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações, não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso, todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. Há uma diferença entre dizer que o espaço não é uma causa e negar que ele é um fator, um dado. Admitir a "existência" do espaço não é ser *geodeterminismo*. [...], pois o valor do espaço não é independente das ações que ele é susceptível de acolher". (ibid., p.70 – grifo do autor)

Segundo Moreira (1994), o espaço geográfico é a própria sociedade, constituído em sua essência de um conteúdo histórico. “O espaço é a sociedade pelo simples fato de que é a história dos homens produzindo e reproduzindo sua existência por intermédio do processo do trabalho.” (Ibid., 1994, p. 90)

> *Deve-se tomar como referência não a produção no sentido restrito dos economistas* – isto é, o processo de produção das coisas e de seu consumo -, *mas a reprodução das relações de produção*. Nesta ampla acepção, o espaço da produção implicaria, portanto, e encerraria em seu seio a finalidade geral, a orientação comum a todas às atividades dentro da sociedade neocapitalista. *Trata-se da produção no mais amplo sentido da palavra: produção das relações sociais e reprodução de determinadas relações.* (LEFEBVRE, 1976 apud LIMONAD, 1999, p.73 – grifos da autora)

Lefebvre (1976) não atribui ao espaço uma função transformadora, mas reguladora (o espaço é um produto carregado de ideologias, ele é político e ideológico). Ele diz que as práticas espaciais não são criadoras da vida, e sim, reguladoras. Deste modo, o autor não infere ao espaço o poder em **si mesmo**, nem o apresenta como determinante das contradições espaciais, pois estas contradições são da sociedade, do seu âmago, podendo assim, serem reveladas no espaço geográfico.

> Assim, a prática espacial define simultaneamente os lugares, a relação do local ao global uma representação destas relações das ações e dos signos dos espaços cotidianos banalizados e dos espaços privilegiados, afetados de símbolos (...). Não se tratam de lugares físicos ou literários, de topoi filosóficos, mas de lugares políticos e sociais. (LEFEBVRE, 2001, p.332 apud LIMONAD;LIMA, 2004, p.24 – grifo dos autores)

As cidades, em especial as dos países em desenvolvimento, se constituem de dois espaços que se justapõem, os quais são complementares e necessários para a operação do modo de produção dominante: um espaço urbano legal e outro ilegal. (ABREU, 1986)

> Com efeito, para que haja acumulação do capital é necessário que o ilegal exista. Isso só não garante a oferta abundante (e próxima) da força de trabalho, barateando-a, portanto como também permite que o Estado não tome conhecimento oficial da existência dessas *periferias* (posto que não existem *de jure*), possibilitando assim a sua atuação mais efetiva em outros locais ou setores mais *modernos* da economia. (ABREU, op.cit., p.64 – grifos do autor)

Daí, para compreendermos o surgimento e consolidação da favela enquanto característica da cidade é necessário percebermos os reais interesses e operacionalidades do modo de produção dominante. Ou seja, o não reconhecimento de uma realidade e/ou espaço pelo Poder Público, pode ser uma estratégia de alimentação de um sistema. Esta posição do Poder Público pode ser identificada como uma estratégia de gestão, uma prática espacial. De acordo com o pensamento de Corrêa (2005, p.35)

> [...] são as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais.

Assim, as práticas espaciais vão resultar na diferenciação espacial através das distintas estratégias de ocupação e gestão do espaço urbano pelos diferentes atores da sociedade. Segundo Corrêa (2005), as práticas espaciais foram classificadas em:

- Seletividade espacial: é a decisão "[...] sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos" (Ibid., p.36);
- Fragmentação – remembramento espacial: "no processo de produção do espaço há uma inerente dimensão política que leva a diferentes formas de controle sobre o espaço" (Ibid., p.37). Este é dividido em unidades territoriais controlado por diferentes organizações, desde religiosas, políticas, empresas privadas, entre outras;
- Antecipação espacial: "Constitui uma prática que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas" (Ibid., p.39);
- Marginalização espacial: Quando as razões de ordem política, econômica e/ou cultural transformam a importância de um lugar, valorando-o de menor importância no conjunto da rede;
- Reprodução da região produtora: "No processo de valorização produtiva do espaço é necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção" (Ibid., p.42). Essas ações, geralmente são realizadas pelo Estado ou grandes corporações, no sentido de potencializar diferentes interesses de uso do lugar.

Segundo o autor, as práticas espaciais não seguem a um padrão de combinação, ou seja, não são mutuamente excludentes, uma vez que tais práticas

servem como elementos por meio dos quais a diferenciação espacial é valorizada, embora venha a ser totalmente desfeita e/ou posteriormente refeita, ou ainda possa guardar sua verdadeira essência por diferentes períodos.

As práticas espaciais são entendidas, aqui, como instrumentos utilizados por distintos atores sociais, tais instrumentos são expressos através da territorialidade. Neste sentido, a territorialidade não se apresenta como objeto, mas sim como relações mediatizadas, sejam elas simétricas e/ou dissimétricas no que concerne à exterioridade. Assim, o território[11] se define não apenas pelo domínio, mas principalmente pelo seu uso. É a apropriação e não a propriedade que o habilita. É o trabalho social que qualifica o espaço gerando um território. Segundo Raffestin (1993) apud Jung (2005), as redes constituem um meio de produzir o território. Por esse ponto de vista, a densidade e a diversidade das redes[12] presentes no espaço geográfico seriam fatores essenciais para determinar os limites do território.

> [...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (RAFFESTIN,1993, p.160)

---

[11] "Em nossa síntese das várias noções de território (HAESBAERT, 1995 e 1997; HAESBAERT e LIMONAD, 1999), agrupamos estas concepções em três vertentes básicas:
- política (referenciada às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado do embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão "territorial" do trabalho, por exemplo." (HAESBAERT, 2004, p.40)

Segundo Sack (1986) a territorialidade é a atitude (estratégia) do indivíduo ou grupos para influenciar ou controlar objetos, pessoas e/ou relações, delimitando e afirmando o controle sobre um espaço geográfico. Este espaço é o território; em razão disto, a territorialidade não se manifesta como objeto, mas sim como relações.

> As formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra, mas a territorialidade se manifesta também em diversos outros contextos sociais. Em alguns momentos, Sack se aproxima de Raffestin; por exemplo, ao afirmar que *a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados* (1986:5). Embora haja efeitos territoriais universais, independentes do contexto histórico, outros são específicos de uma época. Na modernidade, por exemplo, a territorialidade tende a ser mais ubíqua e bastante mutável. (HAESBAERT, op.cit., p.87 – grifos do autor)

A reflexão que ora desenvolvemos, neste item do trabalho, procurou evidenciar o movimento dialético que é estabelecido entre a sociedade e a sua espacialidade. A exteriorização do espaço geográfico pode ser percebida através das diferentes formas espaciais. Tais formas assumem uma existência, a partir dos valores e sentidos que esta sociedade lhe atribui.

É importante ressaltar que a compreensão da forma espacial, só é possível através da reconstrução do processo social que a constituiu. Sirva de exemplo, a citação dos autores Gupta e Ferguson (2000, p.34 – grifo dos autores)

---

[12] Deste modo, a organização espacial se apresenta a partir de elementos fixos que são resultantes das relações sociais. E através dos fluxos que são responsáveis pela comunicação entre os fixos.

> [...] em vez de supor a autonomia da comunidade primeva, devemos examinar de que modo ela se formou como *comunidade*, a partir do espaço interligado que desde sempre existia.

Também trouxemos para corroborar a nossa reflexão dois conceitos: o de território e o de territorialidade. Deste modo, pretendemos identificar as diferentes práticas espaciais na produção do espaço favela da cidade do Rio de Janeiro e as territorialidades desenvolvidas pelo Poder Público, sociedade civil organizada, mercado imobiliário e moradores da favela[13].

1.2.2 Práticas espaciais: as políticas intervencionistas, a organização dos moradores e a institucionalização da favela

> A proletarização dos trabalhadores e sua inserção num capitalismo incompleto e tardio, como o do Brasil, durante o século XX, foi paulatinamente gerando a precarização das condições de trabalho e da oferta de empregos. Como a cidade não prevê espaços para quem não pode pagar por eles, vão surgindo localidades como as *favelas*, em que as estratégias de seus moradores não respeitam necessariamente os padrões urbanos, principalmente por não terem sido incorporados por estes. O local se torna uma saída para a redução de despesas por parte da população de baixa renda e abre caminhos para práticas como a posse, o *gato*, o mutirão, que não ficarão restritos à *favela*. (SIMÃO, 2002, p.19 – grifo do autor)

O Poder Público só reconheceu institucionalmente a favela, cerca de 40 anos, depois da sua consolidação. Para tanto, incluiu no Código de Obras[14],

---

[13] Com um enfoque na favela da Maré.

[14] Cf. artigo 349 e alguns de seus parágrafos: (Id.,Ibid., p. 16)
Art. 349 — A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.

publicado em 1937, a existência da favela “no capítulo XV, referente à extinção das habitações anti-higiênicas, a Seção II intitulada *Favelas*”. (VALLADARES, op.cit., p.16 – grifo da autora)

> O que interessa assinalar é que a favela, uma vez oficialmente reconhecida, passa gradativamente a ser vista como um problema a ser administrado. O próprio Código, que pode ser lido como a primeira política formal de governo relativa à favela, apresenta mediadas puramente administrativas. (Ibdi., p.17)

Em conseqüência, o Poder Público chamou para si a responsabilidade de **dar um jeito** naquelas localidades (assim denominadas) insalubres, acolhedoras de marginais, entre outras características pejorativas atribuídas a favela e pela primeira vez incluiu-nas em um plano intervencionista com preocupações que, até então, eram ausentes nas ações da gestão pública.

> A década de 1930 marca uma série de mudanças no Brasil. A revolução liderada por Getúlio Vargas, instaurando um regime autoritário populista, será o mote principal de uma nova postura do governo em relação aos setores populares; a qual vai expressar-se especialmente no meio urbano, pois a política industrialista e urbanizadora via no trato com os pobres uma de suas bases de

---

1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.
2º A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas. [...]
7º Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro [...]
8º A construção ou armação de casebres destinados a habitação, nos terrenos, pátios ou quintais dos prédios, fica sujeita às disposições deste artigo.
9º A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do Capítulo XIV deste decreto a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo. [...]

> sustentação. É nessa conjuntura que uma nova política se estabelece, com a construção da representação de Vargas como *pai dos pobres*, expressão emblemática da lógica paternalista. (SILVA; BARBOSA, op.cit., p.35 – grifo dos autores)

As práticas espaciais exercidas pelo Poder Público, no que se refere à intervenção na favela foram relacionadas ao controle da organização espacial da cidade, de maneira que a favela não crescesse e passasse a ser reconhecida pela população da cidade como algo provisório. O Código de Obras de 1937 foi o artifício legal para a viabilização das ações de extermínio de algumas favelas. Essa estratégia resultou na expansão da valorização de espaços urbanos, como o caso da Zona Sul e a criação do projeto dos Parques Proletários.

> No âmbito das intervenções previstas na gestão de Dosdworth, realizou-se um *diagnóstico* rápido sobre a realidade das favelas. Coordenado pelo médico Victor Tavares de Moura, o trabalho foi encaminhado ao Secretário Geral de Saúde do então prefeito do Rio de Janeiro, em novembro de 1940. A proposta resultante do estudo foi a criação dos *Parques Proletários*. O documento de Moura – *Esboço de um plano para o estudo e solução dos problemas das favelas no Rio de Janeiro* – é considerado o primeiro documento oficial a tratar especificamente das favelas no Rio de Janeiro. (Ibid., p.35 – grifos dos autores)

Entre os anos de 1941 e 1943, três Parques Proletários foram construídos na Gávea, no Leblon e no Caju. Como conseqüência aproximadamente oito mil famílias foram **removidas** das favelas.

> Foi certamente a necessidade de administrar a favela e os seus pobres que despertou o interesse em conhecê-la e conhecê-los mais de perto. Para bem administrar e bem controlar é necessário quantificar e dimensionar o problema ou a questão. (VALLADARES, op.cit., p.17)

Figura 9: Parque Proletário do Leblon, junto à favela da Praia do Pinto: substituído por prédios.

Fonte: Arquivo Nacional/Acervo da Manhã apud <http://www.favelatemmemoria.com.br>.

O projeto de construção dos Parques Proletários foi o responsável em criar um novo modelo de moradia para a população da favela que contemplasse o espaço estético e higiênico, o controle da população e a valorização das antigas áreas ocupadas (Leblon e Gávea), criando, assim, um novo arranjo espacial para a especulação imobiliária.

Em um primeiro momento, os Parques Proletários representaram para o Poder Público uma solução para a questão da favela. Porém, o maior contato estabelecido entre a Prefeitura, à população da favela e a dos Parques Proletários

possibilitou a articulação desses moradores a se organizarem em comissões de oposição aos Parques, pois os mesmos eram, em alguns casos, piores que as favelas de origem da população ali instalada.

> O autoritarismo, a pedagogia civilizatória e a precariedade das instalações tornavam os parques proletários lugares no mínimo pouco atraentes para aquelas famílias, sujeitas à perda total de suas moradias originais. Pode-se dizer, igualmente, que as casas, de caráter provisório, eram muitas vezes piores do que as de muitos moradores transferidos. E esse caráter provisório, como era de se esperar, acabou tornando-se permanente. (BURGOS, 2002 apud SILVA; BARBOSA, op.cit., p.39)

Estamos pontuando, de maneira mais específica a questão dos Parques Proletários, pois foi neste momento que se iniciaram as mudanças estruturais no relacionamento do Poder Público com os moradores da favela. A articulação do dito **favelado** em comissões e posteriormente em Associações de Moradores (AM), foi definidora quanto à forma de intervenção e produção do espaço da favela no Rio de Janeiro.

> A experiência dos parques proletários, dessa forma, acabou contribuindo para a organização social dos moradores de favela, movimento fundamental para a compreensão dos próprios rumos que as relações entre poder estatal e população favelada tomaram entre as décadas de 1940 e 1960. (SILVA; BARBOSA, op.cit., p.40)

Em resposta à organização dos moradores da favela, a Prefeitura e a Arquidiocese do Rio de Janeiro criaram a Fundação Leão XIII[15] (1946), "[...] com

[15] "Entre 1947 a 1954, a Fundação atuou em trinta e quatro favelas, implantando serviços básicos como água, luz, esgoto, redes viárias e centros sociais. A partir de 1950, observou-se maior

uma proposta de atuação junto aos moradores de favelas, alternativa do populismo do Estado Novo." (FARIA, 2004, p.37) Lembre-se que uma das prerrogativas desse contexto era as representações políticas se mostrarem presentes nas favelas, antes que de lá descessem os comunistas.

> [...] surge a Fundação Leão XIII, instituição criada pela Arquidiocese do Rio de Janeiro e pela Prefeitura, para prestar assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas da cidade. A estratégia era utilizar uma pedagogia cristã que *domesticasse* o morador de favela, gerando diálogo, ao invés de conflito e assistencialismo, ao invés da luta pelo acesso aos bens públicos. (SIMÃO M., op.cit., p.15 – grifo do autor)

A Prefeitura, em conjunto com a Igreja Católica, **criou** a Cruzada de São Sebastião (1955), resultado das diferentes pressões advindas dos moradores da favela e principalmente do mercado imobiliário. Com isso, o projeto foi orquestrado em diferentes ações: a construção de um conjunto habitacional[16] no Leblon (prédios) e a realização de melhorias urbanas em 12 favelas.

Em 1956, o então prefeito Negrão de Lima instituiu o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), em que estimulou os moradores da favela a se organizarem em associações para também cooptar suas lideranças. Assim, Poder Público e moradores assumiriam as obras de infra-estrutura para a melhoria das favelas.

---

articulação entre a favela e apolítica partidária. O capital cultural da favela começou a ser valorizado, sendo freqüentada por intelectuais, artistas e outros segmentos médios. Assim, no campo cultural, as favelas ganharam uma identidade positiva e uma maior relação com a cidade." (FARIA T., op.cit., p.37*)*

[16] Primeiro projeto de remoção dos moradores da favela para um local próximo às antigas moradias. Lembre-se que tal população é oriunda da favela do Pinto.

Com a criação do Estado da Guanabara e a eleição de Carlos Lacerda, o SERFHA foi incorporado à Coordenação de Serviços Sociais do Estado para logo ser extinto, pois a relação entre o Poder Público e a favela voltava ao marco conflituoso das remoções. Desta vez, tal prática foi justificada pela construção de conjuntos habitacionais. Sirva de exemplo à criação da Companhia de Habitação Popular (COHAB) que se responsabilizou pela implementação dessa nova política habitacional.

> Se olharmos um mapa da cidade do Rio de Janeiro que registre as favelas na primeira metade da década de 60, notaremos que elas existiam em quase todos os bairros. Desde o governo Carlos Lacerda, uma série delas foi removida, particularmente nos bairros onde a especulação imobiliária iria obter seus maiores êxitos.
> A favela da Catacumba, situada às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, é um bom exemplo. (GONÇALVES, 1984, p.74)

Em resposta à política de remoção praticada por Lacerda, as lideranças dos moradores das favelas fundaram a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Ressurgiu, neste cenário, a Fundação Leão XIII, não mais como um órgão vinculado à Igreja, e sim uma autarquia do Estado, que ficou responsável pelo cadastramento e instalação das famílias nas casas dos conjuntos habitacionais[17].

Com as pressões dos moradores das favelas e de "[...] jovens arquitetos, planejadores, economistas e sociólogos, que prestavam assessoria à FAFEG [...]" (FARIA, op.cit., p.38), foi criada a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO).

---

[17] A construção dos conjuntos habitacionais não contemplou as variáveis: moradia-deslocamento ao local de trabalho e a sociabilidade dos moradores transferidos (PERLMAN, 1997).

> A filosofia do grupo era enfatizar a importância da posse legal da terra, e valorizar a participação dos favelados na melhoria dos serviços públicos comunitários. O projeto-piloto da CODESCO foi implantado nas favelas de Brás de Pina, Morro União e Mata Machado. (Ibid., p.38)

Em contraposição à CODESCO, foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) que desenvolveu uma política antagônica à da CODESCO. Deste modo, entre os anos de 1968 a 1975, mais de 100 mil famílias foram transferidas. (FARIA, 2004)

> Com o aumento da repressão, do controle político e do autoritarismo, as condições de resistência foram sendo suprimidas. Assim, a própria FAFEG, que em 1968 defendia a urbanização, em 1972 deixa de enfrentar a política *remocionista* e se dispõe a participar dos debates sobre os critérios de distribuição das famílias nos conjuntos. A perspectiva da organização, naquela conjuntura, era a busca de condições para resistir por dentro da política. (SILVA; BARBOSA, op.cit., p.48 – grifo dos autores)

O recuo da FAFEG não deve ser entendido como apenas o enfraquecimento da luta dos moradores da favela, mas como uma estratégia de sobrevivência e permanência no jogo político.

> A metamorfose ocorrida na FAFEG corroborou a hipótese de que os favelados foram levados a mudar de tática, e mais ainda, de que a aceitação da operação da CHISAM por parte dos moradores foi uma jogada tática. Perceberam que lhes restava uma margem de manobra dentro do próprio processo de remoção. Nesse sentido, as práticas de distorção do sistema constituem uma resposta à ofensiva governamental contra as favelas. (VALLADARES,1980, p.118 apud SILVA; BARBOSA, op.cit., p.48)

Em 1979, o Governo Federal deu início ao PROMORAR (Projeto Rio), este programa estava ligado a dois Ministérios (Minas e Energia e Interior) e à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. O principal objetivo do programa visava à recuperação e urbanização das seis favelas da área da Maré[18], litoral da Baia de Guanabara, Penha e Caxias.

O PROMORAR foi implementado pelo Banco Nacional de Habitação[19] (BNH) e, simultaneamente, outros programas foram realizados, como o de Eletrificação por Interesse Social que foi implementado pela *Light,* bem como o de urbanização de favelas, implementado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

A década de 1980 foi um marco importante no que se refere à gestão do espaço favela pelo Poder Público. Os projetos remocionistas foram substituídos por projetos de urbanização da favela. Com isso, podemos observar na seqüência até aqui apresentada que a favela, até a década de 1930, era vista como uma doença no corpo da cidade e, por isso, não era reconhecida pelo Poder Público, nem tampouco existia nos mapas. Com o Código de Obras de 1937, ela passou a ser reconhecida e formalmente a existir, mas com o objetivo de ser eliminada. Deste período até 1980, as políticas de intervenção foram postas em prática com o único e exclusivo propósito de eliminar o espaço favela.

---

[18] "A crítica a postura autoritária no encaminhamento do projeto e o desejo de intervir no processo de forma efetiva fez com que as lideranças comunitárias locais criassem a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (CODEFAM)". (SILVA; BARBOSA, op.cit., p.51)

[19] "E qual tem sido a atuação do Estado para tratar da questão habitacional? Todos conhecem o Banco Nacional de Habitação – o BNH. Sabemos também que o dinheiro que constitui o capital deste banco corresponde a 16% do salário mínimo de cada trabalhador, mensalmente. É, portanto, um momento nada desprezível. Todos sabem, ainda, que a partir de 1966 caiu a Lei de Estabilidade no Emprego, substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - o FGTS. [...] Ora, como pode o BNH financiar casas para os trabalhadores que são cada vez mais instáveis no seu emprego? Como podem financiar imóvel para trabalhadores cada dia mais móveis? Não é à toa que a placa de *passa-se uma casa* (título de uma tese da socióloga Lícia do Prado valadares, que aborda essa questão) é bastante comum nos diversos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH [...] " (GONÇALVES, 1984, p.74 – grifo do autor).

Valla (1986) apontou sete elementos responsáveis por tal mudança de paradigma da política pública na favela. Lembre-se que essa mudança foi associada ao fim do milagre econômico e ao enfraquecimento do regime militar. Os sete elementos listados foram:

> – A preocupação de instituições internacionais, tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), O Banco Mundial (BIRD), como o crescimento das periferias do Terceiro Mundo;
> – O crescimento das favelas como redutos oposicionistas, já que as políticas *remocionistas* só fortaleceram a organização dos moradores;
> – O reconhecimento da gravidade do problema da favela, que teria crescido, num período de 14 anos, 317%, ao passo que a população não favelada teria crescido apenas 44%;
> – A reorganização em 1979 da FAFEG, agora Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), com o *slogan*: *urbanização e posse da terra*;
> – A pressão da Igreja Católica, por meio da Pastoral de Favelas, marcada, entre outras ações, pela campanha da Fraternidade de 1979 e a visita do papa ao Morro do Vidigal, em 1980;
> – A desaceleração da construção civil para classe média em função da crise econômica;
> – A percepção dos grupos políticos do potencial eleitoral da favela.
> (apud SILVA;BARBOSA,op.cit.,p.50 – grifos do autor)

Segundo Faria (2004), na primeira metade dos anos de 1990, as políticas habitacionais no Brasil consideraram os seguintes fatores:

> [...] significado e causa da pobreza; natureza dos processos de urbanização; relação com políticas setoriais; articulação de processos de desenvolvimento habitacional e urbano e o significado e importância da participação do usuário na habitação. (Ibid., p.39)

Na segunda metade da referida década, foram implementadas as novas políticas habitacionais, já como reflexos dos paradigmas citados acima: "redução e erradicação da pobreza através da abordagem habitacional participativa e revalorização do projeto físico." (Ibid., p.39)

O Programa de Urbanização e Assentamentos Populares do Rio de Janeiro (PROAP[20]), conhecido por **Favela Bairro** da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com a parceria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), constituiu um novo momento das intervenções do Poder Público nas favelas, onde, foram e são providas a urbanização, a regularização fundiária e o fortalecimento da presença dos aparelhos do Poder Público na favela. O Favela Bairro é o atual e maior programa oficial de habitação da cidade do Rio de Janeiro.

Muitas controvérsias existem sobre os resultados do programa, principalmente no que tange à falta de gerência e participação dos moradores da favela sobre os investimentos e prioridades das obras. Ou seja, o processo participativo da gestão do espaço.

> Também penso muito na participação. Todos os projetos sociais falam em participação, mas isso ainda é pouco. O favelado organizado tem que estar mais presente no debate, no controle das políticas direcionadas para a favela. Do contrário, não há condições de incorporar o olhar, as demandas e as necessidades dessa população. (SILVA,I.,2005,p.142) [21]

[20] A maior parcela dos recursos foi e é investida no Favela Bairro.

[21] Itamar Silva é Coordenador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. Tal palestra foi proferida no seminário "Os futuros possíveis das favelas e da cidade do Rio de Janeiro", publicada na obra (SILVA; BARBOSA, op.cit., p.142).

Atualmente, novos atores constituem as lutas e representações dentro da favela. Um exemplo disto é o constante enfraquecimento das Associações de Moradores (AM) que antes sofriam o assédio do Poder Público e agora também são cooptadas pelo tráfico de drogas.

As Organizações não-Governamentais (ONG´s) que passaram a atuar na favela trouxeram um novo cenário de ações para a população. Não queremos dizer que a ONG suprimiu o papel da AM, mas com os trabalhos voltados para a inserção social, o exercício da cidadania, o combate à violência e a redução da pobreza, se alterou e muito a estrutura da organização social da favela ao longo dos últimos 60 anos. (FARIA, 2004)

Como complemento e síntese dos resultados da pesquisa deste capítulo elaboramos um quadro com fatos que marcaram a história da favela na cidade do Rio de Janeiro no período de 1893 a 2005.

Quadro 1: Alguns fatos que marcaram a produção do espaço favela no Rio de Janeiro, 1893 a 2005.

ANO	FATO
1893	Demolição do Cortiço Cabeça-de-Porco.
1897	Ocupação do Morro da Providência pelos soldados da Guerra de Canudos.
1900	"O Jornal do Brasil publica o texto *Onde moram os pobres*, sobre os moradores do Morro da Favela: "O ilustre Dr. Pereira Passos, ativo e inteligente prefeito da cidade, já tem as suas vistas de arguto administrador voltadas para a *Favela* e em breve providências serão dadas." [22]
1902	Início da gestão de Pereira Passos.
1903	"Governo Estadual publica decreto número 391 que proíbe não só a construção como qualquer melhoramento, obra ou conserto em cortiços. Mas o documento tolera a construção de 'barracões toscos, nos morros que ainda não tivessem habitações'."[22]
1916	"Lançada a polca Morro da Favella, composta por Passos, Bornéu e Barnabé. A música foi gravada por Pixinguinha." [22]

[22] Informações provenientes do site < http://www.favelatemmemoria.com.br> grifos do autor.

Quadro 1: Alguns fatos que marcaram a produção do espaço favela no Rio de Janeiro, 1893 a 2005. (continuação)

ANO	FATO
1924	"A modernista Tarsila do Amaral exibe pela primeira vez a pintura Morro da Favela." [22]
1927	Plano Agache do urbanista francês Alfred Agache.
1928	"Sinhô compõe A Favela vai abaixo. Pela primeira vez a palavra favela aparece na música popular. O samba fala sobre os planos da Prefeitura de destruição do Morro da Favela." [22]
1937	O Código de Obras do Rio cita as favelas como uma "aberração urbana" e propõe sua eliminação.
1940	Publicação do Relatório Vítor Moura.
1941	Criação dos Parques Proletários.
1945	"Formadas as primeiras comissões de moradores dos morros Pavão/Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia. Seus integrantes formulam uma pauta de direitos sociais referentes aos problemas de infra-estrutura das favelas. O objetivo era evitar a remoção de seus moradores para os parques proletários." [22]
1946	Criação da Fundação Leão XIII.
1948	"A Prefeitura do Distrito Federal realiza o primeiro Censo de favelas do Rio de Janeiro. O documento aponta a existência de 109 favelas (com 138.837 moradores, ou 7% da população total da cidade). Segundo o documento, pretos e pardos eram a maioria da população dos morros cariocas por serem hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas."[22]
1956	A Igreja, em parceria com a Prefeitura, cria a Cruzada São Sebastião com Dom Hélder Câmara como secretário-geral.
1956	Criação do SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas).
1962	Início da construção dos conjuntos habitacionais Cidade de Deus e vilas Kennedy, Aliança e Esperança.
1963	Fundada a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG).
1967	Criação da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO).
1968	"O Governo do Rio assina o decreto E, número 3.330, que estabelece como finalidade específica das associações de moradores a representação dos interesses comunitários perante o Governo do Estado. A partir daí, cada comunidade poderia ter apenas uma Associação."[22]

Quadro 1: Alguns fatos que marcaram a produção do espaço favela no Rio de Janeiro, 1893 a 2005. (continuação)

ANO	FATO
1968	Criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM).
1972	"A FAFEG realiza o III Congresso de Favelados do Estado da Guanabara, com a participação de 79 Associações de Moradores."[22]
1979	Criado o PROMORAR (Projeto Rio), último programa habitacional do governo militar destinado a moradores de favelas.
1983	Lançamento do PROFACE, que levou o sistema de água e esgoto a cerca de 60 comunidades carentes da cidade. (CEDAE)
1986	Extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH).
1993	Criação PROAP (Programa de Urbanização e assentamentos Populares do Rio de Janeiro) - Favela-Bairro.
2001	O Governo Federal anuncia investimentos de R$700 milhões do Fundo de Pobreza para urbanização de favelas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador.
2005	Inicia um novo debate acerca de soluções para a favela, e o tema remoção dos moradores da favela volta ao cenário.

O próximo capítulo abordará as práticas espaciais desenvolvidas pelos primeiros moradores da Maré. Para isso, descreveremos o modo como esse bairro se formou com base em relatos históricos.

Capítulo 2 Gênese da Maré

Alagados

Todo dia o sol da manhã
Vem e lhes desafia
Traz do sonho pro mundo
Quem já não o queria
Palafitas, trapiches, farrapos
Filhos da mesma agonia
E a cidade que tem braços abertos
Num cartão postal
Com os punhos fechados na vida real
Lhe nega oportunidades
Mostra a face dura do mal

Alagados, Trenchtown, Favela da Maré
A esperança não vem do mar
Vem das antenas de TV
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em quê
A arte de viver da fé
Só não se sabe fé em quê.

Herbert Vianna, Bi Ribeiro e João Barone

Este capítulo tem por objetivo apresentar o processo das diferentes maneiras de ocupação da Maré, também conhecida como, Favela da Maré, Complexo da Maré, entre outras nomenclaturas. Para isso, imergimos na história das seis primeiras comunidades que ali se instalaram e deram forma e vida ao espaço Maré.

Outras práticas espaciais serão abordadas neste capítulo, de maneira, que possamos perceber a cidade como o resultado de um processo social que está sempre em transformação e por isso não está acabado, inerte (MASSEY, 2004). Assim, as práticas espaciais desenvolvidas na favela são frutos da inter-relação dos diferentes atores da cidade.

O capítulo está subdividido em quatro momentos: (i)Contextualização; (ii) História das seis primeiras comunidades da Maré; (iii) A formação/ocupação da Maré depois dos anos de 1980 e (iv) um resumo das comunidades e das suas diferentes práticas espaciais.

2.1 Contextualização

A área considerada neste estudo tem uma história de transformações espaciais que antecede o descobrimento do Brasil, pois ela já era habitada por índios. No período do descobrimento, relata-se que a ocupação espacial do entorno da Baía de Guanabara era composta por mais de 40 aldeias indígenas (AMADOR, 1997). Desta maneira, as localidades foram batizadas com diferentes toponímias do dialeto indígena, como por exemplo, Guanabarrá, Inhaúma, Timbau, Catalão, entre outras.

A produção espacial no entorno da Baía de Guanabara, desenvolveu diferentes funções ao passar dos tempos, desde habitação e meio de sobrevivência dos índios; a exploração da mata atlântica pelos Franceses (corsários) em busca do pau-brasil; o cultivo da cana-de-açucar e café (monocultura); a construção de vias (estradas/ estradas de ferro) para o escoamento de mercadorias para a Europa (atividade portuária); localização de indústrias; turismo; comércio; expansão urbana; entre outras.

Um marco importante da ocupação e função da área de estudo foi o Porto de Inhaúma, construído no século XVI e responsável por uma circulação importante de mercadorias e pessoas.

> A Estrada do Porto de Inhaúma servia de comunicação entre as vias terrestres que cortavam as fazendas da região e o mar. No porto eram escoadas a produção daquelas propriedades em direção ao Centro da cidade, principalmente o açúcar e a aguardente que eram produzidos nos engenhos. No auge da produção açucareira o porto era bastante movimentado, chegando a receber desde barcos a remo, faluas, até embarcações maiores de carga e de passageiros. O porto era utilizado principalmente como comunicação com o Centro da cidade, Caju, São Cristóvão e as ilhas próximas ao litoral de Inhaúma. Em seu entorno, formou-se um pequeno núcleo populacional e de comércio.
> (http://www.ceasm.org.br/abertura/03onde/m_hist.htm)

A história da Maré pode ser melhor identificada com a abertura da Avenida Brasil (1946), via de acesso que facilitou os fluxos de migrantes oriundos principalmente do Nordeste do país, na década de 40 (ROMÃO, 2002). Desta maneira, esta área ficou considerada como um dos mais pobres locais de moradia urbana, conhecida também como as palafitas da Maré (barracos de madeira sobre área alagadiça).

> A grande maioria das favelas surgidas no rio, no período 1948-1960, localizou-se nas proximidades da Av. Brasil, que já eram em número de 47 em 1960, respondendo por uma população de 111.341 habitantes. A praia do Apicum, um antigo manguezal, já era agora um denso conjunto de casas de palafitas, denominadas Favelas da Maré, adensadas a partir das diversas obras realizadas na região, entre as quais, os aterros da Cidade Universitária e do aeroporto do Galeão. Acompanhando o surto industrial e resistindo a política oficial de expulsão da população proletária para os subúrbios mais afastados e Baixada, as favelas da Maré e seu vertiginoso crescimento, refletiam a perversidade do mundo urbano-industrial. Concorrendo em espaço com as indústrias, diversas favelas seriam erradicadas, durante o período de governo Carlos Lacerda (1961-1965), operação que teria continuidade durante a *Ditadura Militar*. (AMADOR, op.cit., p.353 – grifo do autor)

O povoamento da Maré foi intensificado devido à industrialização no Município do Rio de Janeiro, já que

> [...] neste período, a região da Leopoldina já havia se transformado em núcleo industrial. E, como as terras boas do subúrbio tinham se tornado objeto da especulação imobiliária, restou para a camada mais pobre a ocupação das áreas alagadiças no entorno da Baía da Guanabara.(http://www.ceasm.org.br/abertura/03onde/m_hist.htm)

O processo de industrialização no Brasil provocou uma mudança nas condições populacionais e de vida entre a cidade e o campo, derivando um acelerado processo de urbanização. Os movimentos no interior do país foram intensificados, redistribuindo a população e as atividades econômicas e populacionais. De acordo com Almeida (2001) os novos sistemas de engenharia viária encurtaram as distâncias e interligaram as regiões do país, aumentando os fluxos de pessoas, bens e mercadorias, além do favorecimento do crescimento das metrópoles. Este período se constitui na reconstrução do espaço a partir de conteúdos da ciência e da técnica[23]. (JUNG;SILVA, 2005)

A mão-de-obra e o mercado são os grandes atrativos da indústria para a cidade, em contrapartida, a indústria oferece empregos e gera serviços. A indústria colonizou e provocou a intensificação da urbanização. A base territorial da produção industrial se deu na cidade, pois esta concentra a força de trabalho e o capital. Neste contexto, os problemas sociais foram exacerbados, onde a presença das fábricas modificou a ordem urbana, alterando as condições de vida dos moradores da cidade. A industrialização impulsionou uma disparidade populacional entre a cidade

[23] Identificado por Santos (1997) de técnico-científico-informacional.

e o campo, resultando num rapidíssimo processo de urbanização, porém com diferentes conseqüências para a cidade, entre elas, o subemprego, a mendicância, as favelas, a criminalidade, entre outras. Isto, porque o desenvolvimento dos setores secundário e terciário não acompanhou o ritmo da urbanização, além da total carência de uma firme política de planejamento urbano. (JUNG; SILVA, 2005)

A urbanização assumiu um caráter explosivo e generalizado no século XX, ao qual foi impulsionada pela industrialização. O processo de urbanização e industrialização gerou a concentração das atividades comerciais e de serviços mais importantes em algumas cidades. Estas acumularam capital e poder político - as chamadas metrópoles -.

> O processo de metropolização no Terceiro Mundo é contemporâneo do processo de mundialização da economia e da sociedade. Ele resulta da irrecorribilidade da modernização que é ao mesmo tempo seletiva e inegalitária, privilegiando uma parcela do território e uma parcela da população, com o desenvolvimento simultâneo de novas burguesias, de novas classes médias e de uma multidão de gente pobre. A lógica desse movimento é já bastante conhecida e podemos nos dispensar de elaborar sobre ela. O certo, porém, é que a conjunção das variáveis de modernização e das varáveis de atraso levam, paralelamente, ao aumento da população, à deserção do mundo rural, a um desenvolvimento urbano que privilegia as grandes cidades, onde as condições de vida são dolorosas para uma enorme parcela da população. (SANTOS,1990,p.183)

A favela é uma das representações da organização espacial da metrópole. Em 1980, aproximadamente 80% das moradias em favelas estavam nas principais regiões metropolitanas do Brasil. Na região metropolitana do Rio de Janeiro estão concentradas 92% da população residente em favelas do Estado (TASCHNER, 2003). É neste contexto, que pretendemos apresentar o surgimento da

favela da Maré que foi considerada o maior conjunto de favelas da América Latina (VARELA, 2000).

Inicialmente, a Maré era composta por seis comunidades, sendo elas, contíguas, porém singulares no que se refere ao modo de ocupação, a organização socioespacial, a origem dos seus moradores, as condições físicas do espaço entre outras características. As comunidades pioneiras foram: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Parque Maré (1953), Parque União (1961), Rubens Vaz (1961) e Nova Holanda (1962). Sendo que nova Holanda foi criada pelo governo do Estado.

2.1.1 Um resumo do processo de ocupação das seis primeiras comunidades que constituíram a favela da Maré

O resumo com o histórico das comunidades que será relatado abaixo, obedecerá à cronologia e à história da ocupação das seis primeiras comunidades que originaram o conjunto de favelas da Maré.

Morro do Timbau

"O Morro do Timbau, juntamente com a Baixa do Sapateiro, faz parte da história dos primeiros núcleos de ocupação inicial da Maré." [24] (VAZ, 1994, p.1.Sic.) Este fato pode ser em parte, justificado pelas condições físicas destas localidades (morro), pois a área da Maré era lodosa e inapropriada para moradia. O processo de ocupação do Timbau iniciou-se ao centro e a oeste do morro, expandindo-se posteriormente às proximidades da Avenida Brasil.

[24] Existem algumas controvérsias no que tange à precisão de qual ocupação surgiu primeiro na Maré, se foi o morro do Timbau ou a Baixa dos sapateiros.

Segundo Vaz (1994), a primeira ocupação do Morro do Timbau foi caracterizada pela identidade de D. Orozina com o lugar. Ela e seu marido fizeram um passeio de domingo na praia de Inhaúma e ficaram encantados com as águas límpidas e a paisagem local. Sendo assim, resolveram sair das imediações da Central do Brasil e foram construir um barraco com tábuas trazidas da maré no Morro do Timbau. Posteriormente, como demarcação territorial, plantaram árvores no entorno do terreno e fizeram hortas.

As primeiras famílias construíram seus barracos próximos aos mananciais e ao pediplano do morro, localização que muito facilitou o deslocamento e acesso à água. Posteriormente, com o adensamento das encostas, houve a expansão da ocupação e, junto a ela, as dificuldades inerentes à falta de estrutura local.

É importante ressaltar que este espaço foi uma arena de conflitos entre a população que ali habitava e o exército que cobrava uma espécie de pedágio, instituía normas comportamentais, proibia a construção de novas casas, reprimia os moradores e até cercou a comunidade do Timbau, isolando-a da Baixa do Sapateiro (área considerada pelos militares perigosa, pois eles não tinham domínio).

> Não é possível entender esse processo, sem mencionar a conflituosa convivência da comunidade com uma espécie de poder instituído local, o Exército, e na influência exercida na forma de organização dos moradores.
> Em 1974, com a construção do Maracanã, o quartel de um batalhão motorizado se desloca para a área existente entre a avenida Brasil e o morro do Timbau. (Ibid., p. 5)

Devido aos constantes conflitos, a população organizou-se (fundou a Associação de Moradores[25]) e começou a reivindicar direitos, como por exemplo, os de posse e urbanização. Este processo de conquistas foi lento, mas a comunidade do Timbau articulou-se de tal forma que foi reconhecida pela ONU como modelo de organização comunitária. (urbanização da Rua Caetés pelos próprios moradores)

Baixa do Sapateiro

Para falar da Baixa do Sapateiro é necessário remeter-se ao Morro do Timbau, pois *essa* "proximidade entre os núcleos presta-se a dificuldade em precisar os seus limites iniciais e a isso pode ser creditada a confusão dos registros mais antigos desses agrupamentos." (Ibid., p.3)

As controvérsias envolvendo a Baixa do Sapateiro não estão restritas apenas em seus limites espaciais e temporais. O próprio nome da comunidade é objeto de diferentes versões. Entre elas, podem ser apresentadas:

> [...] alguns moradores, sustentam que havia um sapateiro que cuidava da área [...] Então, alguém quando vinha à procura de algum parente, se dirigia no barraco desse cidadão e a notícia foi correndo. Vai lá na Baixa do sapateiro e procura fulano e ficou o nome. (Ibid., p.4)
>
> Outros dizem que tal nome surgiu do jargão policial da época, que se referia aos nordestinos em geral como "baianos". Pelo fato de na época haver um alto índice de criminalidade na comunidade, que por sua vez era formada predominantemente por nordestinos, "baianos", teria a comunidade, por analogia, sido designada nas páginas policiais como "Baixa do Sapateiro", numa alusão clara à região do mesmo nome localizada na cidade de Salvador.
> [...]Outra versão é a de que a área, por se localizar na parte baixa da Ponta do Timbau, que era dominada pelo morro, e por apresentar

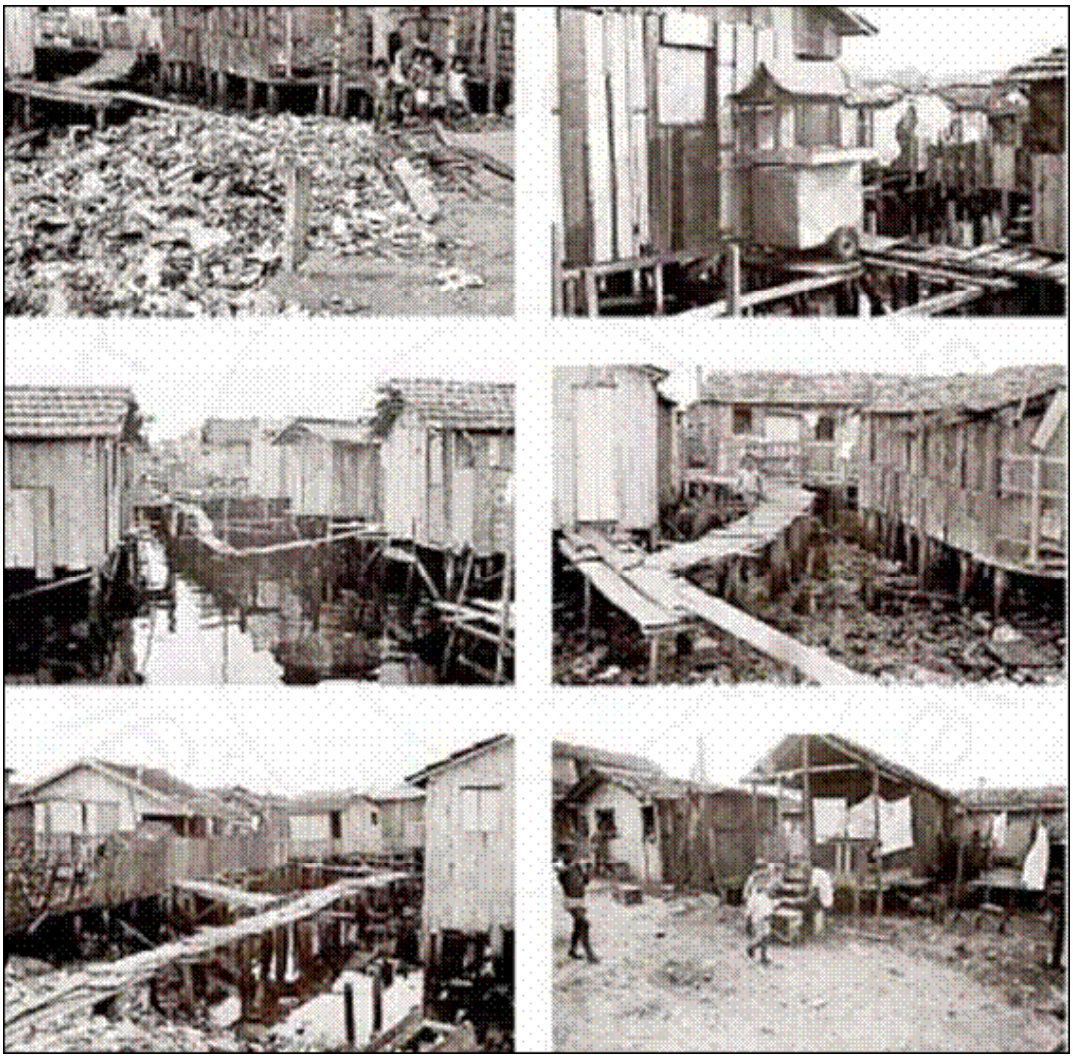
[25] Para desmobilizar a Associação de Moradores e a força da representação comunitária, o governo entendia que, urbanizando e liberando as melhorias das casas, não haveria mais problemas e desta maneira, a população iria desarticular-se, pois a concepção era o que une as pessoas são as necessidades e agora, elas acabaram. (VAZ, 1994)

> vasta vegetação de mangues, principalmente de uma espécie conhecida como "sapateiro", seria pelos antigos moradores chamada "Baixa dos Sapateiros", e que mais tarde, "Baixa do Sapateiro". (http://www.ceasm.org.br/abertura/03onde/m_hist.htm - grifo do autor)

Algumas questões relacionadas ao processo de ocupação da Baixa do Sapateiro devem ser citadas, como: a precariedade das condições do lugar e neste caso, os problemas não eram relacionados à falta de urbanização “apenas” e sim à insalubridade do terreno e à violência do governo em reprimir as ocupações.

Os barracos eram erguidos com restos de material de construção, latas e madeiras que eram trazidas pela própria maré. Os barracos das palafitas eram construídos acima de 2m do nível do mar, as estacas eram socadas até encontrarem firmeza. As “ruas” eram as pontes de madeiras, sustentadas pelos próprios barracos. – Que posteriormente eram aterradas –

Figura 10: Baixa do Sapateiro.



Fonte:http://www.photoindustrial.com/favela30/pages/mare63.htm.

A Baixa do Sapateiro também foi representada por uma forte articulação comunitária, através da Associação de Moradores (AM) União de Defesa e Melhoramentos do Parque Proletário da Baixa do Sapateiro. As lutas/causas não foram diferentes da AM do Morro do Timbau.

Parque Maré

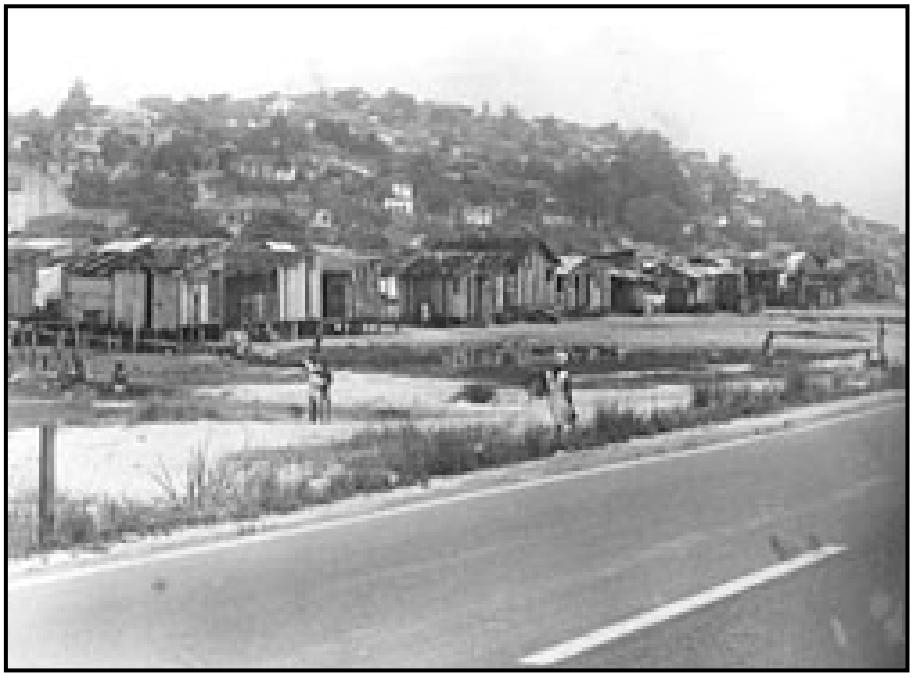
O processo de ocupação do Parque Maré assemelha-se ao da Baixa do Sapateiro, ambos foram ocupações espontâneas. Descreve-se que nessa região haveria uma **entrada**, ou seja, uma pequena enseada no terreno lodoso em região próxima à Avenida Brasil. (VAZ , ibid., p.3)

As palafitas do Parque Maré, expandiram-se a partir dos aterros e em direção às águas da Baia de Guanabara. Estes aterros eram construídos de maneira coletiva, o material era resultante de construções nas quais os moradores eram peões-de-obra, além do entulho trazido pelos caminhões.

A AM foi instituída na década de 1960 e como nas outras comunidades, foi fundamental para o fortalecimento da comunidade.

Parque Rubens Vaz

Figura 11: Tímida ocupação as margens da Avenida Brasil – 1972.



Fonte: Acervo Correio da manhã apud <http://www.favelatemmemoria.com.br>.

> Moro aqui desde 1961. Era tudo chão de barro e não tinha barraco nenhum. Vim trabalhar neste chão a mando de um compadre que foi me buscar em casa. A gente começou com uma corda marcando de um lado para outro. Marcando seis metros.
> (Augusto Ribeiro da Silva, 74 anos, morador do Parque Rubens Vaz apud <http://www.favelatemmemoria.com.br/>[26])

O Parque Rubens Vaz era conhecido como areal devido à drenagem e canalização do canal da Portuária que deixou um excesso de areia ao final da obra.

> O número de habitantes foi crescendo e não tardou a surgir entre eles um líder. Este chama-se João Araújo, um paraibano que começou a organizar a área, alinhar as construções e formar as ruas. Em homenagem a ele, uma das ruas do local leva o seu nome. (VAZ, op.cit., p.2)

O aterro foi realizado pelos próprios moradores que utilizaram carvão, serragem e entulhos. Um detalhe importante na demarcação do limite dos lotes era a seguinte: o barraco era construído na frente do terreno e o banheiro nos fundos para aumentar o tamanho do lote. Quando uma família não tinha condição de construir o banheiro, ela utilizava uma ponte de madeira para usar o banheiro do vizinho.

O acesso á água potável também era um grande problema para os moradores de todas as comunidades da Maré. “[...] para ter água em casa à gente tinha que andar até a Avenida Brasil. E para trazer de volta só usando o rola-rola

[26] Reportagem “No início era o mosquito” de Cláudio Pereira em 15 de abril de 2005.

(barril adaptado para facilitar o transporte da água).” (Epídio Cabral, 56 anos, morador do Parque Rubens Vaz apud <http://www.favelatemmemoria.com.br>[27]).

Figura 12: Rola-rola: transporte de água.

Fonte: http://www.photoindustrial.com/favela30/pages/mare63.htm.

A denominação Parque Rubens Vaz foi oficializada em 1965, quando a população decidiu dar um nome à comunidade e escolheu o do major, ele foi vítima do atentado em Copacabana contra Carlos Lacerda (1954). Da mesma forma, a AM é registrada com o nome da comunidade.

[27] Reportagem “Linha dura coração mole” de Cláudio Pereira em 18 de junho de 2004.

Parque União

O início da ocupação do Parque União foi desconcentrado, pois sua localização não era nas imediações da Avenida Brasil.

Diferente das comunidades acima, o Parque União foi de certa forma, **planejado**. Um advogado ligado ao PCB[28] – Margarino Torres[29] – demarcou os lotes e os venderam a baixos custos (o valor era justificado, pois segundo Margarino, seria revertido para melhorias na comunidade e para pagar os seus honorários). Um facilitador deste processo foi o aterro realizado por uma empresa particular IRAL que, posteriormente, teve que abandoná-lo por motivos financeiros. Desta maneira, deu-se início à construção dos barracos.

> As casas eram construídas primeiramente em madeira. Internamente eles iam levantando as paredes em alvenaria, isso tudo feito às escondidas, pois, segundo a população, o governo proibia a construção em alvenaria. A madeira só era retirada, quando a casa já estava praticamente pronta. (VAZ, op.cit., p.5)

Margarino Torres desenvolveu uma série de regras para a convivência comunitária. Não era permitido o funcionamento de casas de jogos e prostituição. Ele também defendia a população das investidas do governo, no que se refere à demolição das casas/barracos; ele pedia um mandato de segurança para a polícia entrar na comunidade; como na maioria das vezes eles não tinham, as demolições eram impedidas.

---

[28] Partido Comunista Brasileiro.

[29] Margarino Torres iniciou suas atividades na Maré no Parque Rubens Vaz, onde foi um ator importante no processo de solidificação da comunidade. Com a invasão da área do Parque União, ele segue para lá e monta uma estrutura de ocupação.

As demolições não eram executadas apenas pelo governo; o próprio Margarino foi responsável por uma série de demolições, pois quando um barraco era erguido sem a sua autorização, ele **botava abaixo** incendiando-o. Outra regra local estava relacionada ao terreno, pois o morador só podia ter um.

Nova Holanda

> A trajetória de Nova Holanda até certo ponto pode ser considerada como inversa em relação às demais favelas da Maré, pois começa como um conjunto habitacional, como os próprios moradores consideravam no início, e acaba se favelizando, adquirindo todas as características e carências de qualquer favela nascida espontaneamente. (Ibid., p.7)

O nome da comunidade Nova Holanda de acordo com alguns moradores teve ascendência "nas habitações de Amsterdã construídas perto de canais, uma evolução utópica das antigas casas sobre palafitas da Maré." (<http://www.favelatemmemoria.com.br>)

Os primeiros barracos da Nova Holanda foram construídos, provisoriamente, a partir do aterro de uma grande área no final da Rua Teixeira Ribeiro, tomada da Baía de Guanabara. O que era para ser transitório ficou definitivo.

Nova Holanda foi projetada com um objetivo claro[30]: receber os moradores das favelas irradiadas pela cidade. Essa operação deflagrou-se com a criação da COHAB que recebeu subsídios da *United Agency for International*

[30] Nova Holanda foi idealizada como um centro de habitação provisória (CHP), onde, nestes centros, eram realizadas as triagens dos moradores removidos das favelas da cidade.

Development (USAID). As cifras disponibilizadas representaram CR$ Um bilhão em investimentos para a urbanização das favelas e construção de casas populares.

A Fundação leão XIII teve um papel importante no controle e supervisão do projeto, pois a sua função era controlar, mapear e supervisionar as remoções das famílias (ver capítulo 1).

> O critério para remoção das favelas obedecia à lógica da valorização urbana de determinadas áreas, consideradas de interesse para especulação imobiliária. A Zona Sul passava, naquele período, por um processo intenso de construção, o que levou à remoção de muitas favelas daquela área. Para garantir o processo de remoção a COHAB contava com apoio da Fundação Leão XIII, da Secretaria de Saúde, da Polícia Militar e da Secretaria de Serviços Sociais. (SILVA E., 1995, p. 65) [31]

A construção de Nova Holanda (CHP – 3) aconteceu no 2º semestre de 1961 e a sua ocupação em 1962, com os moradores oriundos das favelas do Esqueleto, do morro da Formiga e das margens do Rio Faria-Timbó. As primeiras casas construídas eram de madeira. Posteriormente, foram construídos os **duplexs** que eram uma espécie de galpão de madeira, subdividido internamente em 39 unidades (1º pavimento: sala, cozinha e banheiro e no 2º pavimento, dois quartos)

Na década de 1970, a população de Nova Holanda organizou-se e solidificou grupos de apoio à comunidade, sendo eles: grupo das mulheres e o grupo de jovens da igreja Católica. Em 1979 foi instituída a primeira assembléia para criação da Associação de Moradores de Nova Holanda e posteriormente, a Creche e

[31] Na citação a autora menciona em nota que a Fundação Leão XIII é um Órgão do estado e foi criado em 1947 com a finalidade básica de administrar os Centros de Habitação Provisória.

Escola Comunitária de Nova Holanda e a Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda.

Nova Holanda desponta-se como uma comunidade articulada e militante no cenário dos movimentos sociais oriundos das favelas no Rio de Janeiro.

2.2 A Maré depois de 1980

O Projeto Rio[32] foi idealizado em 1979, mas sua realização se deu na década de 1980. O objetivo do Projeto foi o de sanear a orla da Baía da Guanabara. A favela da Maré recebeu atenção prioritária na execução, pois a poluição na Baía era de responsabilidade principal das favelas.

O projeto contou com uma audaciosa proposta de remoção das famílias residentes em sub-moradias (palafitas), para casas populares dotadas de infra-estrutura básica. Em 1982, foram entregues as 1546 casas na Vila do João e 1057

---

[32] Depoimento de um morador do Parque Maré sobre o Projeto Rio, José Gomes Barros.
"Achava-se que a área da Avenida Brasil era muito feia e a intenção era embelezar o local. Para isso, queriam destruir tudo aquilo já construído por nós, e isto provocou líderes políticos como Aluísio Gama e Nelson Carneiro, a fazerem uma avaliação formal do Projeto Rio. Porém, com o tempo, eles todos nos abandonaram e a decisão de continuar brigando pela Maré foi dos moradores, afinal, éramos a parte mais interessada já que eram nossos lares em jogo. Fomos à reunião de avaliação do projeto, no Teatro Nelson Rodrigues, na cidade. Foram representantes da Baixa do Sapateiro, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Kelson e Parque Maré. O teatro estava lotado de moradores e representantes do governo. Havia o diretor-presidente do BNH, José Lopes.
O ministro Mario Andreazza falou pouco. Avisou que na semana seguinte estaria na frente da obra, com as máquinas, para derrubar os barracos. O responsável pelos representantes da Maré era o Manola, do Parque Maré. Eu era apenas um dos diretores (da associação). O Manola tinha problema de pressão e cada vez que falavam que iam derrubar os barracos da Maré ele ficava nervoso e começava a suar. Passou mal e ficou sem voz. Não tinha nenhuma condição e os outros escolhidos para falar, como Luis Vieira, da Baixa do Sapateiro, não quiseram falar. Falei então como morador da Maré e conhecedor de seus problemas.
Na Maré havia a Escola Nova Holanda, o Parque União já estava pronto, assim como outras comunidades. Todos temiam o ministro, pois tinha muito poder. Ele falou duas vezes que iria na frente das máquinas derrubar os barracos. Na terceira vez que falou me intrometi, dizendo não ter compreendido nada. Ele respondeu mais ou menos assim: 'Paraíba, vou falar novamente, vou vir à frente derrubando tudo'(Sic.)." apud <http://www.favelatemmemoria.com.br/>.

títulos de propriedades. Segundo Vaz (1994), este momento foi marcado por um grande evento político e eleitoreiro do então presidente João Figueiredo ao lado de artistas e personalidades, angariando intenções de votos para Moreira Franco (candidato ao governo do Estado).

Os conjuntos habitacionais construídos foram sucessivamente, Vila do João (1982), Conjunto Esperança (1982), Vila Pinheiros (1989) e Conjunto Pinheiros (1989).

> Após o projeto Rio, observa-se um decréscimo populacional em todas as comunidades, devido à retirada das palafitas. Com o aterro, o processo de expansão territorial se tornou mais controlado, não se verificando na área os surtos de crescimentos de antes que, sistematicamente, se dava nas áreas inundáveis. (Ibid., p.45)

Em 1994 o Complexo da Maré foi integrado às Regiões Administrativas do Município do Rio como bairro. Então, as comunidades de Marcílio Dias(1948), Roquete Pinto (1955) e Praia de Ramos (1962) foram somadas a ele.

A partir da década de 1990[33], o governo municipal criou três conjuntos habitacionais: Bento Ribeiro Dantas ou Fogo Cruzado (1992), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000). A construção destes conjuntos foi para abrigar os moradores de áreas de risco (Projeto Morar sem Risco – Prefeitura).

O quadro a seguir foi por nós elaborado, a partir da bibliografia consultada, a fim de se ter uma síntese do processo de expansão espacial da Maré, através da forma de ocupação, espontânea (moradores não transferidos por projetos governamentais/ mudaram por **conta-própria**) ou Poder Público.

---

[33] A construção da Linha Vermelha em 1992 foi uma obra importante no que tange à criação de limites para a expansão da Maré.

Quadro 2: Forma de criação das comunidades da Maré.

Ano	Nome da Comunidade	Forma de criação
1940	Morro do Timbau	Ocupação espontânea
1947	Baixa do Sapateiro	Ocupação espontânea
1953	Parque Maré	Ocupação espontânea
1954	Parque Rubens Vaz	Ocupação espontânea
1961	Parque União	Ocupação espontânea[34]
1962	Nova Holanda	Governo Estadual
1982	Vila do João	Governo Federal
1982	Conjunto Esperança	Governo Federal
1989	Vila Pinheiros	Governo Federal
1989	Conjunto Pinheiros	Governo Federal
1992	Bento Ribeiro	Governo Municipal
1996	Nova Maré	Governo Municipal
2000	Novo Pinheiro - Salsa e Merengue	Governo Municipal
Comunidades integradas ao Complexo da Maré com a criação da 30º RA		
1948	Marcílio Dias	Governo
1955	Roquete Pinto	Ocupação espontânea
1962	Praia de Ramos	Governo Estadual

2.3 Algumas práticas espaciais na Maré

A abertura da Avenida Brasil (1946), via de acesso construída para interligar a cidade do Rio de Janeiro a outros Estados do país, foi um marco na ocupação da Maré. A população que ali habitou teve das mais diversas origens, desde migrantes do Nordeste do país a população removida de outras favelas da cidade.

[34] A ocupação foi organizada por Margarino Torres que fez o loteamento da área.

A construção das habitações em áreas alagadiças foi o símbolo dessa ocupação, já que o solo urbano estava cada vez mais valorizado e restavam apenas as encostas e áreas alagadiças que eram mais próximas ao Centro urbano e as indústrias.

As habitações conhecidas como palafitas foi o fruto de restos de obras (entulhos) e madeiras trazidas pela própria Maré. As condições de vida eram precárias, na mesma água em que o esgoto sanitário corria, muitas vezes, era a água em que se pescava e em que as crianças brincavam.

> Lembro que fazíamos um buraco no piso do barraco e colocávamos o vaso. As *necessidades* caíam direto na água. Meus filhos mergulhavam na Baía mas eu morria de nojo. Às vezes aparecia porco, gente morta, aborto. A maré cheia trazia de tudo. [...] meu marido pescava aqui dentro de casa mesmo. Jogava o anzol e ficava lá deitado no sofá, bebendo cerveja e ouvindo rádio. Às vezes pegava bagre, cocoroca... era tão bom! Quando a maré estava vazia, o pessoal jogava bola na areia, na rua da praia. (Claudete de Souza Pereira, moradora da Maré apud <http://www.favelatemmemoria.com.br[35]> grifo do autor)

Como vimos anteriormente, a história das comunidades da Maré[36] teve início com o Morro do Timbau, a Baixa do Sapateiro, os Parques Maré, Rubens Vaz

---

[35] Reportagem *De Bem com a Vida* de Cláudio Pereira em 30 de abril de 2004.

[36] "A princípio, o termo Maré denominava apenas as antigas comunidades de palafitas Parque Maré e Baixa do Sapateiro, e o Morro do Timbau. Com o passar do tempo, o imaginário homogeneizador e sociocêntrico da população carioca passou a denominar também, como Complexo da Maré, os parques proletários Rubens Vaz e Parque União e o Centro de Habitação Provisória Nova Holanda. Até que em 1994, o governo municipal, parecendo querer oficializar esse distanciamento ontológico, expandiu o perímetro e transformou as comunidades supracitadas num mesmo bairro popular; agregando ainda as vilas e conjuntos habitacionais criados pelo Projeto-Rio (Vila do João, Vila Pinheiro, Conjunto Esperança e Conjunto Pinheiros), as habitações construídas pelo programa Morar sem Risco (Bento Ribeiro Dantas, Salsa e Merengue e Nova Maré), além das comunidades Praia de Ramos, Roquete Pinto e Marcílio Dias. Todas passaram a fazer parte, por vias da paisagem ou talvez da funcionalidade, da XXX Região Administrativa." (LYRIO, 2005, p.48 – Grifos do autor).

e União e Nova Holanda. Em um período de 65 anos estes moradores desenvolveram e sofreram diferentes práticas espaciais para escolher, ocupar e permanecer ou sair da Maré.

Com a abordagem desenvolvida no capítulo anterior sugerimos uma classificação preliminar, no que se refere às práticas espaciais. Deste modo, detectamos a prática da **seletividade espacial**[37] no processo de ocupação de algumas das comunidades da Maré.

O Morro do Timbau é um bom exemplo, pois os seus moradores intencionalmente buscaram, nos diferentes atributos do espaço físico da região escolhida, as características propícias para a sua ocupação, tais como: área pitoresca, vazio demográfico, falta de resistência para a ocupação, proximidade ao Centro da cidade, proximidade de indústrias entre outros atributos.

Também podemos ilustrar o caso do Parque União como uma prática da **fragmentação – remembramento espacial**, onde o advogado Margarino Torres se apossou de um terreno privado, loteando-o e garantindo o seu controle perante os moradores. Ou seja, ele criou melhores condições para a moradia e agregou valor ao espaço (gestão territorial).

A prática **fragmentação – remembramento espacial** também pode ser percebida em Nova Holanda, porém com outros atores. Neste caso, entram em cena os setores governamentais em parceria com os não-governamentais, a política adotada por eles são as remoções.

Nova Holanda foi criada para ser centro provisório de habitação, pois as favelas da Zona Sul representavam um impedimento para a expansão imobiliária.

[37] Definições das práticas espaciais segundo Corrêa (2005), na página 39 deste trabalho.

Assim, as famílias das favelas que ali residiam precisavam ser **removidas** para outros lugares, o subúrbio.

> O critério para remoção das favelas obedecia à lógica da valorização urbana de determinadas áreas, consideradas de interesse para especulação imobiliária. A Zona Sul passava, naquele período, por um processo intenso de construção, o que levou à remoção de muitas favelas daquela área. (SILVA E., 1995, p. 65)

Deste modo, podemos destacar outra prática espacial na construção de Nova Holanda, **a marginalização espacial**. O Poder Público acentua a desvalorização espacial e aplica o menor investimento para aquele tipo de área no conjunto da cidade.

A ocupação das demais comunidades que integraram a RA Maré pode ser identificada, através das sucessivas iniciativas do Poder Público na construção dos conjuntos habitacionais e seus projetos remocionistas. Deste modo, a prática da **fragmentação – remembramento espacial** foi a mais evidente no conjunto das práticas.

As práticas espaciais desenvolvidas na Maré podem ser apontadas por diferentes atores sociais: seguimentos governamentais e não-governamentais e moradores. Em resumo, a prática da **seletividade espacial** é comum a um grupo de moradores, principalmente aos que ocuparam espontaneamente; já as práticas **fragmentação – remembramento espacial** e **marginalização espacial** podem ser atribuídas aos seguimentos governamentais e não-governamentais respeitando os tempos e espaços.

Apresentaremos a Maré no próximo capítulo com um enfoque nos dias atuais, com base nos seguintes dados e informações: populacional, estrutura etária, crescimento, educação, migração, renda e infra-estrutura urbana.

Capítulo 3 A Maré Atualmente

Uma cifra estatística isolada é
como poste com luz queimada:
Pode servir como apoio,
mas sozinho não ilumina nada.
Autor desconhecido apud Jannuzzi (2001).

Neste capítulo continuaremos a observar a Maré em suas múltiplas dimensões e expressões espaciais, onde cada escala representa uma face particular do processo, um conjunto de características intrínsecas ao recorte espacial observado (HARVEY, 1973 apud CASTRO, 2005), ou seja:

> [...] quando o tamanho muda, as coisas mudam, o que não é pouco, pois tão importante quanto saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber como elas mudam, quais os novos conteúdos nas novas dimensões. (Ibid.,p.137)

Deste modo, as múltiplas formas que se desenvolvem nos espaços da cidade nos mostram sua fragmentação espacial. Segundo Moreira (1997, p.55), "a geografia de um espaço pode ser pensada como a coabitação tensa da diferença e da unidade." Assim, ele pode ser caracterizado pela "justaposição de diferentes paisagens e usos da terra", paisagens e usos estes que originam um rico mosaico urbano (CORRÊA, p.145, 2001).

A partir desta premissa e para darmos maior visibilidade à atual organização espacial da Maré, comparamos a RA Maré com o Município do Rio de Janeiro. Posteriormente intra-Maré utilizando indicadores que foram as ferramentas

responsáveis pela identificação de algumas das condições de vida e de infra-estrutura urbana da população aí residente no ano de 2000.

Para observar a RA Maré através destes indicadores utilizamos os dados provenientes do Censo Demográfico IBGE 2000 e também informações do Censo Maré 2000 e do Censo Maré 2000: As Empresas da Maré, dos Institutos Pereira Passos (IPP) e de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No que se refere ao Censo (IBGE 2000), trabalhamos com os dados da Região Administrativa Maré (RA) XXX, Bairro Maré[38] e setores censitários desse levantamento. Já com os Censos Maré 2000, trabalhamos com as informações tabuladas e desagregadas por comunidade. Com esse detalhamento foram contempladas as especificidades populacionais e habitacionais das diferentes escalas de observação da Maré.

As informações selecionadas para esse conjunto de indicadores levaram em conta não só o volume populacional e seu crescimento, mas também a estrutura etária, a educação, a migração, o rendimento e a infra-estrutura urbana.

É importante salientar que os dados e informações pesquisados neste trabalho são provenientes de diferentes fontes; desta maneira encontramos algumas variações no que se refere, por exemplo, ao recorte espacial da Maré, onde o Censo Demográfico IBGE 2000 apresentou nove aglomerados subnormais[39] e o Censo Maré 2000 apontou 16 comunidades. Também existe uma diferença de 18.359 pessoas entre os dois levantamentos censitários, considerando que no primeiro caso a população levantada é de 113.817 habitantes e no segundo caso é de 132.176.

---

[38] A RA Maré e o Bairro Maré são equivalentes espacialmente, as subdivisões só vão aparecer com os setores censitários.

[39] Conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais; (CENSO IBGE 2000, Notas Metodológicas).

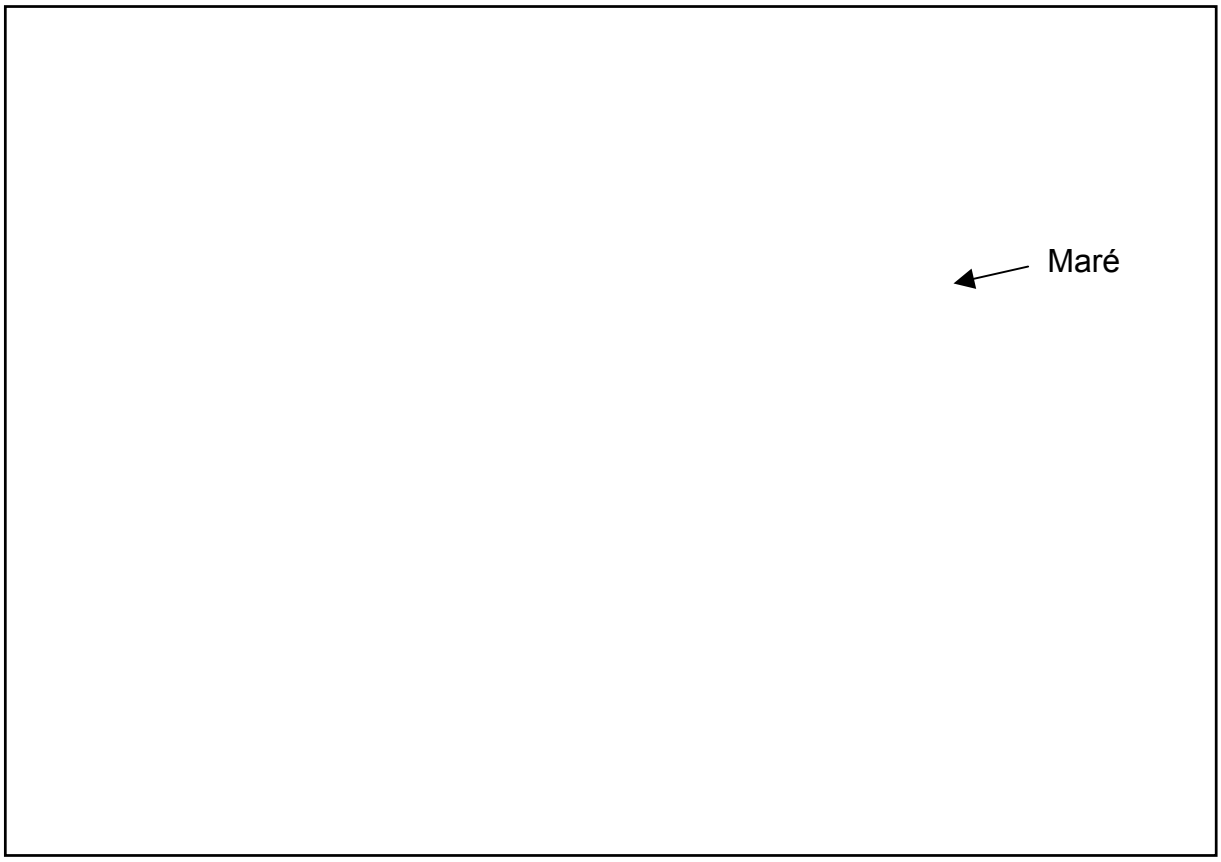
Apesar de existirem algumas divergências de cunho metodológico e de escala entre os censos IBGE 2000 e Maré 2000, trabalhamos com os respectivos dados e informações respeitando as suas diferenças, a fim de esboçar o atual perfil da Maré.

Assim, utilizamos dois níveis de análise: o primeiro traz uma comparação entre o Município do Rio de Janeiro e a RA Maré com base nos dados do Censo IBGE (2000) e informações do IPP e IPEA. O segundo realiza uma comparação intra-Maré a partir das informações dos Censos Maré 2000 e as Empresas da Maré.

3.1 A Região Administrativa – RA Maré

A Maré está situada na Região Administrativa XXX e Área de Planejamento III (Norte) do Município do Rio de Janeiro, entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha e cortada pela Linha Amarela. A sua extensão territorial é de 4,56 Km^2. É importante ressaltar a proximidade com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro.

Figura 13: Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas do Rio de Janeiro, 2004.



Fonte: Armazém de Dados – IPP, 2004.

De acordo com o Censo Demográfico IBGE 2000, a RA Maré é composta por nove aglomerados subnormais, que são: Baixa do Sapateiro, C.E. Marcílio Dias[40], Maré, Morro do Timbau, Nova Holanda, Roquete Pinto, Parque União, Ramos e Rubens Vaz. Entretanto, segundo o Censo Maré 2000, ela é formada por 16 comunidades, sendo elas por ordem de ocupação: Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Roquete Pinto (1955), Rubens Vaz, (1961), Parque União(1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João(1982), Vila

[40] Vale lembrar que o IBGE considera a Favela C.E. Marcílio Dias pertencente ao Bairro Penha Circular.

Pinheiros(1989), Conjunto Pinheiros (1989), Bento Ribeiro/ Dantas ou Fogo Cruzado (1992), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000).

Segue abaixo, a figura 14 com a delimitação das 16 comunidades e uso do espaço.

Figura 14: Organização Espacial da RA Maré, 2000.

Fonte: Censo Maré 2000 apud Lyrio 2005.

3.2 Características Populacionais e Habitacionais: uma comparação entre o Município do Rio de Janeiro e a RA Maré.

3.2.1 A população: volume, crescimento e estrutura etária.

A população da Maré, de 113.817 habitantes, está distribuída em 33.211 domicílios. Assim, a RA representa 1.94% da população do Município do Rio de Janeiro e 0.79% do Estado. Se a RA Maré recebesse o status de Município ocuparia a 17ª posição em termos populacionais do Estado do Rio de Janeiro e 12ª em população da Região Metropolitana, passando os Municípios de: Japeri, Itaguaí, Maricá, Seropédica, Paracambi, Guapimirim, Tanguá e Mangaratiba[41], como pode ser visto na Tabela abaixo.

Tabela 1: População dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), 2000.

Município	População	(%)
Rio de Janeiro	5.851.944	53.82
Nova Iguaçu	915.366	8.42
São Gonçalo	889.828	8.18
Duque de Caxias	770.865	7.09
Niterói	458.465	4.22
São João de Meriti	449.229	4.13
Belford Roxo	433.120	3.98
Magé	205.699	1.89
Itaboraí	187.127	1.72
Nilópolis	153.572	1.41
Queimados	121.688	1.12
Japeri	83.160	0.76
Itaguaí	81.952	0.75
Marica	76.556	0.70
Seropédica	65.020	0.60
Paracambi	40.412	0.37
Guapimirim	37.940	0.35
Tanguá	26.001	0.24
Mangaratiba	24.854	0.23
Total RMRJ	10.872.798	100.00

Fonte: Censo IBGE 2000.

Como pode ser observado na Tabela 1, é interessante se considerar, a propósito, as circunstancias da divisão administrativa e do termo de estrutura de poder dos territórios contemplados. Como apontam no relatório do Censo Maré (2000), esta RA se fosse Município independente

> [...] poderia constituir uma Câmara de Vereadores com até 21 representantes. O Município de Nilópolis (153.572 habitantes), que possui uma Câmara de Vereadores com 21 representantes, e o de Resende (104.482), com os seus 17 representantes no legislativo municipal são exemplos sinalizadores das possibilidades de representação política de Municípios cujas dimensões populacionais estão próximas às do nosso bairro. (p.36)

A Tabela 2 demonstra que a população da Maré quando comparada com outras favelas do Município do Rio, quase dobra na última década, constituindo as mais elevadas taxas de crescimento[42] que atingem no período de 1991 a 2000, a significativa cifra de 6.9% a.a.

Tabela 2: População residente nas principais favelas do Município do Rio de Janeiro, por ano e taxa média anual de crescimento no período de 1991 a 2000.

Localidade	**1991**		**2000**		**Taxa de Crescimento 1991-2000**
	n	**%**	**n**	**%**	
Alemão	51.591	0.9	65.637	1.1	2.7
Rocinha	42.892	0.8	56.313	1.0	3.1
Jacarezinho	37.393	0.7	36.428	0.6	-0.3
Maré	**62.458**	**1.1**	**113.817**	**1.9**	**6.9**

[41] Esta comparação foi realizada no relatório final do Censo Maré 2000, porém com os dados

Fonte: Censo IBGE 2000 (por nós elaborada).

Esta taxa pode ser justificada a partir da classificação da Maré no ano de 1994, como Região Administrativa do Município do Rio; com isso, esta região aumentou os seus limites espaciais e populacionais. Entre o período de 1990 a 2000, o governo municipal criou três conjuntos habitacionais com o objetivo de transferir moradores de áreas de risco para a Maré.

A seguir, passamos a observar a população do Município do Rio e da RA Maré segundo a estrutura etária e o sexo através da pirâmide populacional[43]. A análise da distribuição por idades da população revela características importantes ao delineamento das políticas setoriais, tais como, nas áreas da educação, saúde, emprego, previdência social, entre outras. Assim, a composição etária afeta o perfil das demandas sociais.

Ao observar a pirâmide etária do Rio, percebe-se o alargamento do topo que indica um aumento da longevidade. Isso se deve ao fato de que essas pessoas nasceram em um período de alta fecundidade[44], além de a mortalidade ter diminuído

---

referentes ao mesmo Censo. Aqui, adaptamos para os dados do Censo IBGE (2000).

[42] As taxas de crescimento do país, do estado e do Município do Rio de Janeiro para o mesmo período foram de 1,6%, 1,3% e 0,7%.

[43] "Uma pirâmide populacional representa graficamente a composição etária e por sexo de uma população. Por meio de valores absolutos ou proporções de homens e mulheres em cada grupo etário, a pirâmide oferece um quadro vívido das características de uma população. O somatório de todos os grupos de idade e sexo na pirâmide é igual ao total da população ou 100% da mesma." (BELTRÃO, 2004, p.41)

[44]A fecundidade está associada à procriação humana, em termos do número efetivo de filhos em relação às mulheres em idade reprodutiva. A fecundidade é entendida como o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo de seu período reprodutivo. Do ponto de vista demográfico, a análise da fecundidade tenta medir em que grau e como vão ocorrendo os nascimentos. A importância está no fato de que estes vão determinando, conjuntamente com a mortalidade e as migrações, o crescimento e a estrutura da população.

e a esperança de vida[45] ter aumentado. O envelhecimento populacional é determinado por essa redução da fecundidade (envelhecimento pela base) principalmente pelo aumento da população em idades mais avançadas que é o envelhecimento pelo topo.

Neste caso, a pirâmide etária do Município do Rio demonstra que o processo de transição demográfica se encontra avançado (a pirâmide perde a sua forma e ganha novos contornos podendo tornar-se retangular). Em contraste a pirâmide da RA Maré apresenta alta fecundidade; baixa proporção de idosos; baixa expectativa de vida e a diminuição do número de homens e mulheres nas faixas etárias dos 10 aos 19 anos[46]. Essa é uma representação da distribuição etária populacional que mantêm o padrão de pirâmide (base larga e topo estreito). Esse procedimento anuncia expressivas diferenças nas características e condições de vida dos residentes na Maré e a população total residente no Município.

Destacamos, agora, um indicador alternativo que pode apontar as condições de saúde da população, assim como a condição de vida que é a esperança de vida ao nascer[47] (JANNUZZI, 2001). Neste caso, como pode ser observado nas pirâmides etárias (Gráficos 1 e 2), o envelhecimento do conjunto da população do Município é superior ao da RA Maré. Deste modo, a esperança de

---

[45]A esperança de vida em determinada idade pode ser interpretada como o número médio de anos que se espera que um indivíduo viva a partir daquela idade, considerando o nível e a estrutura de mortalidade por idade observados naquela população. Quanto menor for à mortalidade, maior será a esperança de vida ao nascer.

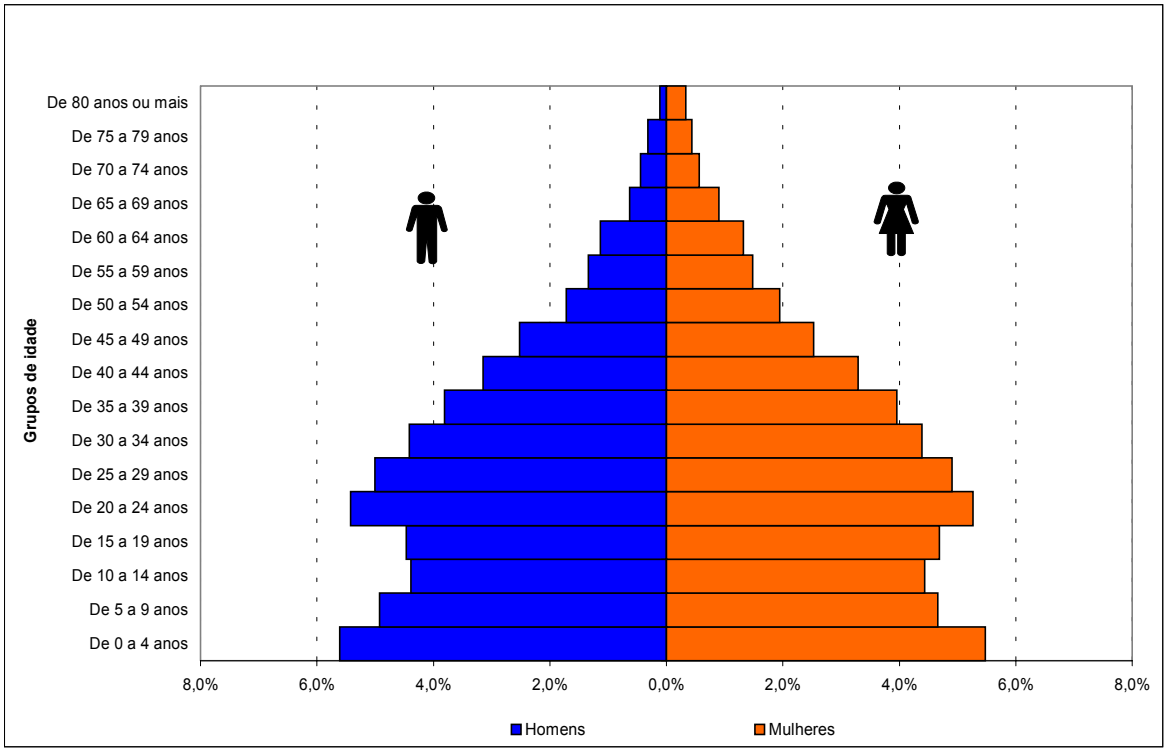
[46] Esse comportamento pode ser ocasionado por diferentes motivos. Porém, não é o objetivo do presente trabalho entrar nesta especificidade do assunto. No entanto, uma ampla bibliografia a respeito pode ser consultada, entre outras, como Ana Amélia Camarano.

[47] "[...] número médio de anos que se espera que um recém-nascido possa viver em uma dada sociedade, considerando as probabilidades de sobrevivência registradas no momento presente para cada faixa etária. Ou seja, no cálculo da esperança de vida levam-se em consideração não apenas os riscos da mortalidade infantil, mas todo o histórico de mortalidade de crianças adolescentes, jovens, adultos e idosos; além naturalmente dos riscos diferenciais de homens e mulheres." (JANNUZZI, p.74, 2001)

vida da população da RA Maré (66.03) é menor que a do conjunto do Município do Rio (70.20).

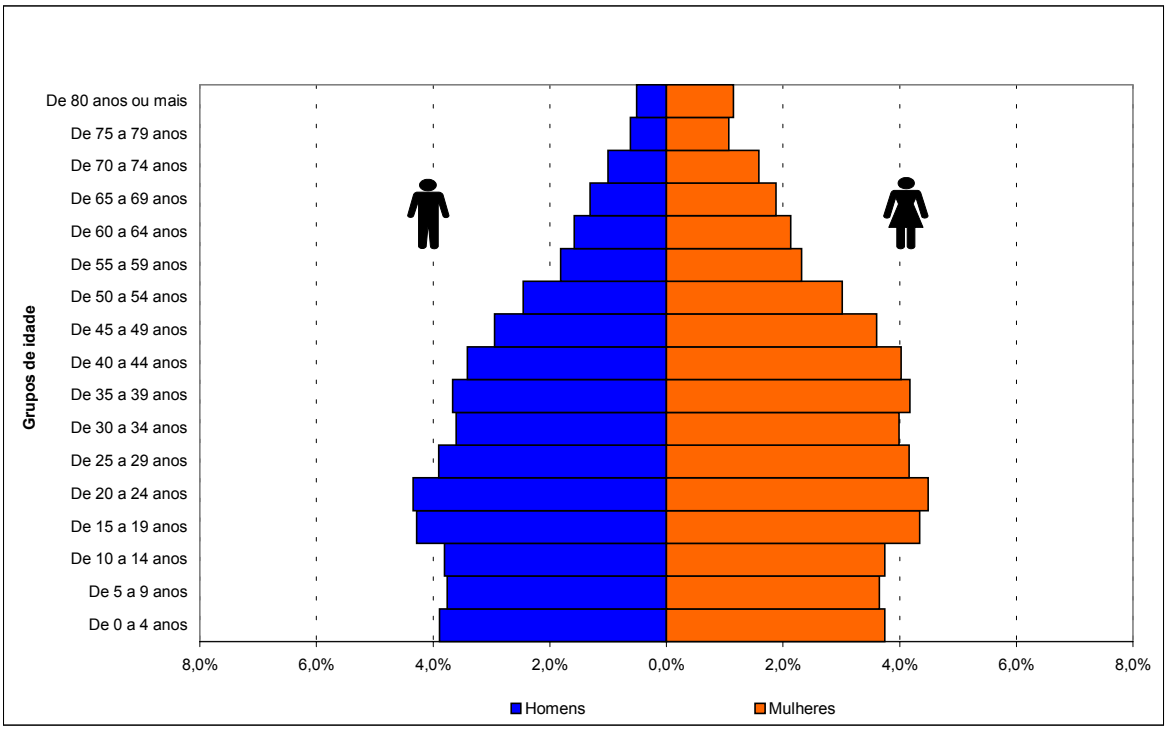
Estes valores demonstram que o estudo do todo, de modo geral, não representa fielmente as suas partes. Ou seja, para chegar a uma representação mais detalhada dos dados, se faz necessário trabalhar com as diferentes escalas de análise. Assim, o indicador da esperança de vida ao nascer da RA Maré aponta uma das dimensões da desigualdade socioespacial do Município do Rio.

Gráfico 1: Estrutura relativa da população, por sexo e grupos de idade na Maré, 2000.



Fonte: Censo IBGE 2000 (por nós elaborado).

Gráfico 2: Estrutura relativa da população, por sexo e grupos de idade no Município do Rio de Janeiro, 2000.



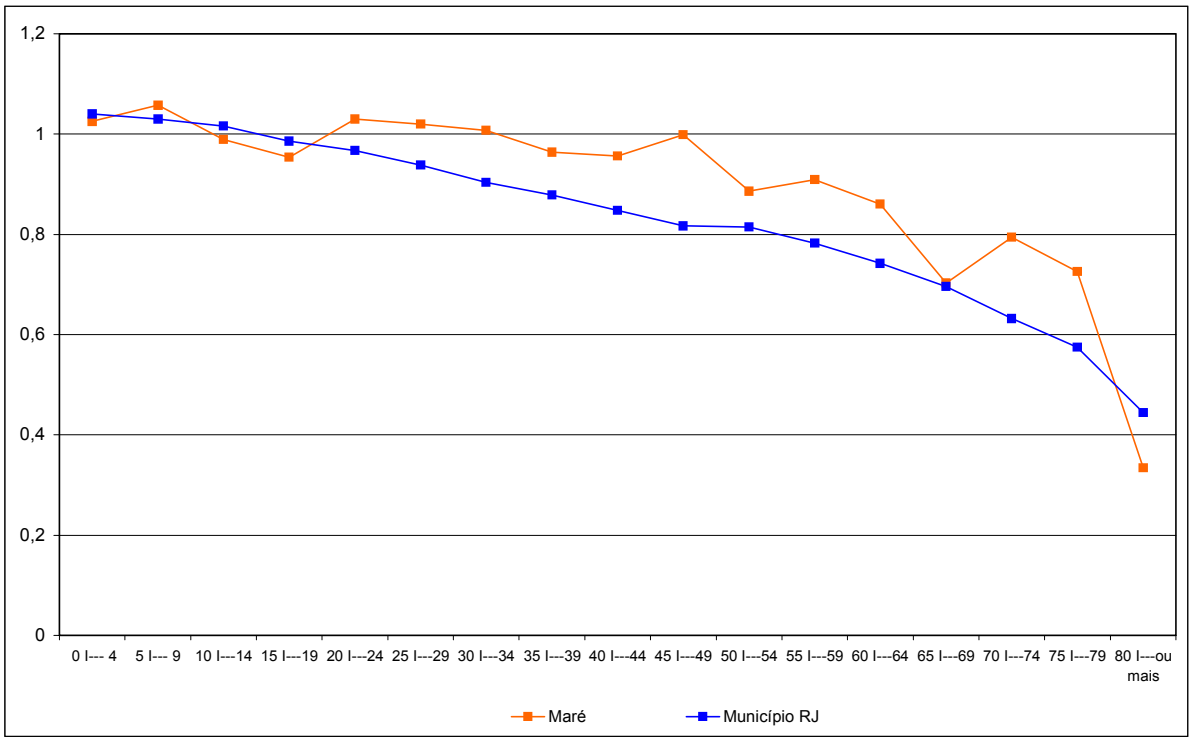
Fonte: Censo IBGE 2000.

Outro indicador demográfico utilizado em análises sobre características e desigualdades entre conjuntos populacionais específicos é a chamada razão de sexo[48]. Essa medida permite apontar os níveis de mortalidade bem como as tendências migratórias dos contingentes populacionais estudados.

[48] Razão de Sexo é a razão entre homens e mulheres em uma dada população, usualmente expressa o número de homens para cada 100 mulheres. Trata-se de um indicador que considera a composição por sexo e idade de uma população.

Com base no Gráfico 3 podemos perceber que a curva da razão de sexo decresce com o aumento da idade, ou seja, nascem mais homens que mulheres, mas depois essa relação se modifica, seja por mortalidade (doenças ou causas externas) e/ou migração diferenciada. Desta maneira, o número de mulheres por faixa etária fica maior que o de homens (dinâmica idêntica para o Rio e para a Maré).

Gráfico 3: Razão de Sexo – Município do Rio de Janeiro e RA Maré, 2000.



Fonte: Censos IBGE 2000 (por nós elaborado).

Comparando a razão de sexo do Município do Rio e da RA Maré, significa dizer que, para cada 100 mulheres no ano de 2000 existiam 88 homens, já na Maré para cada 100 mulheres existiam 97 homens.

Expressada em Gráfico (Gráfico 3), pode-se perceber que a curva da razão de sexo da Maré não segue o mesmo contorno da curva do Rio; enquanto a

proporção de homens na curva do Rio decresce de forma linear, a curva da Maré apresenta diferentes picos e a relação de homens para mulheres é maior que a do Município. Há duas possibilidades para tal comportamento da curva da Maré, quais sejam: mortalidade por causas externas e a migração seletiva por sexo.

Alguns comportamentos da curva da razão de sexo da Maré pedem destaque, são eles: acontecem decréscimos a partir das faixas etárias dos 10 aos 19 e volta a crescer na faixa etária posterior. Esse comportamento é observado no Município, porém em ritmo permanente onde a queda é linear. Na faixa etária dos 45 a 49, a relação de homens/mulheres chega à proporcionalidade 1. Outro pico importante de decréscimo ocorre na faixa etária dos 65 a 69, onde uma queda da razão de sexo pode ser explicada por algum evento ocorrido anteriormente ou no período da pesquisa. Essa abordagem se faz necessária, pois nas faixas etárias seguintes, a razão de sexo aumenta. A maior queda pode ser observada na faixa dos 80 ou mais, o decréscimo apresentado pela Maré corresponde ao dobro do Rio. (essa queda é evidente quando comparados os Gráficos 1 e 2).

3.2.2 A população: Características da educação

No Censo IBGE (2000), a população analfabeta[49] no Brasil atingiu o total de 14 milhões de pessoas. Ao representarmos e compararmos este valor em taxa, visualizamos que o Município do Rio apresentou uma taxa correspondente a um terço da taxa do Brasil. Já a RA Maré segue a mesma tendência do país, ainda que apresente uma taxa menor, como pode ser visto na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3: Taxa de analfabetismo[50] por local de referência, 2000.

Local de Referência	Taxa de Analfabetismo
Brasil	13.60
Rio de Janeiro	4.40
RA Maré	11.40

Fontes: Censo IBGE 2000, IPP 2002. (por nós elaborada)

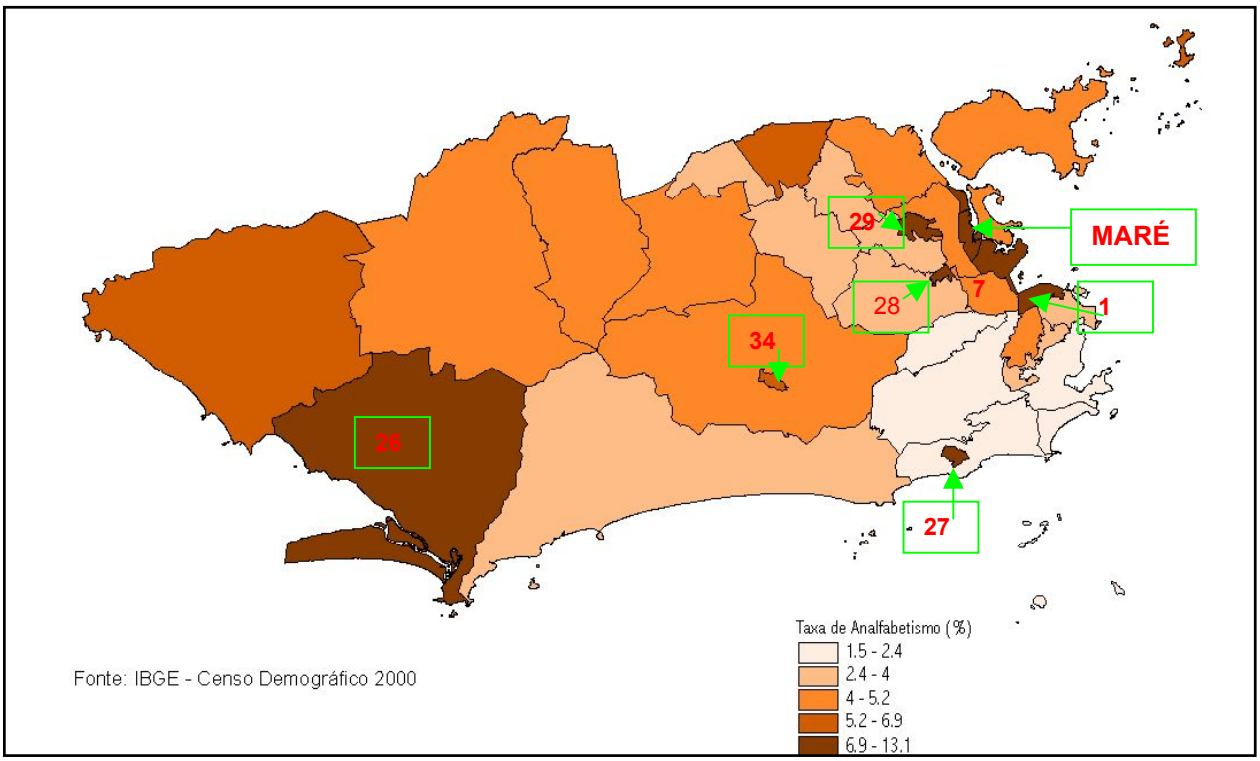
Comparando as taxas de analfabetismo da RA Maré no contexto do Município, se pode verificar que os diferenciais em educação são, por demais, acentuados, atingindo uma distancia de quase três vezes o valor do Rio. Deste modo, é importante ressaltar que esta diferenciação é coincidente quando se trata das RA´s de áreas de baixa renda do Município. Neste caso, podemos entender que o espaço urbano apresenta-se como um condicionante social, este condicionamento faz-se existir através das obras realizadas/determinadas pela própria sociedade, como bem exemplifica Corrêa (2001):

> As áreas residências segregadas, por sua vez, representam papel ponderável no processo de reprodução das relações de produção, no bojo do qual se reproduzem às diversas classes sociais e suas funções. Assim, de um bairro habitado pela elite dirigente espera-se que esteja sendo forjada a próxima geração de dirigentes. O mesmo se espera dos bairros populares das periferias metropolitanas [...] (p.149).

[49] Pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. (IBGE, 2000)

No cartograma abaixo (Figura 15), podemos visualizar esta realidade educacional através das manchas com as maiores taxas de analfabetismo no Município do Rio de Janeiro, que são as das RA´s, 1 – Portuária, 7 – Parte de São Cristóvão, 26 – Guaratiba, 27 – Rocinha, 28 – Jacarezinho, 29 – Complexo do Alemão, 30 – Maré e 34 – Cidade de Deus.

Figura 15: Taxa de analfabetismo no Município do Rio de Janeiro por RA, 2000.



Fonte: Censo IBGE 2000 Apud IPP 2002.

Na Tabela 4 (abaixo) os dados são apresentados de maneira hierárquica indicando a posição das RA´s com relação as taxas de analfabetismo do Município.

[50] População de 15 e mais de idade.

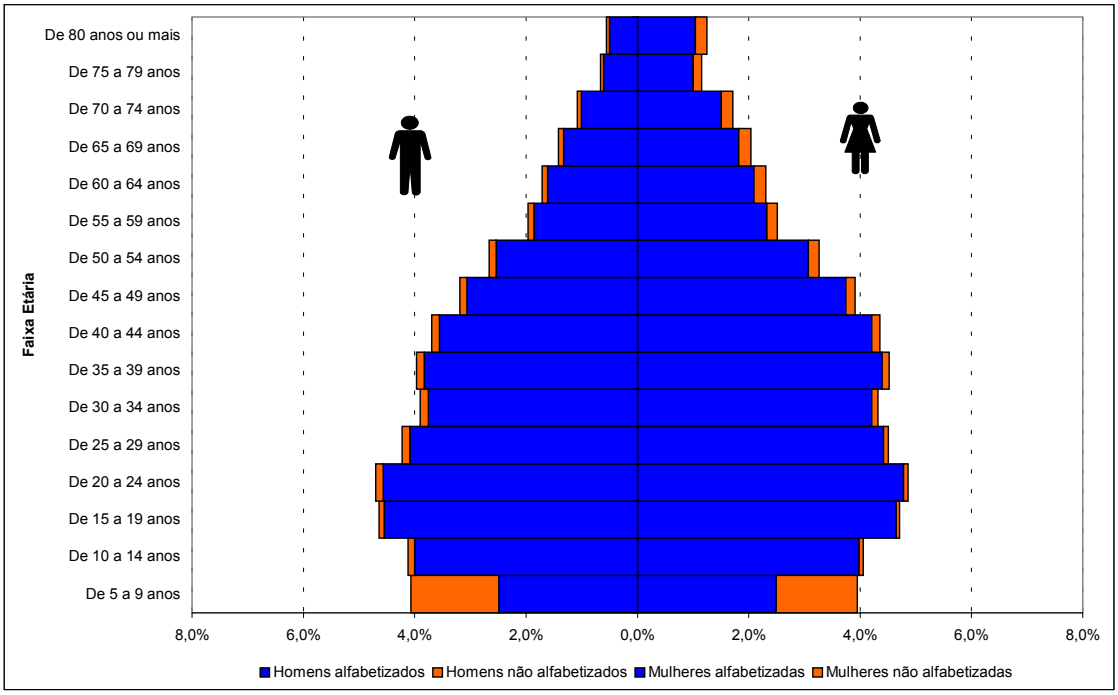
Tabela 4: Taxa de analfabetismo por Região Administrativa, 2000.

Local	2000	
	Taxa	º
Cidade do Rio de Janeiro	**4.4**	**-**
Copacabana	1.5	1º
Botafogo	1.6	2º
Lagoa (s/Rocinha)	1.9	3º
Vila Isabel	2.4	5º
Tijuca	2.2	4º
Centro	3.1	8º
Méier	3.0	7º
Irajá	2.8	6º
Madureira	3.4	9º
Anchieta	3.9	11º
Ilha do Governador	4.3	14º
Santa Teresa	4.0	13º
Penha	4.7	17º
Inhaúma (s/ Jacarezinho)	3.6	10º
Jacarepaguá (s/ C. Deus)	5.0	20º
Cidade de Deus	6.6	23º
Rio Comprido	4.6	16º
Ramos (s/Maré e s/Alemão)	4.6	15º
Bangu (inclui Realengo)	4.7	18º
Barra da Tijuca	3.9	12º
Campo Grande	4.9	19º
Pavuna	5.7	22º
Paquetá	6.9	24º
São Cristóvão	5.2	21º
Santa Cruz	6.7	24º
Portuária	8.5	26º
Guaratiba	9.7	28º
Jacarezinho	9.6	27º
Alemão	12.5	30º
Maré	**11.4**	**29º**
Rocinha	13.1	31º

Fonte: IBGE Censo Demográfico de 2000 apud IPP Estudos do Rio de Janeiro 2002.

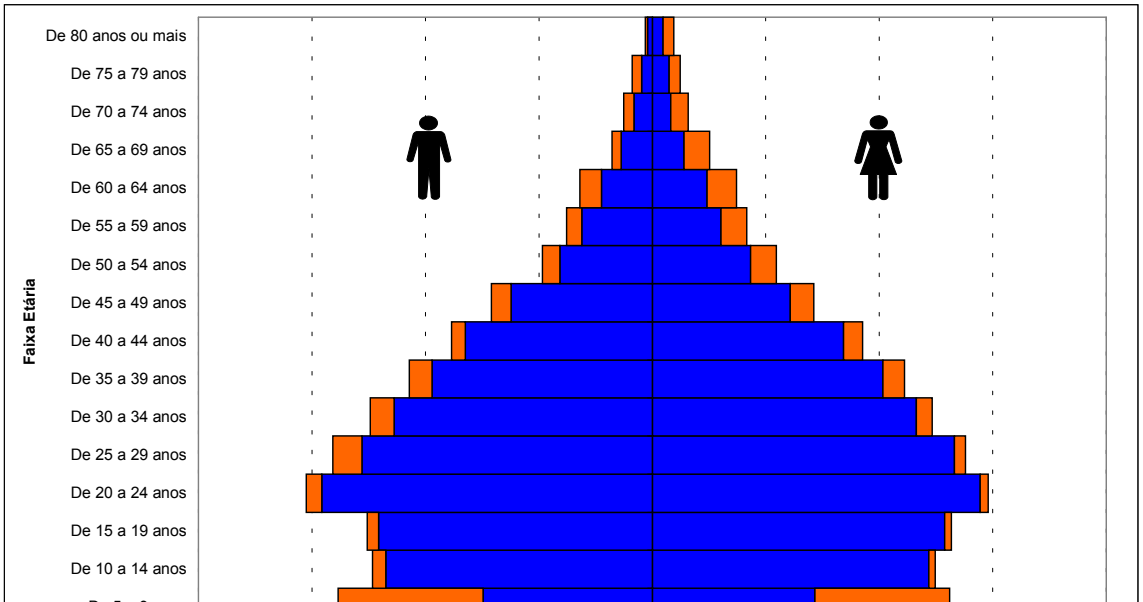
Utilizando novamente a representação das pirâmides, os Gráficos a seguir nos permitem visualizar o porcentual de alfabetizados por faixa etária. Para isso, comparamos a população da RA Maré com a população do Município do Rio e chegamos ao seguinte resultado:

Gráfico 4: Pessoas de 05 anos e mais por alfabetização no Município do Rio de Janeiro, 2000.



Fonte: Censo IBGE 2000.

Gráfico 5: Pessoas de 05 anos e mais por alfabetização na RA Maré, 2000.



A faixa etária de 5 a 9[51] anos na Maré revela uma maior disparidade em relação à mesma faixa etária no Rio, mas no geral, as pirâmides ratificam as informações do cartograma (Figura 15) e da Tabela acima (Tabela 4). Outro ponto para análise é a questão da alfabetização por sexo, pois se pode afirmar que, mesmo em pequenas proporções, as mulheres apresentam um maior porcentual de alfabetização que os homens da base da pirâmide até a faixa dos 49 anos. Já os homens têm um maior porcentual de alfabetização nas faixas acima dos 50. Na Maré aparecem algumas nuances nas faixas etárias mais baixas, onde os homens têm uma porcentagem de alfabetização um pouco menor que a das mulheres.

O que se vê na distribuição da população do Rio e da Maré, em relação ao porcentual de alfabetizados, é que a dinâmica apresenta um comportamento parecido (mesmo que tenham valores tão diferentes), já que tanto para o Rio quanto para a Maré, as faixas iniciais da pirâmide revelam um porcentual de mulheres alfabetizadas, maior que o de homens, esse comportamento também se repete nas faixas etárias mais avançadas[52].

Ainda com base nos Gráficos 4 e 5, vale ressaltar que a diferenciação do analfabetismo entre as faixas etárias, demanda ações governamentais específicas para a alfabetização das crianças, dos jovens e dos adultos; assim como a

---

[51] Essa faixa etária engloba uma população que em sua maioria está em idade para ser alfabetizada.

[52] A partir dos dados apresentados acima, podemos perceber que o número de mulheres alfabetizadas é um pouco maior que o de homens. Segundo pesquisas do MEC/INEP(2002), o porcentual de mulheres no Brasil que chegam a cursar o nível superior é maior que o número de homens. Ratificando a tendência afirmativa da mulher no quesito educação/escolaridade.

permanência na escola, pois o aumento dos anos de estudo[53] é tão importante quanto *abolir* o analfabetismo. Tendo em vista que no contexto atual “a nova base científico-técnica (digital-molecar) imprimem uma grande velocidade a competição e à obsolescência dos conhecimentos.” (FRIGOTTO, p.202, sic.)

Entretanto acordando com Freire (1987, p.120, sic.):

> O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não "bancária", é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada, implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros.

Ao analisarmos os indicadores acima, tomando como referência a distribuição por sexo, notamos que o número de mulheres alfabetizadas é um pouco maior que o de homens, embora seja verificado um aumento geral dos níveis de escolarização da população brasileira.

No entanto, convém ressaltar que quando comparamos o nível de escolarização de ambos os sexos com os seus respectivos rendimentos, as desigualdades persistem; pois de modo geral, ainda são verificadas grandes disparidades entre o homem e a mulher, independentemente do **nível de escolaridade** da mulher e o seu **local de residência**. Como pode ser melhor observado a seguir.

[53] A média de anos de estudo do conjunto da população do Município do Rio é de 6.8 anos, já a média de anos de estudo da população da RA Maré tem dois anos e meio a menos 4,2.

3.2.3 A população: Rendimento

"A avaliação das condições de vida de uma dada população é realizada, invariavelmente, sob a perspectiva dos *fins, dos meios* ou uma combinação das duas" (IPP, 2001, p.5). A renda sendo considerada um meio, se torna um importante indicador para apontar as condições de vida que nesta perspectiva é o *fim.*

Tabela 5: Rendimento mensal domiciliar médio por tipo de setor (em R$) do Município do Rio e da RA Maré, 2000.

Local	**Setores**	
	Área formal[54]	Área informal[55]
Município do Rio de Janeiro	2.151.71	634.50
RA Maré	675.83	617.63

Fonte: Censo IBGE, 2000 apud IPP, 2000 (por nós elaborada).

Ao compararmos o rendimento da RA Maré com o conjunto do Município do Rio, imediatamente, percebemos as disparidades. Porém, ao confrontarmos o rendimento dos setores informais, fica clara a igualdade do baixo rendimento. Valendo das palavras de Oliveira (2006), vale pontuar que

> As disparidades na distribuição da renda espelham, a despeito da concentração da riqueza particular, o acesso desigual ao mercado de trabalho, a educação, aos bens e equipamentos culturais, aos serviços de infra-estrutura, etc. (p.123)

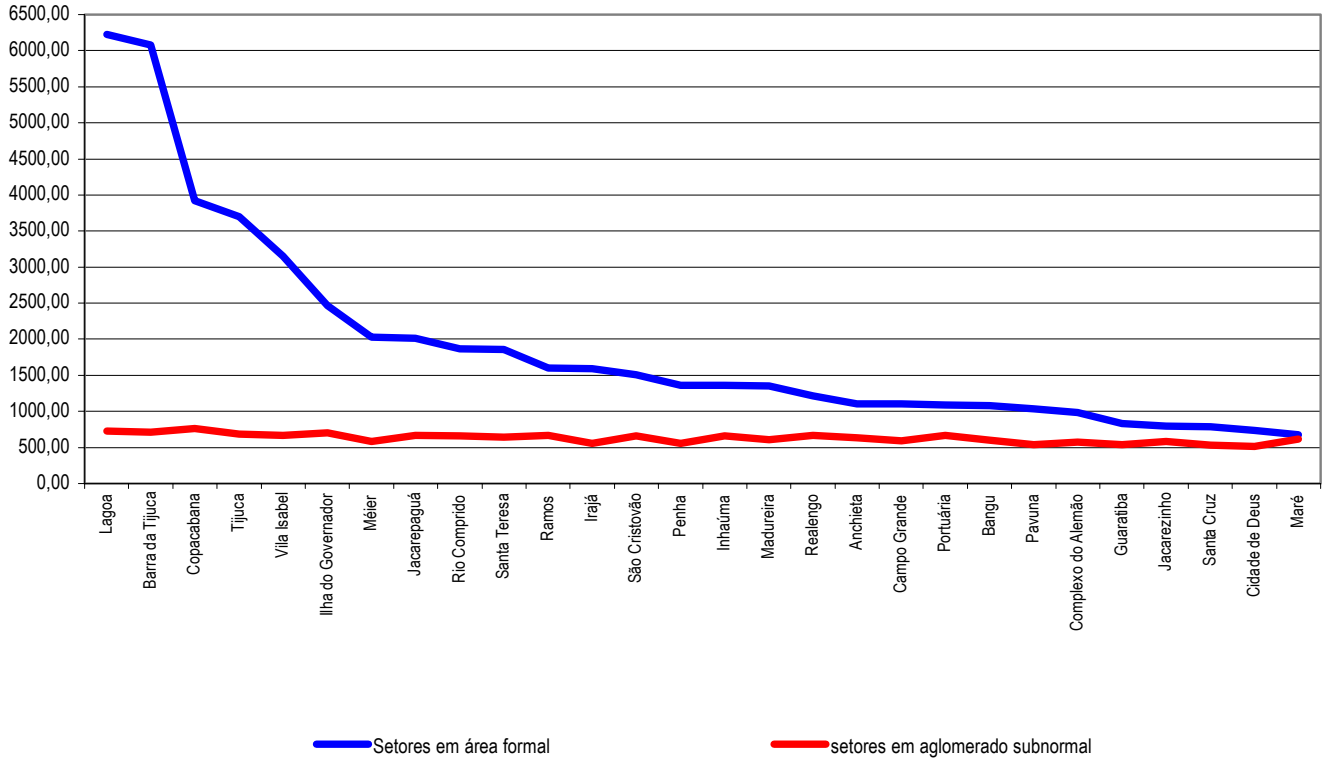
[54] Correspondem aos setores não especiais, segundo definição do IBGE (não-localizados em aglomerados subnormais, ou seja, favelas).

[55] Conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas, etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia.

No caso da população residente nos setores (formais e informais) da Maré os valores de rendimento são praticamente os mesmos, os quais caracterizam a população da RA de baixa renda. Ao observarmos o Gráfico 6 destacamos que de todas as RA´s, a Maré é a única que iguala o rendimento mensal familiar em ambos os setores. Ou seja, a condição de formalidade e informalidade residencial não é definidora no trato deste indicador.

O Gráfico 6 também demonstra a concentração dos maiores e menores rendimentos em termos de setores residenciais e valores absolutos em Reais($) por RA do Município.

Gráfico 6: Rendimento mensal domiciliar médio por Região Administrativa e tipo de setor (em R$), 2000.



Fonte: Censo IBGE, 2000 apud IPP, 2000.

Para uma melhor compreensão da distribuição da renda da população do Município do Rio e da RA Maré, cruzamos as variáveis, rendimento mensal, anos de estudo e cor. Através deste cruzamento de dados chegamos ao seguinte resultado: de modo geral, a remuneração quando comparada à escolaridade em termos de renda é proporcionalmente inferior para as mulheres e para as pessoas de cor negra. Ou seja, a mulher que tem o mesmo ou maior número de anos de estudo ganha menos do que o homem, sendo que a mulher negra é a que dispõe de menor renda comparada com o homem negro, o homem e a mulher brancos. Existem variações entre estes valores quando comparados ao nível de Município e RA, porém ambos obedecem à mesma tendência. De acordo com Valenzuela (1999, p.149)

> Apesar do progresso educacional das mulheres, com um crescimento da taxa mais rápido que a dos homens, ainda persiste uma importante diferença salarial. Em média, as mulheres no mercado de trabalho têm 0,6 a mais anos de educação que os homens. A maior parte da brecha salarial no caso de raça explica-se por diferenças nas características produtivas, que expressam grandes diferenças no acesso à educação de brancos e negros.

Vale ressaltar que segundo Mendonça; Souto (2001, p.97) o “argumento da educação como propiciadora de acréscimos reais de renda deve ser relativizado”, pois a demanda para a permanência no mercado de trabalho exige a qualificação da mão-de-obra, já o aumento do rendimento está associado a um conjunto desta e de outras qualificações.

A Tabela 6 demonstra o comportamento do rendimento associado as variáveis de anos de estudo, sexo e cor para o Município do Rio e para a RA Maré, como pode ser visto abaixo:

Tabela 6: Rendimento mensal do indivíduo, por cor, escolaridade e sexo, segundo o Município do Rio de Janeiro e RA Maré (em R$), 2000.

Local	Brancos											
	Anos de Estudo											
	Até 1		De 1 a 3		De 4 a 7		De 8 a 10		De 11 a 14		15 ou mais	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Rio de Janeiro	47,03	44,87	229,52	142,06	431,50	234,46	578,95	329,16	1 229,76	682,28	3 722,23	1 890,90
RA Maré	61,08	35,93	241,13	102,94	299,82	188,51	403,69	228,64	568,58	259,80	711,87	562,41

Local	Pretos e Pardos											
	Anos de Estudo											
	Até 1		De 1 a 3		De 4 a 7		De 8 a 10		De 11 a 14		15 ou mais	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Rio de Janeiro	56,00	28,92	173,00	119,67	299,37	161,39	387,32	214,20	818,80	424,64	2 119,87	1 348,09
RA Maré	70,91	39,57	183,33	94,79	292,88	133,38	356,87	197,86	496,99	297,46	786,89	343,38

Fonte: Censo IBGE, 2000 (por nós elaborada)

3.2.4 A população: Migração

O entendimento do deslocamento geográfico da população em sua dimensão e característica, pode ser determinado por fatores de ordens econômica e/ou pessoal, onde sair do lugar de origem indica uma alternativa de novas oportunidades de trabalho e/ou vida. No caso do Rio de Janeiro, como já mencionado nos capítulos anteriores, a migração representou transformações de ordens política, econômica, social, cultural, entre outras na vida da população desde a chegada da família real[56] até o período de industrialização do país, além da mudança da Capital Federal para Brasília.

Neste sentido, os estudos sobre migração através dos saldos migratórios[57] são responsáveis para analisar a dinâmica demográfica, junto aos componentes referentes à natalidade e a mortalidade de um lugar. Para efeito desta pesquisa não vamos aprofundar os cálculos e as questões demográficas e sim, mostrar algumas características da população migrante do Município do Rio e da RA Maré.

Assim, com base nos Gráficos 7 e 8 observamos a distribuição dos migrantes por faixa etária e sexo no Município do Rio e na RA Maré, notamos que existe uma distribuição heterogênea entre as faixas etárias com maior evidência para o Rio, entretanto para a Maré a diferença entre as faixas são mais suaves. No caso do Município a migração está concentrada nas faixas etárias dos 20 aos 54 anos para homens e mulheres; já na Maré as faixas etárias de 0 a 9 e 20 a 24 são

---

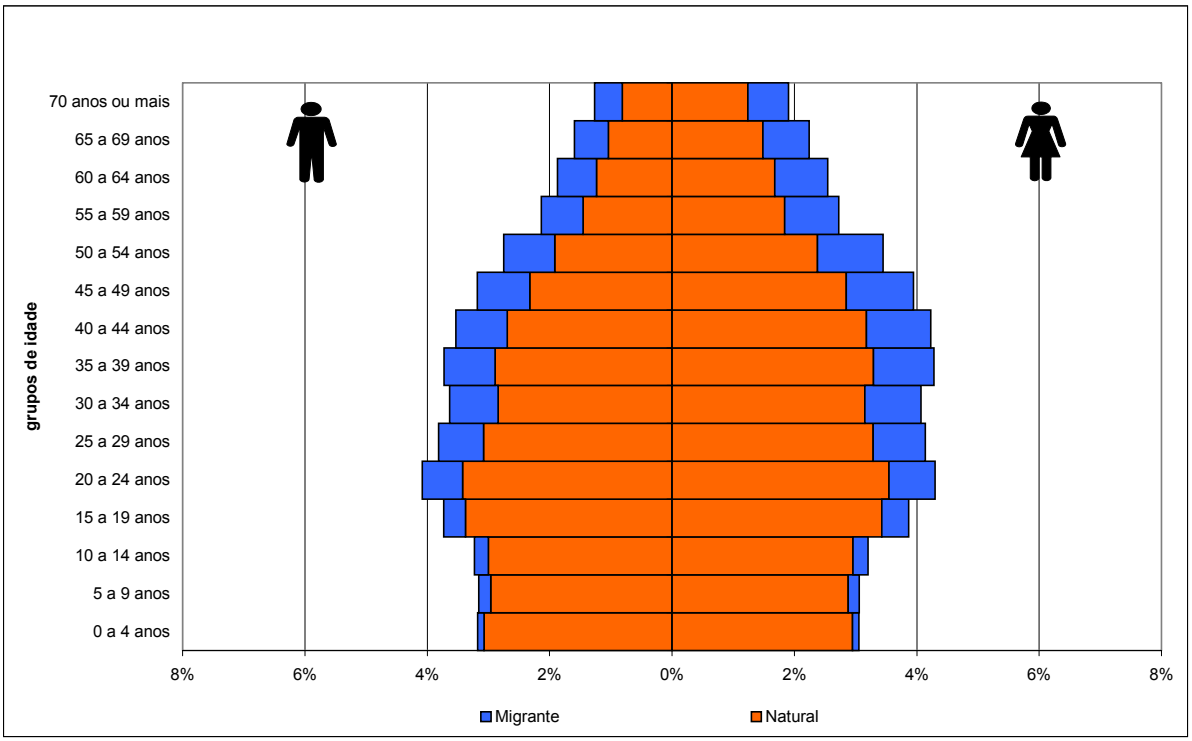
[56] Sem contar o início do processo da colonização.

[57] Corresponde à diferença entre o afluxo de moradores de outras regiões menos a evasão da população local. (BELTRÃO;CAMARANO, 2004)

preponderantes para ambos os sexos e a partir da faixa etária dos 40 anos e mais a migração apresenta um importante decréscimo.

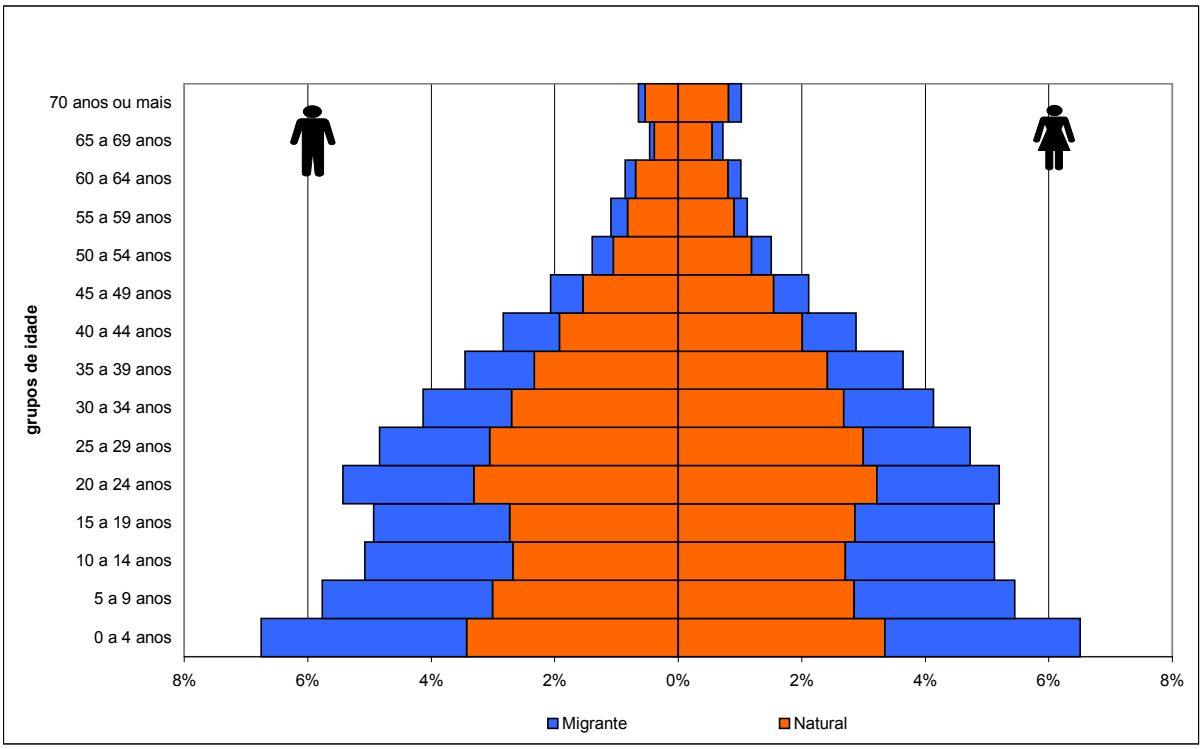
A distribuição dos grupos de idades da Maré indica a existência de uma migração familiar, principalmente por causa da maior concentração das faixas etárias iniciais e a proporcionalidade entre os sexos nas faixas de um modo geral.

Gráfico 7: Pirâmide migração do Município do Rio por sexo e grupos de idade, 2000.



Fonte: Censo IBGE 2000.

Gráfico 8: Pirâmide migração da RA Maré por sexo e grupos de idade, 2000.



Fonte: Censo IBGE 2000 (por nós elaborada).

Tabela 7: Pessoas de 5 anos ou mais de idade moradora em 2000 na Maré, segundo zona de moradia ou país há exatamente cinco anos antes da data de referência.

Grupos de Idade	Pessoas de 5 anos ou mais de idade										
	Total	Zona de moradia ou país em 31.07.1995									
		Neste Município, na Zona Urbana		Neste Município, na Zona Rural		Em outro Município, na Zona Urbana		Sempre morou no Município		Em outro País	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
De 5 a 9 anos	10.903	396	1.10	10	5.85	670	7.46	9.827	17.65	0	0.00
De 10 a 14 anos	10.038	669	1.85	0	0.00	679	7.56	8.690	15.61	0	0.00
De 15 a 19 anos	10.416	1.177	3.26	30	17.54	1.331	14.82	7.878	14.15	0	0.00
De 20 a 24 anos	12.156	2.325	6.44	10	5.85	2.488	27.70	7.212	12.96	121	64.71
De 25 a 29 anos	11.275	3.572	9.89	18	10.53	1.670	18.59	6.007	10.79	8	4.28
De 30 a 34 anos	10.014	4.277	11.84	0	0.00	786	8.75	4.901	8.80	50	26.74
De 35 a 39 anos	8.835	4.426	12.25	29	16.96	470	5.23	3.902	7.01	8	4.28
De 40 a 44 anos	7.322	4.160	11.51	8	4.68	299	3.33	2.855	5.13	0	0.00
De 45 a 49 anos	5.749	3.875	10.73	10	5.85	197	2.19	1.667	2.99	0	0.00
De 50 a 54 anos	4.170	3.123	8.64	19	11.11	111	1.24	917	1.65	0	0.00
De 55 a 59 anos	3.207	2.445	6.77	18	10.53	89	0.99	655	1.18	0	0.00
De 60 a 64 anos	2.794	2.195	6.08	11	6.43	104	1.16	484	0.87	0	0.00
De 65 a 69 anos	1.742	1.410	3.90	0	0.00	52	0.58	280	0.50	0	0.00
De 70 anos ou mais	2.511	2.080	5.76	8	4.68	36	0.40	387	0.70	0	0.00
Total	**101.132**	**36.130**	**100**	**171**	**100**	**8.982**	**100**	**55.662**	**100**	**187**	**100**

Fonte: Censo IBGE 2000.

3.2.5 Condições de Infra-estrutura Urbana

Segundo o Censo IBGE (2000), a RA Maré é composta por 33.211 domicílios. Assim, a relação de habitantes por domicílios é de aproximadamente 3.45, este valor se equipara à média do Município do Rio de Janeiro.

> O Censo 2000 do IBGE registrou a existência de 45 milhões de domicílios no Brasil, abrigando, em média, 3.75 habitantes para cada domicílio. O IBGE também registrou 24.699.909 domicílios para a região Sudeste, com uma média habitante/domicílio igual a 3.55. Para o Município do Rio de Janeiro esses mesmos indicadores correspondem a 1.702.630 e 3.4, respectivamente. (CENSO MARÉ, op.cit., p.39)

Segundo HABITAT, Agência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, uma habitação adequada, considerando-se a infra-estrutura, deve dispor de serviços de abastecimento de água seguro e em quantidade suficiente, serviços de eliminação de dejetos domésticos e humanos. Com base nesta premissa, reunimos alguns indicadores das condições de infra-estrutura urbana para o Município do Rio e para a RA Maré, tais como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo dos domicílios e iluminação elétrica.

Os serviços de abastecimento de água e esgoto por rede geral e a coleta do lixo domiciliar estão associados à melhor qualidade da água, ao controle de vetores que proliferam doenças, a contaminação do solo e dos corpos d´agua; conseqüentemente a existência adequada destes serviços agrega melhorias na saúde e bem estar da população.

De acordo com dado do Censo IBGE (2000), a Maré recebe os serviços de abastecimento de água em quase 100% dos domicílios, já os serviços da rede de esgotamento sanitário em aproximadamente 91%, o recolhimento do lixo domiciliar atende 86.3% dos domicílios e a iluminação elétrica cobre 99.5% dos domicílios. Estes porcentuais quando comparados ao do Município, não representam diferenças significativas, de modo que a Maré em algumas variáveis apresenta valores suavemente maiores ao do Rio, exceto no que se refere ao esgotamento sanitário, como pode ser observado na Tabela 8.

Tabela 8: Domicílios particulares permanentes (DPP) do Município do Rio de Janeiro e da RA Maré segundo alguns indicadores de infra-estrutura urbana (%), 2000.

Indicadores de infra-estrutura Habitacional	RA Maré	Rio de Janeiro
DPP por tipo de abastecimento de água		
Rede Geral Canalizada até o Domicílio	96.90	96.24
Rede Geral Canalizada até a Propriedade	2.90	1.56
Poço canalizado até o Domicílio	0.02	0.81
Poço canalizado até a Propriedade	0.01	0.08
Poço não canalizado	0.01	0.14
Outra forma	0.09	1.07
DPP por tipo de esgotamento sanitário		
Rede Geral	90.50	78.67
Fossa Séptica	6.00	15.25
Fossa Rudimentar	0.02	1.27
Vala	2.10	2.60
Rio Lago Mar	0.80	1.60
Outro Escoadouro	0.03	0.31
Sem Esgotamento	0.40	0.29
DPP com existência de iluminação elétrica		
Sim	99.50	93.44
Não	0.10	3.57
Não aplicável/Ignorado	0.40	4.66
DPP por tipo de destino do lixo domiciliar		
Serviço de Limpeza	86.30	89.01
Coletado em Caçamba	13.70	9.86
Queimado	0.010	0.47
Enterrado	0.00	0.02
Terreno	0.020	0.42
Rio Lago Mar	0.020	0.14
Outro	0.010	0.09

Fonte: Censo IBGE 2000 (por nós elaborada).

3.3 Confluências e disparidades intra-Maré[58].

O início deste capítulo trouxe uma abordagem introdutória acerca da importância da escala geográfica para a observação e apreensão da realidade "que define o campo empírico da pesquisa, ou seja, os fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado" (CASTRO, p.120, 2005).

Com o propósito de ressaltar um olhar que busque a diferença, e não somente a unidade do padrão, optamos por aumentar a visibilidade das características particulares de cada Comunidade[59] da Maré, e assim, apontar suas confluências e disparidades; pois as múltiplas formas que se desenvolvem nos espaços da cidade nos mostram a diferença, ou melhor, a fragmentação espacial, assim

> quanto mais diferentes são os que convivem em um espaço limitado, mais idéias de mundo aí estarão para serem levantadas, cotejadas e, desse modo, tanto mais rico será o debate silencioso ou ruidoso que entre as pessoas se estabelece. Nesse sentido, pode se dizer que a cidade é um lugar privilegiado para essa revelação [...] (SANTOS, 1999, p.131)

---

[58] Escolhemos as expressões *confluências* e *disparidades,* não como conceitos, mas pelos próprios significados que carregam no senso comum, como os apresentados no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: "confluência – encontro de dois ou mais rios *(metáfora)*; correr para o mesmo ponto(confluir); disparidade – qualidade do que é díspar; desigualdade." (grifo nosso) Este é o entendimento proposto para os termos, aqui apresentados.

[59] O Censo Maré (2000) priorizou questões como o pertencimento e a identidade para definir às 16 comunidades que compõe o complexo. Desta maneira, um novo parâmetro para a delimitação espacial foi estabelecido, onde a relação com o lugar perpassa as normas e limites institucionais, criando e (re)criando o referenciamento de novos e diferentes espaços. Ou seja, são as relações sociais estabelecidas com o lugar que definem o seu limite e a sua influência com o entorno, através dos sentimentos individual e coletivo da sua população.

Porém, segundo Silva J. (2002)

> [...] o tipo de representação hegemônico afirmado em relação aos espaços populares ignora a historicidade e espacialidade do fenômeno que busca apreender. Instala-se, portanto, uma contradição no processo de apreensão dos espaços favelados, expressa em uma crise de representação no que diz respeito à correspondência entre o objeto representado e a imagem hegemônica que deles se tem. A percepção que se tem do objeto não traduz os elementos materiais que o significam, de forma particular. A representação conceitual foi sendo, portanto, de forma progressiva, substituída por uma representação esteriotipada [...] (p.112)

O espaço Maré revela-se múltiplo, tanto no que diz respeito ao processo histórico de sua formação[60], quanto na distribuição dos dados das suas Comunidades. Valendo-nos, mais uma vez, da contribuição de Silva J. (2000), podemos inferir **dos espaços da Maré** um conjunto de características sociais onde

> [...] os agentes locais desenvolveram formas ativas e contrastantes para enfrentarem suas dificuldades do dia-a-dia, de acordo com as características pessoais e grupais, as trajetórias de cada localidade e com a postura assumida pelos dirigentes das entidades comunitárias: estabeleceram uma delimitação precisa dos espaços e dos vínculos sociais na comunidade; buscaram canais alternativos para o acesso a instituições culturais e educacionais, desenvolveram formas sutis de enfrentamento da violência criminosa e policial — buscando uma eqüidistância em relação ao conflito estabelecido ou mesmo apelando, de acordo com a conveniência e compreensão de sua cidadania, para um dos pólos do poder armado; estabeleceram relações subservientes com órgão estatais que oferecem serviços públicos nas localidades; firmaram relações clientelistas com políticos fisiológicos para garantir determinados benefícios individuais e/ou coletivos; e/ou organizaram iniciativas que permitiram o encaminhamento de atividades reivindicatórias com ênfase na organização e envolvimento da população. Todas essas ações são exemplos de práticas desenvolvidas — por moradores e entidades comunitárias — nas

[60] Como foi abordado no capítulo 2 deste trabalho.

> diferentes localidades, a fim de melhorar-se a qualidade da vida cotidiana, independente dos juízos que se possam fazer sobre algumas delas. (SILVA, J., p.10, 2000)

Dito isso, buscamos neste item do trabalho, as confluências e disparidades das 16 Comunidades da Maré, mediante uma análise baseada nas informações do Censo Maré (2000), no qual selecionamos alguns dados referentes à distribuição populacional, características educacionais, características do rendimento, migração e habitação.

Com tudo, é importante ponderar algumas questões de cunho metodológico acerca do Censo Maré (2000)[61]:

- Não existe o Banco de Dados da pesquisa e sim Tabelas definidas por tema;
- As definições das variáveis não foram publicadas (Dicionário);
- A faixa etária foi dividida em três grande grupos;
- Os dados da amostra não foram publicados e os que foram disponibilizados não estão expandidos.

3.3.1 A população: distribuição por comunidade

As informações pelo Censo Maré (2000) publicadas caracterizam a distribuição da população por comunidades em: população por idade e sexo, faixa etária de 0 a 6 e 7 a 14 anos.

No que se refere à distribuição populacional entre as comunidades da Maré percebemos que existem disparidades, pois ao compararmos a comunidade

com maior e menor população, o hiato existente entre a distribuição foi realçado: Parque União (13.5%) e Mandacaru (0.3%). Um exemplo da confluência pode ser percebido através da soma da população das comunidades dos Parques Maré, União e Vila Pinheiros, as quais representam aproximadamente 40% da população da Maré, como pode ser observado na Tabela 9 abaixo.

Tabela 9: Distribuição da população por sexo nas comunidades do Bairro Maré, 2000.

Comunidades	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Morro do Timbau	2.962	49.11	3.069	50.89	6.031	4.56
Baixa do Sapateiro	5.512	48.07	5.955	51.93	11.467	8.68
Parque Maré	7.557	49.07	7.842	50.93	15.399	**11.65**
Rubens Vaz	4.060	50.78	3.936	49.22	7.996	6.05
Parque União	8.911	50.07	8.885	49.93	17.796	**13.46**
Nova Holanda	5.547	49.11	5.748	50.89	11.295	8.55
Vila do João	5.280	49.57	5.371	50.43	10.651	8.06
Marcílio Dias	3.610	50.29	3.569	49.71	7.179	5.43
Vila Pinheiros	7.641	49.34	7.844	50.66	15.485	**11.72**
Conjunto Esperança	2.827	49.35	2.901	50.65	5.728	4.33
Salsa e Merengue[62]	2.644	49.80	2.665	50.20	5.309	4.02
Praia de Ramos	2.287	47.71	2.507	52.29	4.794	3.63
Conjunto Pinheiros	2.319	48.65	2.448	51.35	4.767	3.61
Nova Maré	1.517	48.28	1.625	51.72	3.142	2.38
Roquete Pinto	1.238	49.24	1.276	50.76	2.514	1.90
Bento Ribeiro	1.082	49.20	1.117	50.80	2.199	1.66
Mandacarú	206	48.58	218	51.42	424	0.32
Total	**65.200**	**49.33**	**66.976**	**50.67**	**132.176**	**100.00**

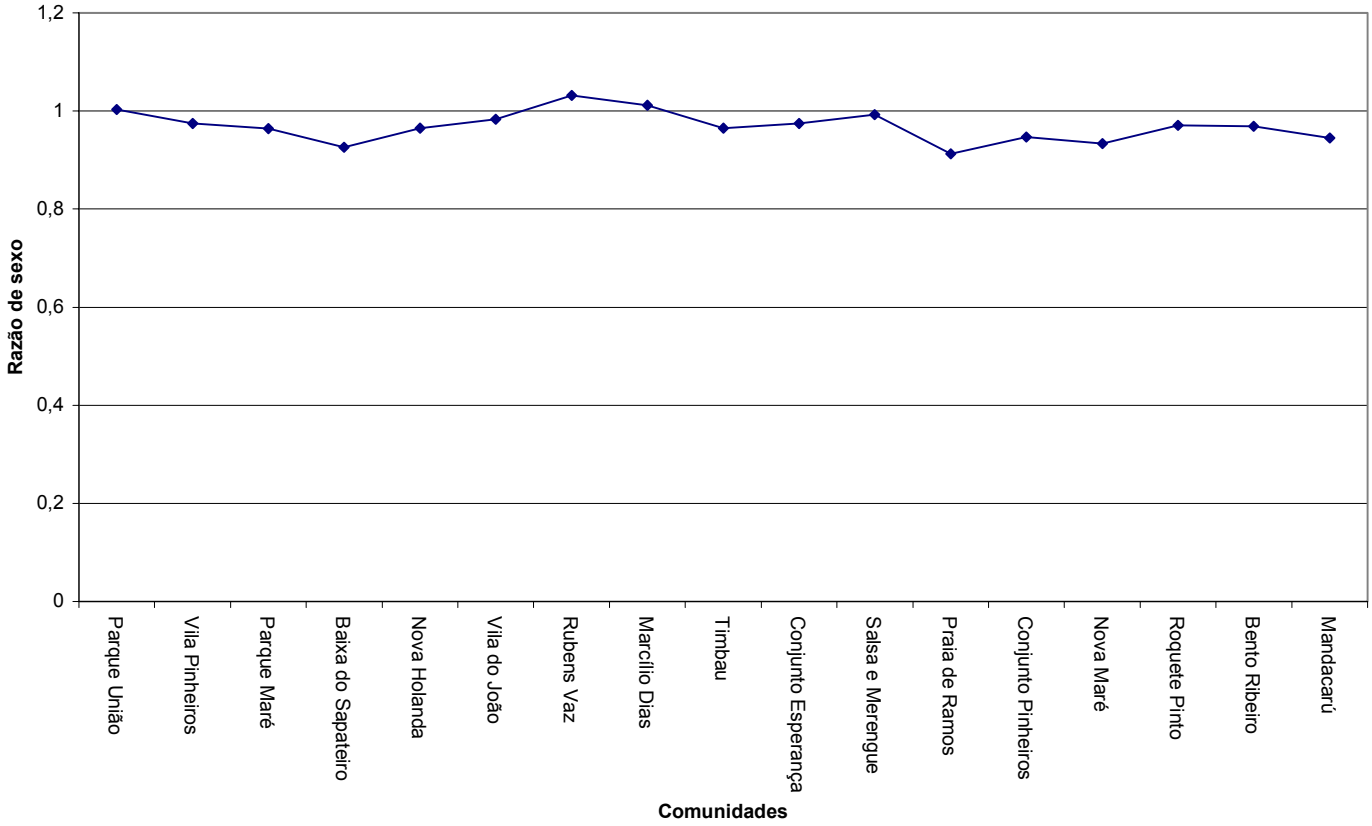
Fonte: Censo Maré 2000.

No que se refere à distribuição por sexo da população, elaboramos um gráfico da razão de sexo que nos permite visualizar a distribuição de homens e mulheres por comunidade, através da curva da razão de sexo. Neste caso, as confluências são maiores que as disparidades, comunidades como Rubens Vaz e

[61] Outras informações no Apêndice A.

Marcílio Dias apresentam uma população de homens maior que a população de mulheres. Enquanto as comunidades de Praia de Ramos e Baixa do Sapateiro exibem estes valores de maneira oposta e maior que as demais. Já em Parque União, a população de homens e mulheres é equivalente.

Gráfico 9: Razão de sexo nas comunidades da Maré, 2000.



Fonte: Censo Maré 2000 (por nós elaborado).

A seguir, trabalhamos com os dados referentes ao volume e a proporção da população de 0 a 14 anos para as comunidades que a compõe, essa faixa etária representa aproximadamente 30% da população da Maré. O grupo foi subdividido em dois, de 0 a 6 anos (16%) e 7 a 14 anos (14%) da população total da Maré.

[62] O nome oficial desta comunidade é Novo Pinheiro.

Tabela 10: Distribuição da população de 0 a 14 anos de idade nas comunidades da Maré. 2000.

Comunidades	0 a 6 anos de idade		7 a 14 anos de idade	
	n	%	n	%
Moro do Timbau	774	12.83	770	12.77
Baixa do Sapateiro	1.654	14.42	1.569	13.68
Parque Maré	2.443	15.86	2.148	13.95
Rubens Vaz	1.180	14.76	982	12.28
Parque União	2.481	13.94	2.086	11.72
Nova Holanda	2.039	18.05	1.664	14.73
Vila Pinheiros	2.633	17.00	2.115	13.66
Vila do João	1.808	16.97	1.428	13.41
Marcílio Dias	1.198	16.69	1.142	15.91
Conjunto Esperança	767	13.39	730	12.74
Salsa e Merengue	1.162	**21.89**	878	16.54
Praia de Ramos	751	15.67	768	16.02
Conjunto Pinheiros	625	13.11	670	14.05
Nova Maré	697	**22.18**	616	**19.61**
Roquete Pinto	406	16.15	334	13.29
Bento Ribeiro Dantas	321	14.60	432	**19.65**
Mandacarú	97	**22.88**	68	16.04
Total	**21.036**	**15.92**	**18.400**	**13.92**

Fonte: Censo Maré 2000.

As comunidades Mandacaru, Nova Maré e Salsa e Merengue apresentam os porcentuais mais altos da população da faixa etária dos 0 a 6 anos, seguidas pelas comunidades de Nova Holanda e Vila Pinheiros. Já a população da faixa etária dos 7 a 14 anos, não revela grandes disparidades na distribuição por comunidades, exceto em Bento Ribeiro e Nova Maré. Ao agruparmos as duas faixas etárias (0 a 14) chegamos aos seguintes valores: as comunidades Salsa e Merengue (21.89% e 16.54%) e Mandacarú (22.88% e 16.04%) apresentam quase 40% de sua população na faixa de 0 a 14 anos e Nova Maré (22.18% e 19.61%) ultrapassa este número chegando a 41.79%.

3.3.2 A população: Características da educação

O Censo Maré (2000) identificou 6.4% da população dos 7 a 14 anos fora da escola; provavelmente por um conjunto de dimensões como, falta de vagas nas escolas, questões de ordem social, falta de informação, entre outros. A Tabela 11 a seguir, revela a disparidade da população de 7 a 14 anos fora da escola, principalmente nas comunidades Nova Maré e Salsa e Merengue.

Tabela 11: População de 7 a 14 anos fora da escola nas comunidades da Maré, 2000.

Comunidade	% na comunidade
Morro do Timbau	5.7
Baixa do Sapateiro	4.5
Parque Maré	7.1
Rubens Vaz	3.7
Parque União	4.5
Nova Holanda	6.4
Vila Pinheiros	7.2
Vila do João	9.2
Marcílio Dias	4.2
Conjunto Esperança	5.0
Salsa e Merengue	**11.4**
Praia de Ramos	2.5
Conjunto Pinheiros	3.6
Nova Maré	**16.5**
Roquete Pinto	1.7
B. Ribeiro Dantas	5.5
Mandacaru	8.8

Fonte: Censo Maré 2000. (Sic)

Ainda com base nas informações da Tabela 11, observamos que as comunidades Nova Maré (16.5 %) e Salsa e Merengue (11.4 %) destacam-se com os maiores porcentuais da população que está fora da escola. É importante lembrar, que estas comunidades concentram o maior número da população da faixa etária 7 a 14 anos no conjunto da Maré.

Em oposição aos dados de Nova Maré e Salsa e Merengue, os dados das comunidades de Roquete Pinto (1.7), Praia de Ramos (2.5) e Rubens Vaz (3.7) quando somados, não se equiparam às comunidades com os maiores porcentuais da população de 7 a 14 anos fora da escola. Ou seja, estas comunidades têm os menores índices da população de 7 a 14 anos fora da escola.

Passando para os porcentuais mais elevados do grupo etário dos maiores de 10 anos analfabetos na Maré, as comunidades que se destacam são: Parque Maré (15.4%), Parque União (13.6%) e Vila Pinheiros (12.8%). Entre as menores taxas estão as Comunidades de Mandacaru (0.3%), Bento Ribeiro (1.4 %) e Roquete Pinto (1.5%). É importante ressaltar que esta informação foi disponibilizada no relatório do Censo Maré (2000), com o porcentual referente ao conjunto de adultos da Maré e não por comunidade, deste modo, a informação pode aparecer distorcida.

Tabela 12: População maior de 10 anos analfabetos em relação ao conjunto de adultos da Maré. 2000.

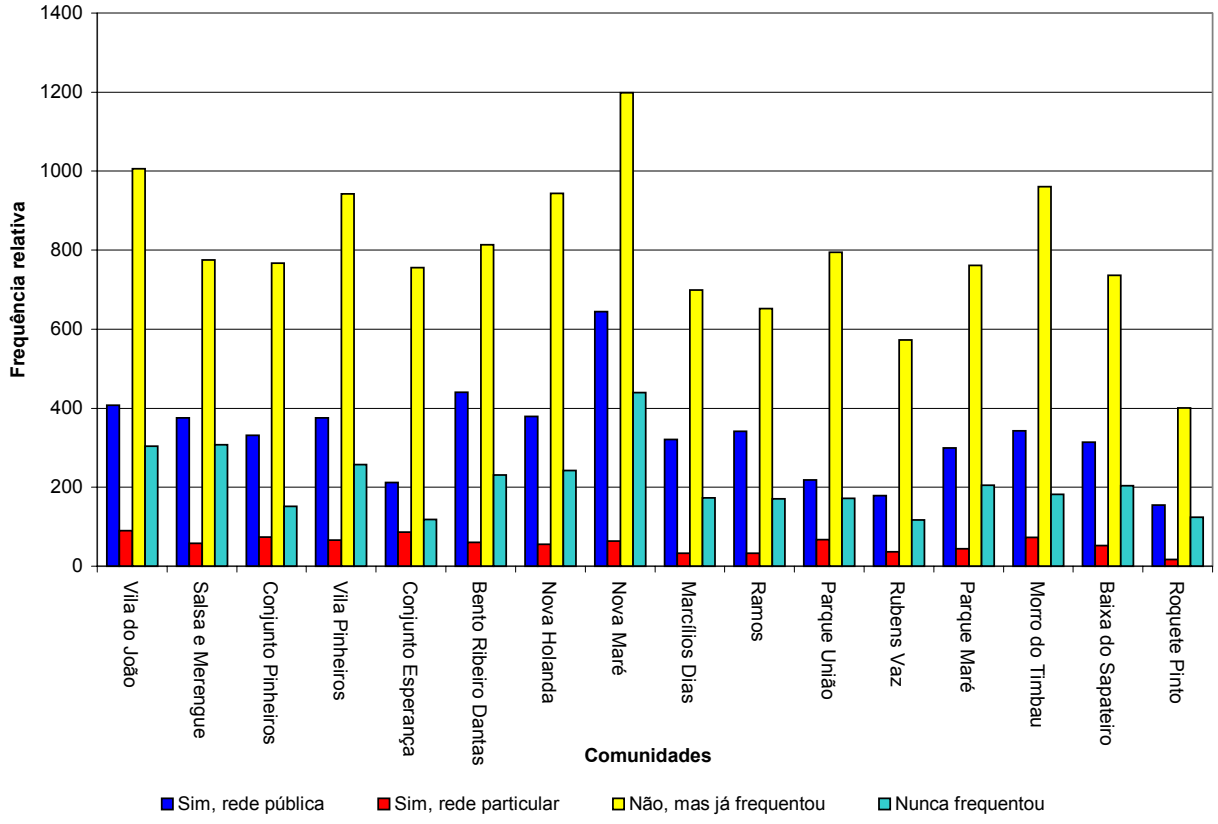
Ranking	Comunidade	% da comunidade
01	Parque Maré	15.4
02	Parque União	13.6
03	Vila Pinheiros	12.8
04	Nova Holanda	9.9
05	Baixa do Sapateiro	8.6
06	Vila do João	8.0
07	Rubens Vaz	6.1
08	Marcílio Dias	4.6
09	Salsa e Merengue	4.3
10	Praia de Ramos	3.5
11	Morro do Timbau	3.4
12	Conjunto Pinheiros	2.5
13	Nova Maré	2.2
14	Conjunto Esperança	1.8
15	Roquete Pinto	1.5
16	Bento Ribeiro Dantas	1.4
17	Mandacaru	0.3

Fonte: Censo Maré 2000. (Sic)

No que se refere à distribuição dos moradores das comunidades da Maré, quanto à freqüência de creche ou escola podemos perceber que um grupo expressivo já freqüentou, mas atualmente não freqüenta. Um outro ponto importante no Gráfico 10 é o fato de aproximadamente 15% da população encorpar a alternativa da variável **nunca freqüentou**.

As comunidades de Nova Maré e Salsa e Merengue merecem um destaque nesta análise, pois no item anterior apresentaram os maiores índices da população de 7 a 14 anos fora da escola e quando comparamos aos dados dos moradores quanto à freqüência de creche ou escola, estas comunidades demonstram os maiores valores na variável **nunca freqüentou**, como pode ser observado no Gráfico 10 abaixo:

Gráfico 10: Distribuição dos moradores das comunidades da Maré quanto à freqüência de creche ou escola, 2000.



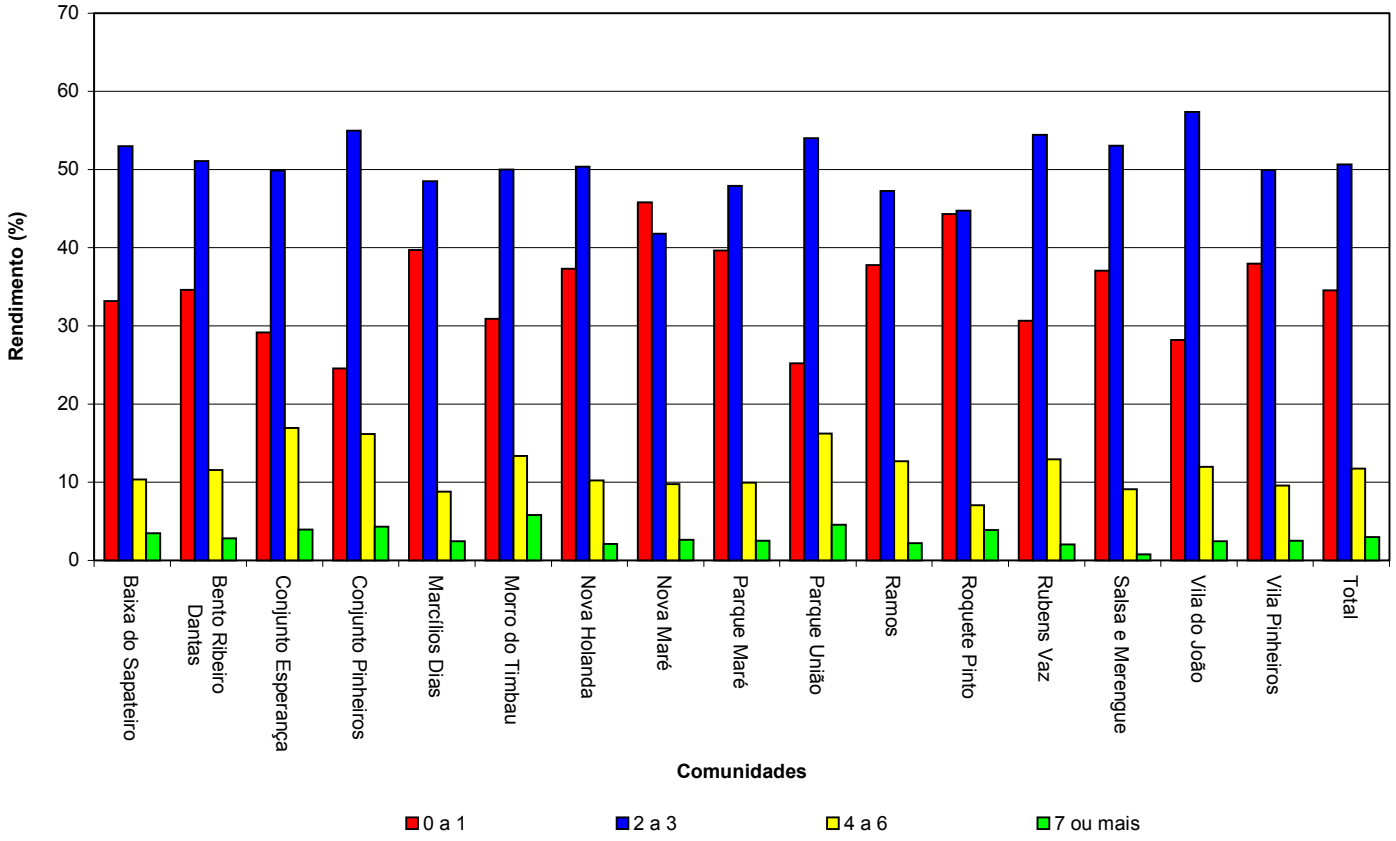
Fonte: Censo Maré 2000 (por nós elaborado).

3.2.3 A população: Rendimento

Ao fazermos uma comparação por comunidade das informações sobre rendimento, se constatou que o porcentual da renda **até 1** salário mínimo (s.m.), somados aos de **2 a 3** s.m. por responsável do domicílio são preponderantes no conjunto da Maré, exibindo grande confluência. A comunidade de Nova Maré pede destaque, pois é a única que tem o rendimento até 1 s.m. maior que o de 2 a 3 s.m .. Vale lembrar que os resultados dos dados em Nova Maré apontam que a comunidade lidera os baixos índices nos quesitos educação e rendimento.

Passando para a análise do rendimento de **4 a 6** s.m., três comunidades se destacam: Conjuntos Esperança e Pinheiros e o Parque União, onde a variação entre estas e as demais é um pouco maior; já a variável **7 ou mais** s. m. apresenta uma baixa disparidade no conjunto da Maré e mais uma vez as comunidades de Parque União e Conjunto Pinheiros apresentam os maiores porcentuais para este rendimento, somando ao grupo o Morro do Timbau.

Gráfico 11: Responsáveis pelos domicílios particulares permanentes das Comunidades da Maré segundo a renda nominal média em salários mínimos no trabalho principal.

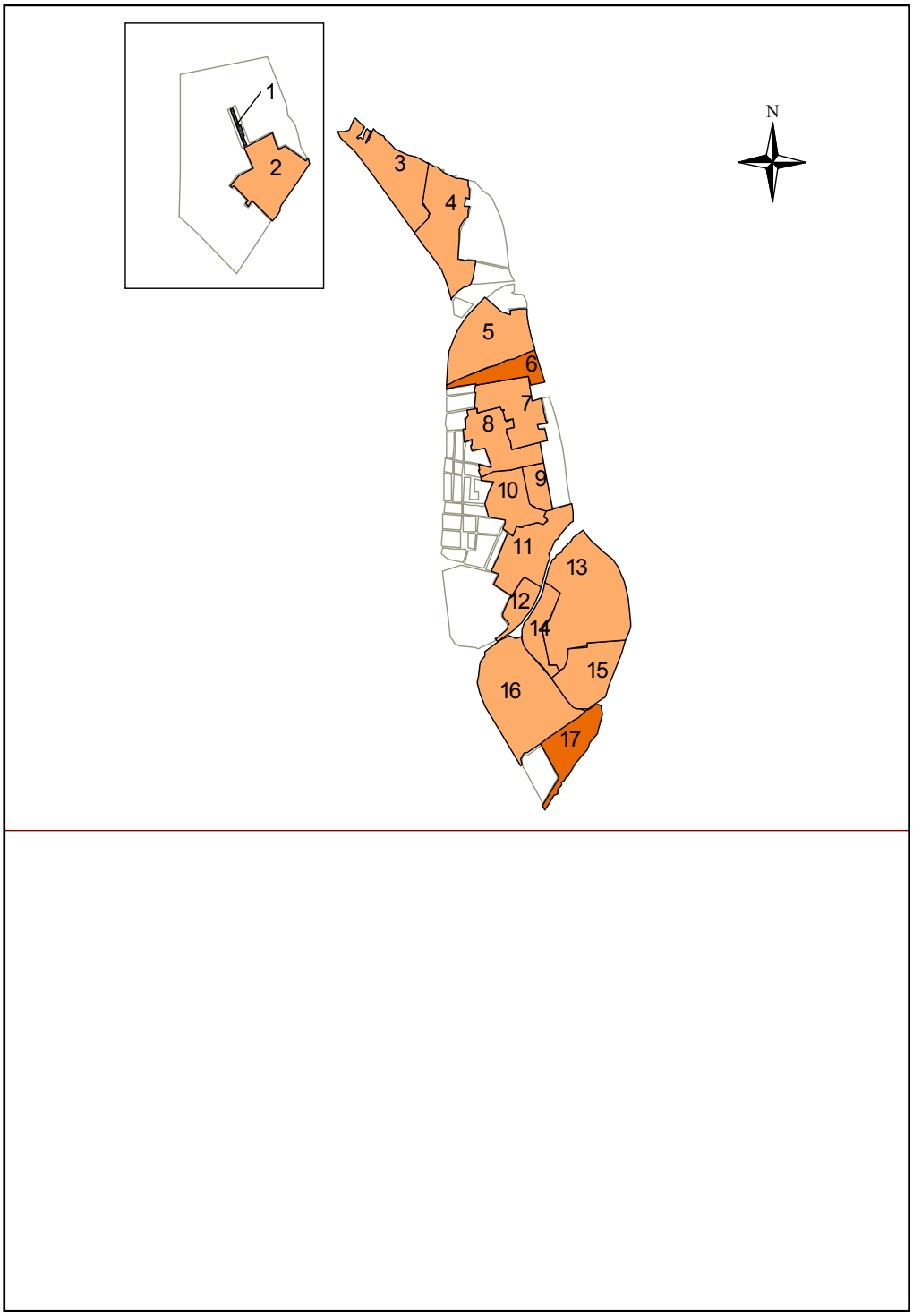


Fonte: Censo Maré 2000 (por nós elaborado).

A população das comunidades da Maré com atividade remunerada foi representada em sua maioria pelo grupo do porcentual de 25% a 50%. Apenas as Comunidades de Rubens Vaz e Conjunto Esperança tiveram maiores porcentuais, 50% a 75 % como pode ser observado na Figura 16 abaixo.

População com atividade remunerada - mês base setembro

Figura 16: População das comunidades da Maré com atividade remunerada no mês de referência da pesquisa. Setembro de 2000.



Fonte: Censo Maré 2000 (por nós elaborada).

3.2.4 A população: Migração

Ao observarmos os dados relacionados à naturalidade dos moradores da Maré, se constatou que a maioria da população é natural do Sudeste do país, seguida do Nordeste. Esta informação pode ser explicada devido a 30% da população da Maré está compreendida na faixa etária dos 0 aos 14 anos, e também pelas diferentes escalas de migração intra-regional e intra-municipal.

Tabela 13: Naturalidade por região dos moradores das Comunidades da Maré. 2000.

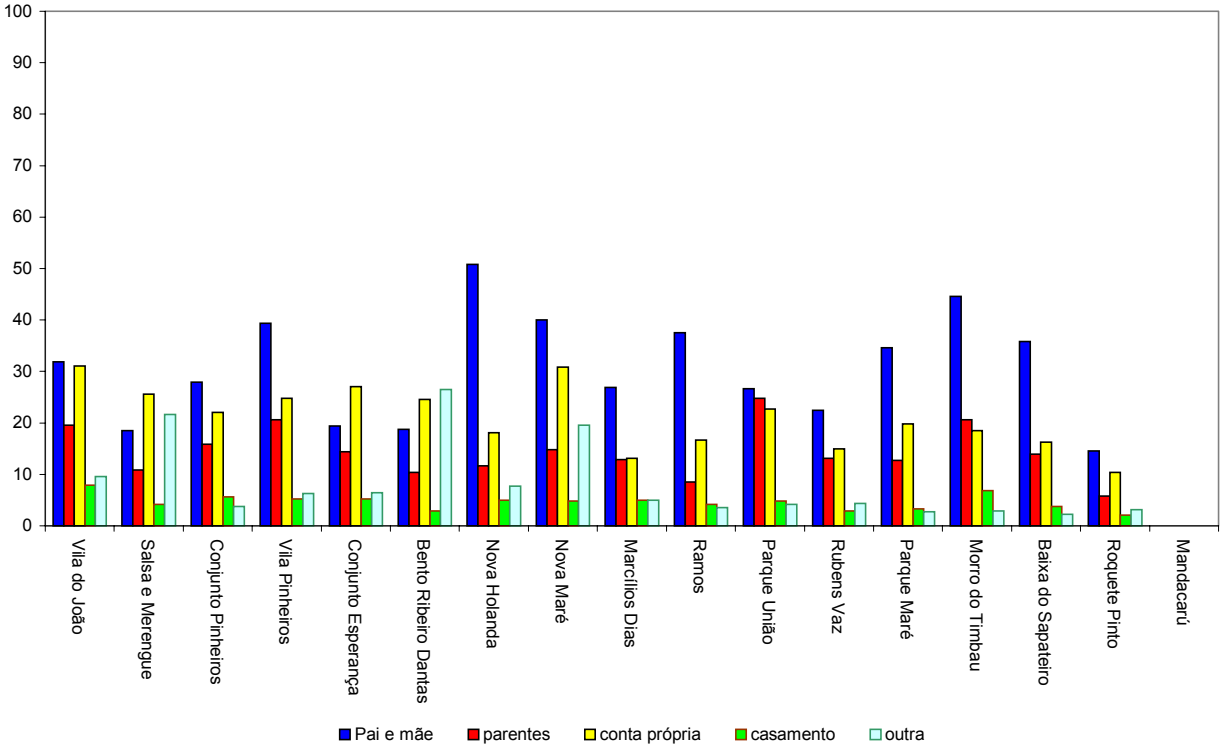
Comunidade	Total	Sudeste		Nordeste		Norte		Sul		Centro Oeste		Outro país	
	n	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%	n	%
Morro do Timbau	1553	1176	75.72	359	23.12	5	0.32	5	0.32	3	0.19	5	0.32
Baixa do Sapateiro	1303	891	68.38	393	30.16	9	0.69	3	0.23	3	0.23	4	0.31
Parque Maré	1307	859	65.72	439	33.59	6	0.46	1	0.08	2	0.15	0	0.00
Rubens Vaz	904	541	59.85	349	38.61	6	0.66	1	0.11	4	0.44	3	0.33
Parque União	1242	659	53.06	559	45.01	11	0.89	4	0.32	4	0.32	4	0.32
Nova Holanda	1616	1298	80.32	308	19.06	3	0.19	2	0.12	1	0.06	3	0.19
Vila do João	1801	1119	62.13	660	36.65	5	0.28	2	0.11	3	0.17	11	0.61
Salsa e Merengue	1508	1102	73.08	392	25.99	5	0.33	1	0.07	4	0.27	4	0.27
Conjunto Pinheiros	1319	916	69.45	377	28.58	7	0.53	5	0.38	4	0.30	10	0.76
Vila Pinheiros	1632	1063	65.13	551	33.76	5	0.31	2	0.12	3	0.18	7	0.43
Conjunto Esperança	1166	691	59.26	453	38.85	13	1.11	3	0.26	2	0.17	4	0.34
Bento Ribeiro Dantas	1541	1151	74.69	368	23.88	7	0.45	4	0.26	3	0.19	8	0.52
Nova Maré	2335	1864	79.83	452	19.36	7	0.30	8	0.34	3	0.13	1	0.04
Marcílios Dias	1219	932	76.46	269	22.07	4	0.33	8	0.66	3	0.25	3	0.25
Ramos	1198	949	79.22	240	20.03	6	0.50	1	0.08	0	0.00	2	0.17
Roquete Pinto	696	464	66.67	224	32.18	3	0.43	2	0.29	2	0.29	1	0.14
Mandacarú	0	0	0.00	0	0.00	0	0.00	0	0.00	0	0.00	0	0.00
Total	22340	15675	70.17	6393	28.62	102	0.457	52	0.23	44	0.20	70	0.31

Fonte: Censo Maré 2000.

Quanto à forma de chegada da população, 13 comunidades confluem na opção da variável **pai e mãe** (Vila do João, Conjunto Pinheiros, Vila Pinheiros, Nova Holanda, Nova Maré, Marcílio Dias, Ramos, Parque União, Parque Rubens Vaz, Parque Maré, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Roquete Pinto). Entretanto,

em algumas comunidades a variável **conta própria** exibe porcentual superior ao da variável **pai e mãe**, (Salsa e Merengue, Conjunto Esperança e Bento Ribeiro); apesar de estas comunidades apresentarem disparidades diante dos dados apresentados, ainda sim, pode-se indicar que a migração na Maré é predominante familiar.

Gráfico 12: Forma de chegada da população migrante da Maré. 2000.



Fonte: Censo Maré 2000 (por nós elaborado).

3.2.5 Habitação

Como pode ser observado na Tabela 14 (abaixo), a população da Maré é distribuída espacialmente de forma desigual e concentra-se, sobretudo nas comunidades do Parque União (13.5%), Vila Pinheiros (11.7%) e Parque Maré (11.7%), enquanto em outras comunidades existe um baixo porcentual populacional:

Mandacaru (0.3%) e Bento Ribeiro Dantas (1.7%). No que se refere ao quantitativo de domicílios, as comunidades que concentram o maior número populacional também têm o maior número de domicílios; porém esta relação não é repetida quando analisamos a proporção de habitantes por domicílio (H/D), pois na maioria das comunidades com população menor é que estão os maiores índices de H/D.

Tabela 14: Distribuição da População e de Domicílios no Bairro Maré. 2000.

Comunidades	**População**		**Domicílio**		**H/D**[63]
	n	**%**	**n**	**%**	
Morro do Timbau	6.031	4.6	1.858	4.9	3.2
Baixa do Sapateiro	11.467	8.7	3.302	8.6	3.5
Parque Maré	15.399	11.7	4.595	12.0	3.3
Rubens Vaz	7.996	6.0	2.482	6.5	3.1
Parque União	17.796	13.5	5.876	15.4	3.0
Nova Holanda	11.295	8.5	2.967	7.8	**3.8**
Vila Pinheiros	15.485	11.7	4.310	11.3	**3.6**
Vila do João	10.651	8.1	3.001	7.8	3.5
Marcílio Dias	7.179	5.4	1.888	4.9	**3.8**
Conjunto Esperança	5.728	4.3	1.708	4.5	3.4
Salsa e Merengue	5.309	4.0	1.349	3.5	**3.9**
Praia de Ramos	4.794	3.6	1.360	3.6	3.5
Conjunto Pinheiros	4.767	3.6	1.329	3.5	3.5
Nova Maré	3.142	2.4	695	1.8	**4.5**
Roquete Pinto	2.514	1.9	864	2.3	2.9
Bento Ribeiro Dantas	2.199	1.7	566	1.5	**3.9**
Mandacaru	424	0.3	123	0.3	3.4
Total	132.176	100.0	38.273	100.0	3.4

Fonte: Censo Maré 2000.

De acordo com Lyrio (2005, p.52) “curiosamente, os maiores índices de habitantes por domicílios encontram-se exatamente naquelas comunidades criadas pelo poder público em diferentes momentos (com exceção do Conjunto Esperança)”: Nova Maré(4.5), Salsa e Merengue (3.9), Bento Ribeiro Dantas (3.9),

[63] H/D - Habitante por Domicílio.

Nova Holanda (3.8), Marcílio Dias (3.8), Vila Pinheiros (3.6), Conjunto Pinheiros (3.5) e Vila do João (3.5).

Este fato pode ser justificado pela permanência da "convenção de que habitação popular deve ser uma mera simplificação dos padrões dos grupos médios da sociedade", onde a estrutura arquitetônica da moradia seja igual à de uma família de quatro pessoas ou algo semelhante (SILVA; BARBOSA, 2005, p.94), porém

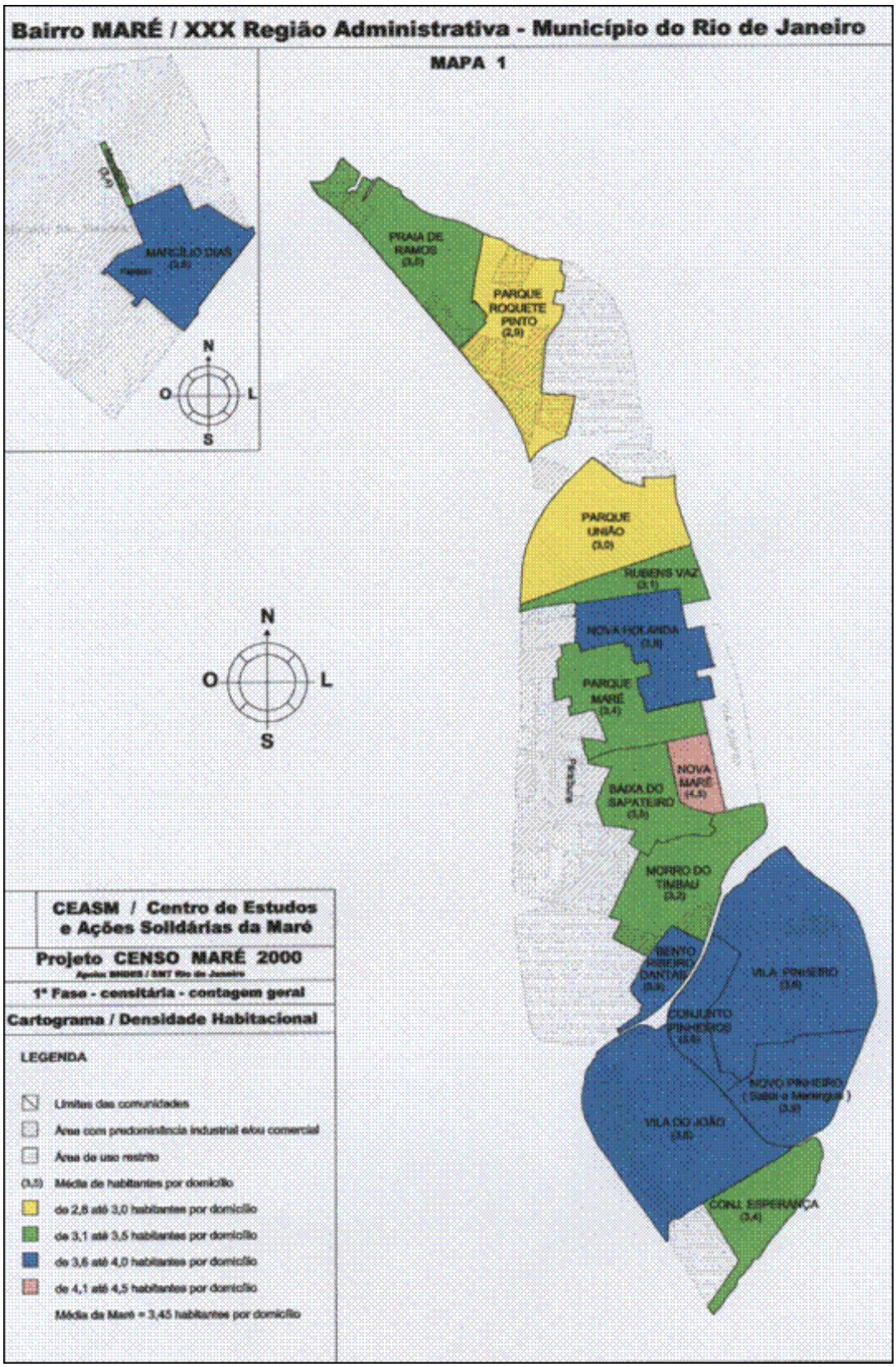
> [...] essa não é a realidade das famílias dos trabalhadores mais subalternizados. Além de serem maiores, elas precisam de imóveis que possam ser ampliados para abrigar outras gerações, já que essas dificilmente conseguirão, no mercado urbano formal, comprar novas moradias. A casa para os mais pobres é um patrimônio familiar extensivo, não se resumindo a uma propriedade ou bem individualizado. Daí a importância da laje, espaço de encontro, de festa e lazer. Ela explica, também, a intensa verticalização das favelas cariocas. (Ibid.,p.94/95)

É importante ressaltar que o indicador H/D, não apresentou diferenças muito expressivas na Maré, pois 11[64] comunidades não passaram de 3.5, valor que se aproxima a média do Município (3.4) e é menor que a média do país (3.75); porém a variação de 2.9 e 4.5 entre as comunidades de Roquete Pinto e Nova Maré é uma disparidade no conjunto das comunidades.

No entanto, estas médias podem estar camuflando diferenças localizadas, onde o conhecimento local nos permite apontar, também, residências com alta densidade de moradores que se dividem em três ou quatro cômodos de uma moradia. Como por exemplo, nos Conjuntos Pinheiro e Esperança, Nova Maré, Bento Ribeiro Dantas, entre outras comunidade.

[64] A média das 11 comunidades (3.2) é menor que a média do Município(3.4).

Figura 17: Densidade habitacional por domicílio das Comunidades da Maré, 2000.



Fonte: Censo Maré 2000 apud Lyrio 2005.

O Censo Maré (2000) também classificou os domicílios em três categorias: **casa**, **apartamento** e **cômodo**, como pode ser visualizado na Tabela 15, existe uma predominância de casas em todas as comunidades, exceto nos Conjuntos Pinheiros e Esperança; estas comunidades foram planejadas pelo Projeto Rio (Governo do Estado) e nelas foram construídos apartamentos populares para abrigarem as famílias removidas de outras localidades do Município, ou ainda, das áreas de risco da Maré (palafitas).

Tabela 15: Domicílios das comunidades da Maré por tipo de moradia, 2000.

Comunidades	**Total**	**Casa**		**Apartamento**		**Cômodo**	
		n	**%**	**n**	**%**	**n**	**%**
Vila do João	487	325	66.74	134	27.52	28	**5.75**
Salsa e Merengue	389	362	**93.06**	17	4.37	10	2.57
Conjunto Pinheiros	361	20	5.54	341	**94.46**	0	0.00
Vila Pinheiros	462	356	77.06	90	19.48	16	**3.46**
Conjunto Esperança	349	67	19.20	277	79.37	5	1.43
Bento Ribeiro Dantas	402	298	74.13	101	25.12	3	0.75
Nova Holanda	450	348	77.33	87	19.33	15	3.33
Nova Maré	532	392	73.68	135	25.38	5	0.94
Marcílios Dias	305	290	**95.08**	12	3.93	3	0.98
Ramos	338	294	**86.98**	37	10.95	7	2.07
Parque União	402	275	68.41	108	26.87	19	4.73
Rubens Vaz	278	179	64.39	73	26.26	26	**9.35**
Parque Maré	353	266	75.35	72	20.40	15	**4.25**
Morro do Timbau	456	363	79.61	86	18.86	7	1.54
Baixa do Sapateiro	354	299	**84.46**	48	13.56	7	1.98
Roquete Pinto	201	176	**87.56**	23	11.44	2	1.00
Mandacarú	0	0	0.00	0	0.00	0	0.00
Total	**6119**	**4310**	**70.44**	**1641**	**26.82**	**168**	**2.75**

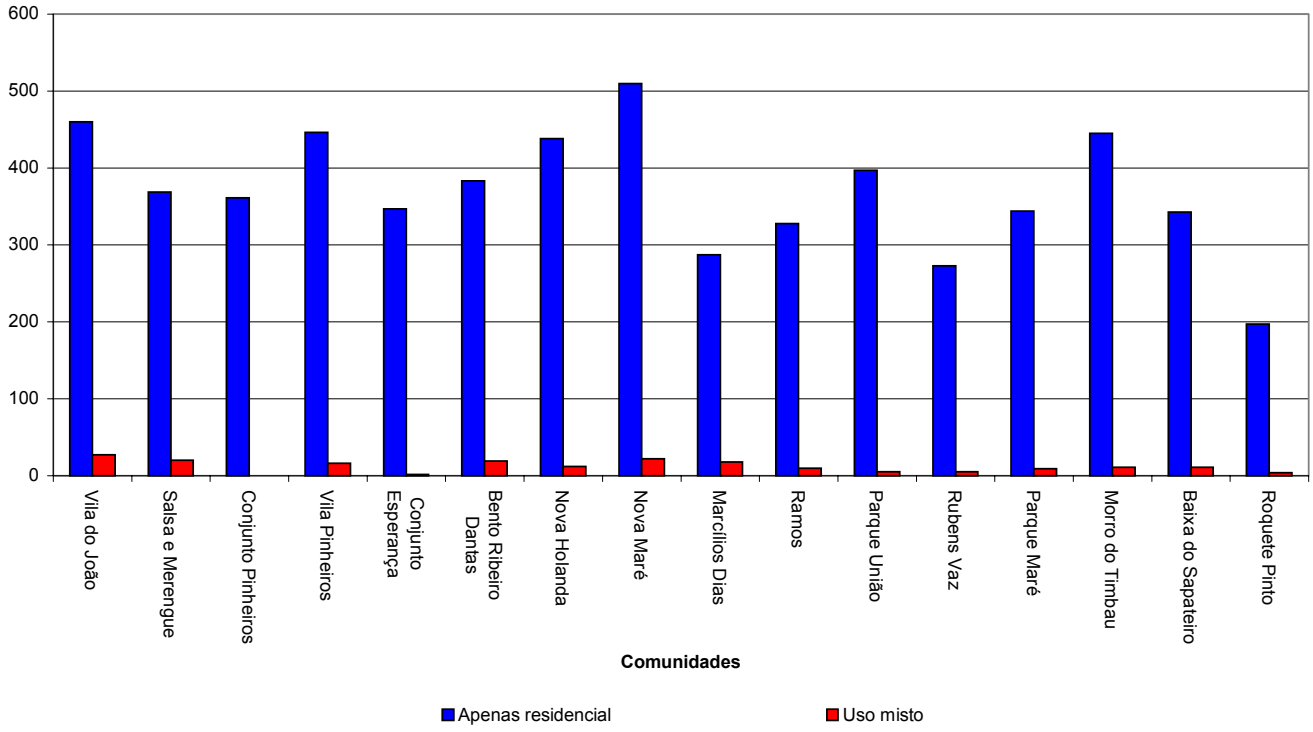
Fonte: Censo Maré 2000.

No que se refere ao quesito funcionalidade, os domicílios das Comunidades da Maré foram classificados pelo Censo Maré (2000) em duas

categorias: **apenas residencial** e **uso misto**, o Gráfico 14 aponta que os domicílios da Maré são predominantemente de uso residencial[65].

As comunidades Vila Pinheiro e Conjunto Esperança, por terem uma predominância de apartamentos, revelam em 100% a utilização apenas residencial dos seus domicílios. As Comunidades de Vila do João e Nova Maré abrangem os maiores índices de uso misto.

Gráfico 13: Domicílios das comunidades da Maré por tipo do uso. 2000.



Fonte: Censo Maré 2000 (por nós elaborado).

> [...] A Maré, com suas 16 comunidades, mostra ser, ao contrário do que insistentemente se afirma das favelas, um lugar cujas possibilidades econômicas, especialmente de seu comércio, constituem uma das fontes de onde se poderão extrair, em um momento não muito distante, as bases para a superação de alguns problemas, dos quais o emprego parece ser um dos mais graves. (Censo Maré 2000 – As empresas da Maré. p.60)

[65] Essa informação é referente ao total de domicílios por utilização.

Segundo o Censo Maré 2000: As empresas da Maré, para cada 32 habitantes distribuídos pelas 16 comunidades existe um estabelecimento comercial. Dos 4.111 estabelecimentos, 50% estão concentrados em quatro comunidades: Parque União (14.2%), Parque Maré (13.7%), Vila Pinheiros (12.0%) e Baixa do Sapateiro (10.5%). Das quatro comunidades citadas apenas Baixa do Sapateiro apresenta um maior porcentual de utilização combinada do domicílio com empresa[66].

3.4 Comentário sobre as disparidades e confluências da Maré

Apesar de apresentarem algumas limitações, os indicadores utilizados neste trabalho, nos permitiram observar a Maré e apontar de maneira preliminar as suas disparidades e confluências.

O procedimento de análise por escalas, utilizado nesta pesquisa: Município do Rio de Janeiro, RA/Bairro Maré e intra-Maré, permitiu observar que a Maré, além de compor um quantitativo expressivo da população do Município, também revela baixos índices de renda e de educação no conjunto do Município do Rio. As maiores disparidades encontradas intra-Maré, podem ser expressas através da distribuição populacional, dos níveis educacionais e em alguns casos do rendimento da sua população, assim como na distribuição das atividades comerciais. Já as confluências, podem ser percebidas no comportamento do rendimento nas faixas de salários mais baixas, na distribuição de habitantes por domicílios e na distribuição das faixas etárias estudadas.

---

[66] Essa afirmação está baseada nos dados do comércio formal referenciada no Censo Maré 2000: As Empresas da Maré.

> Contudo, mesmo com a localização numa área de intenso fluxo rodoviário que lhe proporciona grande visibilidade pelos moradores de diversas regiões da cidade, apesar de seu espaço se constituir a partir de diferentes experiências habitacionais e de sua paisagem não se resumir à falta de infra-estrutura urbana e possuir variadas características arquitetônicas, pode-se dizer, sucintamente, que a Maré é representada de modo contraditório dependendo daqueles que a retrata. Em geral, para os conjuntos de moradores das comunidades locais, a Maré nunca foi um espaço homogêneo, não sendo nem mesmo conhecido e reconhecido por muitos. Já para o restante da cidade, quase por unanimidade, ela é vista como um território homogeneamente miserável, violento e destituído de condições dignas de vida. (LYRIO, 2005, p.47)

O quadro a seguir foi por nós elaborado, a partir dos dados e informações consultados, a fim de representar a Maré atualmente, exibindo as suas confluências e disparidades, através de alguns indicadores utilizados neste capítulo.

Quadro 3: Dados do Universo das Comunidades da Maré sobre: População, Educação e Moradia, 2000.

Comunidades	**População**				**Educação**	**Moradia**	
	Total	**0 a 6 anos de idade**	**7 a 14 anos de idade**	**15 anos de idade e mais**	**7 a 14 anos fora da escola**	**Nº de domicílio**	**H/D**
	%	%	%	%	%	%	%
Parque União	13.46	13.94	11.72	**74.34**	4.50	**15.40**	3.00
Vila Pinheiros	11.72	17.00	13.66	69.34	4.20	4.90	3.60
Parque Maré	11.65	15.86	13.95	70.19	7.10	**12.00**	3.30
Baixa do Sapateiro	8.68	14.42	13.68	71.89	4.50	8.60	3.50
Nova Holanda	8.55	18.05	14.73	67.22	6.40	7.80	3.80
Vila do João	8.06	16.97	13.41	69.62	7.20	**11.30**	3.50
Rubens Vaz	6.05	14.76	12.28	72.96	3.70	6.50	3.10
Marcílio Dias	5.43	16.69	15.91	67.40	**9.20**	7.80	3.80
Morro do Timbau	4.56	12.83	12.77	**74.40**	5.70	4.90	3.20
Conjunto Esperança	4.33	13.39	12.74	**73.87**	5.00	4.50	3.40
Salsa e Merengue	4.02	**21.89**	16.54	61.57	**11.40**	3.50	**3.90**
Praia de Ramos	3.63	15.67	16.02	68.31	2.50	3.60	3.50
Conjunto Pinheiros	3.61	13.11	14.05	72.83	3.60	3.50	3.50
Nova Maré	2.38	**22.18**	**19.61**	58.21	**16.50**	1.80	**4.50**
Roquete Pinto	1.90	16.15	13.29	70.56	1.70	2.30	2.90
Bento Ribeiro Dantas	1.66	14.60	**19.65**	65.76	5.50	1.50	**3.90**
Mandacarú	0.32	**22.88**	16.04	61.08	8.80	0.30	3.40
Total	100.00	15.92	13.92	70.16	100.00	100.00	100.00

Fonte: Censo Maré, 2000.

Quadro 4: Dados da Amostra das Comunidades da Maré referentes à Migração e ao Rendimento, 2000.

Comunidades	Rendimento					Migração/Naturalidade[67]		
	Total	0 a 1	2 a 3	4 a 6	7 e mais	Total	Sudeste	Nordeste
	n	%	%	%	%	n	%	%
Nova Maré	725	**45.79**	41.79	9.79	2.62	2335	**79.83**	19.36
Roquete Pinto	255	**44.31**	44.71	7.06	3.92	696	66.67	32.18
Marcílios Dias	443	**39.73**	48.53	8.80	2.48	1219	76.46	22.07
Parque Maré	482	39.63	47.93	9.96	2.49	1307	65.72	33.59
Vila Pinheiros	637	37.99	49.92	9.58	2.51	1632	65.13	33.76
Ramos	402	37.81	47.26	12.69	2.24	1198	**79.22**	20.03
Nova Holanda	566	37.28	50.35	10.25	2.12	1616	**80.32**	19.06
Salsa e Merengue	526	37.07	53.04	9.13	0.76	1508	73.08	25.99
Bento Ribeiro Dantas	572	34.62	51.05	11.54	2.80	1541	74.69	23.88
Baixa do Sapateiro	464	33.19	53.02	10.34	3.45	1303	68.38	30.16
Morro do Timbau	570	30.88	50.00	13.33	**5.79**	1553	75.72	23.12
Rubens Vaz	395	30.63	**54.43**	12.91	2.03	904	59.85	**38.61**
Conjunto Esperança	507	29.19	49.90	**16.96**	3.94	1166	59.26	**38.85**
Vila do João	734	28.20	**57.36**	11.99	2.45	1801	62.13	36.65
Parque União	524	25.19	54.01	**16.22**	**4.58**	1242	53.06	**45.01**
Conjunto Pinheiros	513	24.56	**54.97**	**16.18**	**4.29**	1319	69.45	28.58
Mandacarú[68]	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	**8315**	**34.56**	**50.66**	**11.75**	**3.01**	**22340**	**70.17**	**28.62**

Fonte: Censo Maré, 2000.

[67] 98.80% da população da Maré é de origem das duas Regiões citadas, os 1.20% da população são das demais Regiões do país.

[68] "O desenvolvimento do Censo Maré foi profundamente prejudicado pelo novo governo municipal que assumiu em janeiro de 2001. A interrupção, por onze meses, dos repasses do BNDES, feitos via Secretaria Municipal de Trabalho, impediu o processo de coleta dos dados amostrais em algumas comunidades e o trabalho da equipe de processamento dos dados e de análise." (SILVA,E.,2002, p.6)

4 Considerações Finais

> Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. [...] Torná-lo inteligível é, para nós geógrafos, uma tarefa inicial. Decifrando-o, como diz Lefébvre (1974), revelamos as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar... (CORRÊA, 2005, p.44)

Para compreendermos o surgimento e consolidação da Maré no Rio de Janeiro foi necessário entender o processo histórico da sua formação e reconstituir, mesmo que de maneira resumida, a organização espacial da cidade. Como vimos no Capítulo 2, a história das comunidades da Maré teve início com o Morro do Timbau, a Baixa do Sapateiro, os Parques Maré, Rubens Vaz e União e Nova Holanda. Em um período de pouco mais de 60 anos os moradores destas comunidades desenvolveram e sofreram diferentes práticas espaciais para escolher, ocupar e permanecer ou sair da Maré. Em resumo, as práticas espaciais destacadas na produção espacial da Maré foram: **seletividade espacial** que é comum a um grupo de moradores, principalmente aos que ocuparam espontaneamente; já as práticas **fragmentação – remembramento espacial** e **marginalização espacial** podem ser atribuídas aos seguimentos governamentais e não-governamentais respeitando os tempos e espaços.

É surpreendente como a espacialização da Maré ganhou, em termos territorial e populacional, uma extensão que pode ser comparada, até mesmo, com a de um município de médio porte; entretanto seria um município de baixas renda e escolaridade composto por uma elevada população de crianças e jovens.

Ao observarmos as características do espaço Maré mediante um conjunto de indicadores e através da mudança de escalas notamos grandes disparidades em

relação ao Município do Rio, confluências com os bairros de baixa renda e confluências e disparidades intra-Maré. Finalmente, podemos falar, depois de uma abordagem qualitativa e quantitativa acerca da espacialidade da Maré que as distintas trajetórias da sua população configuraram práticas diferenciadas, mesmo que estas, em alguns casos sejam sutis.

As informações selecionadas neste trabalho apresentaram uma dimensão sobre a configuração espacial da Maré. Daí, a necessidade da continuidade desta investigação em outro trabalho, onde o entendimento da relação dos moradores com o lugar e a percepção possam ser consideradas e somadas a contextualização do espaço Maré.

Também destacamos a necessidade de uma melhor compreensão da utilização do "termo" comunidade[69] que parece denotar o pertencimento e a identidade dos moradores/comunitários para a definição do seu território; onde a relação com o lugar perpassa as normas e limites institucionais, criando e (re)criando o referenciamento de novos territórios.

[69] Quando este é utilizado para definir espaços de baixa renda.

5 Bibliografia

Oh, bendito que semeia livros
livros à mão cheia
e manda o povo pensar!
O livro que caindo na alma
é germe que faz a palma
é chuva que faz o mar!
Castro Alves

ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

_____. **Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Revista Espaço & Debates 37, 1994.

_____. O crescimento das periferias urbanas nos países do terceiro mundo: uma apresentação do tema. In: SANTOS, Milton; SOUZA Maria A. (org). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

AJARA, César. Configurações econômico-espaciais no Estado do Rio de Janeiro. ENCE. **A ENCE aos 50 anos: um olhar sobre o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, Milton, SILVEIRA, L. Maria (org.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ALVITO, Marcos. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AMADOR, Elmo S.. **Baia de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: homem e natureza**. Rio de Janeiro: Instituto de geociências UFRJ, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR6023**: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR14724**: Informação e documentação: Trabalhos Acadêmicos: Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 10520**: Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: Informação e documentação: Numeração progressiva das seções de um documento escrito: Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6034**: Preparação de índice de publicação. Rio de Janeiro, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,2003.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**. Banco Multidimensional de Estatística.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental . Brasília: 1998.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F.. Verbete: PODER. In. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VALENZUELA, María Elena. Igualdade de oportunidades e discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho no Brasil. In: CAROLINE, Anne (Org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Brasília: Posthuma, 1999.

CARVALHO, José A. de. **Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20227.pdf.> Acesso em: dezembro de 2005.

CARVALHO, José A. de; D, O.S; R.N.R**. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. São Paulo: ABEP, 1994, reimpresso em 1998.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Edição revisada, tradução de Arlene Caetano. Coleção Pensando Crítico,1975.
CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ. **As empresas da Maré: dados do censo Maré 2000**. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2004.

_____. **Censo Maré 2000: Quem somos? Quantos somos? O que fazemos?** Caderno da primeira fase do Censo Maré 2000. Rio de Janeiro: Maré das Letras, 2003.

CORRÊA, Roberto L.. Espaço, um conceito-chave da Geografia. 7. ed.. In: CASTRO,I.E. de; GOMES, C. da C.G.; CORREA, R. L.. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

_____. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

_____.**Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FARIA, Teresa C. de Almeida. **Favelas na periferia: (re)produção ou mudança nas formas de produção e acesso à terra e moradia pelos pobres na cidade do Rio de Janeiro nos anos 90**. Originalmente apresentada como tese de doutorado da UFRJ - IPPUR, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, C.W.P.. **Paixão da Terra: ensaios críticos de Ecologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Socil,1984.

GOTTDIENER. Mark. Comunidade, liberação e vida cotidiana. In: **A Produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp,1993.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. **Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença**. In: ARANTES, Antonio (org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus,2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF, 2002.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. Traduzido por Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILERIO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. BME. Disponívle em <www.ibge/bme.gov.br> Acesso em: Abril de 2006.

JANNUZZI, Paulo M. de. Indicadores **sociais no Brasil: Conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

JUNG, Taiana, S.T.; SILVA, Rui, M. T. da. **A produção do espaço: relação urbano/cidade e campo/rural. Uma perspectiva conceitual e seu desdobramento no Brasil atualmente.** In: Encontro Nacional da ANPUR, XI , 2005, Salvador. **Anais**, Salvador: UFBA, 2005.

_____. **A Produção do vestuário em Niterói: Cultura, técnica e trabalho**. In: Encontro Nacional da ANPEGE, VI, 2005, Fortaleza. Anais.

LAGO, Luciana C.. Desigualdade **e segregação na metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LIMONAD Ester; LIMA, de Gonçalves Ivaldo. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. In: LIMONAD, Ester (Org.). **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre**. Niterói: UFF/GECEL, 2003. CD-ROM.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. In: **Geographia**. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. nº.1. Niterói: UFF/EGG, 1999.

LYRIO, Wellen. **Das represent(ações) sobre as favelas às territorialidades dos moradores da Maré: territórios e identidades na cidade do Rio de Janeiro**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado da UFF, 2005.

MASSEY, D.. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: **Geographia**. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. nº.12. Niterói:UFF/EGG, 2004.

MATOS, G. de. **Seleção de textos. Notas, estudos biográficos, histórico e crítica por Antonio Dimas**. São Paulo: Abril, 1981.

MENDONÇA, Eduardo Luiz de; OLIVEIRA, Jane Souto de. Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos. In**: Observatório da cidadania relatório 2001**, n.5 . Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, 2001.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral**. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.

_____. Repensando a Geografia. In: Milton Santos (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **O que é Geografia.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. A diferença e a geografia. In: **Geographia**. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. nº.1. Niterói:UFF/EGG, 1999.

NISBET, A. Robert. **The sociological tradition**. New York: Basic Boks, publishers, 1966.

NORBERT Elias; SCOTSON, Jhon L.. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

NOSSO SÉCULO: BRASIL. vl.2. São Paulo: Abril S.A Cultural,1985. il.

OLIVEIRA, S. Débora. **Desigualdade sócio-espaciais e vulnerabilidade juvenil no contexto metropolitano fluminense: o caso da cidade de Nova Iguaçu**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado da ENCE/IBGE, 2006.
PATARRA, Neide. **Do urbano às novas teritorialidades: conceitos e questões**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: ENCE, 2002 -. no prelo.

PATARRA, Neide; OLIVEIRA, Débora. Confluências e disparidades na metrópole do Rio de Janeiro: segregação socioespacial, organização territorial e déficits sociais locais. ENCE. **A ENCE aos 50 anos: um olhar sobre o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

PERLMAN, Janice E.. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1977.

RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática,1993

RIBEIRO, Ana, C.. A Cidade do Rio de Janeiro: lembrando “A jangada de pedra”, de Saramago. In: PIQUET, Rosélia (Org). **Rio de Janeiro: Perfil de uma Cidade**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000.

RIO DE JANEIRO (Município). Instituto Pereira Passos. Coleção Estudos da Cidade. BELTRÃO, Kaizô; C,A.A; K,S; S.S. **Tendências demográficas do Município do Rio de Janeiro,2004**. Disponível em < http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br> Acesso em setembro de 2004.

_____. Instituto Pereira Passos. Coleção Estudos da Cidade. Cavallieri, F; Frota, M.. **O analfabetismo na cidade do Rio de Janeiro – 1991/2000**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em < http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br > Acesso em agosto de 2005.

_____. Instituto Pereira Passos. Coleção Estudos da Cidade, **A distribuição da renda na Cidade do Rio de Janeiro**, 2001.

_____. Secretaria das Culturas. Arquivo da Cidade. **Memória da destruição**.2002. il.

RIVADENEIRA, Luis. **Insumos sociodemográficos en la gestión de políticassectoriales**.Chile: CEPAL: Serie Población y desarrollo, n. 11, 2000.

ROMÃO, F.F., Stotz, E.N.. **História da formação do complexo da Maré e atuações políticas, sociais e culturais da região**. Departamento de Endemias, Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ.

SACK, R.. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University press, 1986.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M., et alli. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec. 1997.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo:Hucitec. 1999.

SILVA, Eliana S.. **O Movimento comunitário de Nova Holanda na busca do encontro entre o político e o pedagógico**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado da PUC, 1995.

_____. Censo Maré 2000: Uma Experiência de Coleta e Geração de Informações Socioculturais e Econômicas numa Favela da Cidade do Rio de Janeiro. In: **Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade**. n.3. IETS: Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Jailson S.. **Por que uns e não outros? : caminhada de jovens pobres para a universidade**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

_____. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: **Território Territórios**. Niterói: PPGEO-UFF/AGB, 2002.

_____; BARBOSA Jorge. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

SILVA, Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SIMÃO Mário P.. **Representações sociais da favela e sua apropriação em Niterói**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado da UFF, 2002.

TASCHER, Suzana P.. O Brasil e suas favelas. In: Abramo P. (org). **A cidade da informalidade, o desafio das cidades Latino-Americanas**. Rio de Janeiro: Sete letras, FAPERJ, 2003.

VALLADARES, Lícia do P. (org.). **Pensando as favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 2003.

_____. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 15, 2000. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf> Acesso em janeiro 2006.

VARELLA, Drauzio. **Maré, vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

VAZ, Lílian, F. (Coordenadora). **História dos Bairros da Maré, espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré**. Rio de Janeiro: SR-5/UFRJ e CNPQ, 1994.

ZALUAR, Alba; ALVITO Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Outros sites consultados

<http://www.photoindustrial.com/favela30/pages/mare63.htm> Acesso em janeiro de 2006.

<http://www.favelatemmemoria.com.br> Acesso em fevereiro de 2006.

<http://www.ceasm.org.br/abertura/03onde/m_hist.htm>Acesso em setembro de 2005.

<http//www.C|/site/livros_gratis/arte_poetica.htm (5 of 53)> Acesso em setembro de 2005.

< www.tarsiladoamaral.com.br > Acesso em março de 2006.

APÊNDICE A - Informações sobre o CEASM e o Censo Maré 2000

O que é o CEASM ?

O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) é uma Organização Não-Governamental que foi fundada por pessoas que tiveram uma relação com a Maré, seja de nascimento, moradia ou trabalho. Muitos deles concluíram o ensino superior e galgaram posições de destaque na sociedade, como professores universitários, servidores públicos entre outros. O objetivo principal deste grupo foi o de prover condições para o exercício da cidadania dos moradores da Maré, através da educação, da cultura e da geração de trabalho e renda.

As atividades do CEASM se iniciaram em 1998, através de um curso pré-vestibular, onde os professores e os alunos eram exclusivamente moradores. A ação buscava a formação de uma rede local, onde os nós posteriormente seriam solidificados com os resultados da iniciativa. Os alunos que conseguiam aprovação no vestibular, voltavam para a instituição na condição de **monitor** ou seja, o *feedback* para o fortalecimento do grupo se deu a partir dos resultados e contribuições dos que por ali passaram.

Para a ampliação da rede, novas pessoas foram agregadas ao grupo, fortalecendo as iniciativas e aumentado às opções de oferta que atualmente são:

a) Rede de Educação

- Curso Pré-Vestibular comunitário;
- Curso preparatório para 5ª série e Ensino Médio;
- Núcleo de línguas da Maré;
- Oficinas de informática;
- Programa de criança Petrobrás na Maré;

- Observatório Social da Maré;
- Projeto adolescente;
- Biblioteca popular.

b) Rede de Comunicação

- Jornal 0 Cidadão.

c) Rede Cultura da Maré

- Projeto de resgate da história e memória das Comunidades da Maré;
- Escola de cidadãos dançantes;
- Corpo de dança da Maré;
- Oficinas culturais: artes plásticas, capoeira, teatro, dança afro, música, percussão, cinema;
- Viver com arte;
- Oficinas nas áreas de vídeo, fotografia, desenho e produção gráfica.

Todos os projetos da ONG são financiados por instituições públicas e empresas privadas como a PETROBRÁS, Fundação FORD, entre outras. O CEASM procurou com as diversas iniciativas desmistificar as distâncias entre a universidade, o mercado de trabalho e a cultura entre a população de espaços populares e as áreas **nobres** da mesma cidade.

O Censo Maré 2000

O CENSO MARÉ 2000: Quem somos nós? Quantos somos? O que fazemos? surgiu da necessidade do CEASM no bojo das suas pesquisas, projetos

na comunidade, em obter informações mais precisas sobre a Maré e a real situação da sua população, pois

> [...] um pleno conhecimento sobre a realidade local. Com efeito, apesar das distintas iniciativas públicas e privadas de penetrar na realidade contraditória da Maré, a disparidade entre os dados que subsidiam essa intervenção e o conhecimento preciso da realidade local dificultam, sobremaneira, a conquista dos resultados esperados. (CENSO MARÉ, 2000, p.30 – grifo do autor)

O principal objetivo do Censo Maré (2000), foi o de superar a imprecisão das informações sobre o bairro produzindo dados concisos sobre a realidade da localidade nas esferas econômica, domiciliar, educacional, cultural e estendendo-se ao mapeamento das instituições públicas, privadas e comunitárias locais.

Resultados indiretos também foram calculados, como a inserção dos jovens universitários da Maré no campo da pesquisa, em todo processo metodológico e teórico.

O Censo iniciou no segundo semestre de 1999, com o apoio de instituições como: Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) – órgão financiador – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) – avaliação questionário - , Instituto Pereira Passos (IPP) – fornecimento da base cartográfica – e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) – amostragem e treinamento da equipe de campo - .

Metodologia e Aplicação

A partir dos assuntos operacionais, de formação da equipe, contatos com instituições e consultores especializados no levantamento quantitativo de dados, foram iniciados os trabalhos para a realização da 1ª fase do Censo Maré, que foi sistematizada em quatro etapas:

1. Divulgação ampliada do Censo Maré;
2. Divulgação localizada do Censo;
3. Levantamento dos dados;
4. Digitação dos dados.

Para a efetivação deste processo foram desenvolvidos instrumentos de coleta e produção de bases cartográficas locais que foram os alicerces para a realização de todo o processo.

Instrumentos de coleta

- Questionário de contagem geral (censitário)

Contém informações do domicílio (quantitativo populacional e gênero), dispostas em 02 perguntas específicas e 05 de identificação do recenseador e da área.

- Questionário de informações complementares (amostral)

Está dividido em três partes: o quantitativo populacional, por faixa; educação e trabalho infantil e enfermidades mais comuns, dispostas em 12 perguntas.

Representações cartográficas

Foram gerados mapas locais para o subsídio da demarcação dos limites de cada uma das 16/17 comunidades. Desta forma a metodologia cartográfica, foi desenvolvida, a partir dos códigos identificadores "que possibilitou, ao mesmo tempo, tanto a análise por comunidade, quanto o controle espacial do recenseamento, das pendências, das ausências e/ou possíveis dúvidas sobre os questionários preenchidos".(Ibid, p.32)

Setores Censitários

Para a definição dos setores censitários foi necessário delimitar as 16/17 comunidades da Maré, onde informações da Associação de Moradores comparadas com as da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, subsidiaram a divisão de cada comunidade em três setores censitários, obedecendo a uma relação subjetiva **tamanho da área** versus **densidade ocupacional**.

Desta forma, não foram consideradas as 16 comunidades, elas foram desmembradas e o total foi de 17 comunidades. "A relevância destes *desmembramentos* se dá por considerarmos que suas características sócio-espaciais são distintas daquelas em seu entorno, além de serem espaços surgidos recentemente e com características próprias." (Ibid, p.32 – grifo do autor)

> Assim buscou-se analisar cada comunidade separadamente e, mais ainda, localizar no mais alto grau possível cada domicílio e/ou estabelecimento presente no espaço da Maré. Foram criados, para isso, os códigos identificadores onde cada questionário de entrevista passou a se (geo)referenciar ao mapa, facilitando com isso o controle e a localização, por área, de entrevista. (Ibid, p.31)

Divulgação ampliada e localizada do Censo Maré

Em um primeiro momento a divulgação ocorreu de forma generalizada, onde carros-de-som, faixas, cartazes, sistemas de som locais e a participação de instituições públicas e comunitárias da Maré, informaram a população sobre a realização do censo. Posteriormente, a divulgação foi massificada e o objetivo foi o de sensibilizar e explicar o conteúdo do censo através de folhetos, distribuídos em cada unidade domiciliar e comercias no inicio da etapa de coleta.

Levantamento dos dados e Digitação

Para o levantamento dos dados, todas as equipes[70] realizaram a pesquisa em uma mesma comunidade, coletaram os dados previstos e posteriormente, seguiram para a próxima área.

> A metodologia proposta visava permitir que a equipe responsável pelo levantamento de dados fosse se qualificando no processo de intervenção, criando-se uma razoável correspondência entre as inevitáveis dificuldades objetivas e a necessária eficiência subjetiva. (Ibid, p.33)

As Associações de Moradores desempenharam um papel importante, designando um representante para acompanhar os pesquisadores no processo de identificação do setor censitário e da coleta nos domicílios. “Os critérios de ordenação das comunidades visitadas eram as facilidades existentes para o acesso, desenvolvimento e conclusão da coleta.” (Ibid, p.33)

[70] A equipe de recenseadores foi formada por estudantes do pré-vestibular do CEASM.

A digitação ocorreu paralelamente à pesquisa de campo, onde os dados passaram pela crítica da equipe e posteriormente foram tabulados.

Equipe

Para a realização do Censo Maré uma equipe multidisciplinar foi montada seguindo a seguinte composição: 02 coordenadores gerais, 40 recenseadores, 04 supervisores, 01 secretária geral, 01 geógrafo, 01 cientista social, 01 analista de sistemas, 02 supervisores de informática e 08 digitadores.

Formulário de Contagem Geral

Instrumento de coleta de dados

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOLIDÁRIAS DA MARÉ

CENSO MARÉ 2000 - Quantos Somos? Quem Somos? O que Fazemos?

FASE 1 – CONTAGEM GERAL

FORMULÁRIO 1 – DOMICÍLIO

I - IDENTIFICAÇÃO: (__ __ __ __ __ __ __ __ __ __ __)

DATA DA COLETA: _____

ENTREVISTADOR:
ENTREVISTADO:

II – DADOS GERAIS

1- NOME DA COMUNIDADE:
_____

2- NOME Do LOGRADOURO:
_____
_____
_____

3- NÚMERO DO DOMICÍLIO: _____

4- NÚMERO DE HOMENS QUE MORAM NO DIMICÍLIO?
5- NÚMERO DE MULHERES QUE MORAM NO DOMICÍLIO?

6- NOME DO CHEFE DO DOMICÍLIO: _____

7- ASSINATURA DO ENTREVISTADO _____

Formulário complementar

Informações complementares à contagem geral:

1. **Quantas crianças de 0 a 6 anos moram neste domicílio?**
(caso resposta seja zero, siga para questão 3)

2. **Quantas destas crianças não possuem caderneta de vacinação?**

3. **Quantas crianças de 7 a 14 anos moram neste domicílio?**
(caso resposta seja zero, siga para questão 6)

4. **Destas crianças de 7 a 14 anos, quantas estão fora da escola?**

5. **Destas crianças de 7 a 14 anos, quantas trabalham?**

6. **Quantos moradores com mais de 55 anos residem neste domicílio?**

7. **Quantos moradores, menores de 18 anos, tiveram ou estão prestes a ter filho?**

8. **Há algum morador com deficiência mental ou física permanente que limite suas atividades?** ☐ **Sim** ☐ **Não**
Caso a resposta seja afirmativa, quantos ?

9. **Todos os moradores possuem Certidão de Nascimento?** ☐ **Sim** ☐ **Não**
Caso a resposta seja negativa, quantos?

10. **Há algum morador com alguma destas doenças?**

☐ **Diabetes** ☐ **Hipertensão** ☐ **AIDS** ☐ **Câncer**

11. **Quantos moradores, maiores de 14 anos, não sabem ler e escrever?**

12. **Algum morador deste domicílio já sofreu alguma(s) da(s) seguinte(s) violência(s)?**

☐ **Lesão por bala (arma de fogo)**

☐ **Lesão por faca/pau**

☐ **Homicídio**

☐ **Estupro**
Roubo ou furto dentro da comunidade

APÊNDICE B – Tabela do Gráfico 7

Tabela do Gráfico 7: Migração do Município do Rio por sexo e grupos de idade (%), 2000.

Grupos de Idade	Homem		Mulher	
	Migrante	Natural	Migrante	Natural
	População Migrante	População Total	População Migrante	População Total
0 a 4 anos	0.11	3.07	0.10	2.95
5 a 9 anos	0.19	2.97	0.19	2.88
10 a 14 anos	0.23	3.00	0.25	2.96
15 a 19 anos	0.36	3.38	0.44	3.43
20 a 24 anos	0.65	3.42	0.75	3.55
25 a 29 anos	0.73	3.08	0.85	3.28
30 a 34 anos	0.79	2.84	0.92	3.15
35 a 39 anos	0.83	2.89	0.99	3.29
40 a 44 anos	0.84	2.69	1.05	3.18
45 a 49 anos	0.86	2.32	1.10	2.85
50 a 54 anos	0.83	1.92	1.08	2.37
55 a 59 anos	0.68	1.45	0.89	1.84
60 a 64 anos	0.64	1.24	0.86	1.68
65 a 69 anos	0.56	1.04	0.75	1.49
70 anos ou mais	0.46	0.81	0.66	1.24
Total	8.76	36.13	10.88	40.13

Fonte: Censo IBGE 2000.

APÊNDICE C – Tabela do Gráfico 10

Tabela do Gráfico 10: Distribuição dos moradores das comunidades da Maré quanto à freqüência de creche ou escola, 2000.

Comunidade	Total	Sim, rede pública		Sim, rede particular		Não, mas já freqüentou		Nunca freqüentou	
		n	%	n	%	n	%	n	%
Vila do João	1807	407	22.52	90	4.98	1006	55.67	304	16.82
Salsa e Merengue	1516	376	24.80	58	3.83	775	51.12	307	20.25
Conjunto Pinheiros	1323	331	25.02	74	5.59	767	57.97	151	11.41
Vila Pinheiros	1641	376	22.91	66	4.02	942	57.40	257	15.66
Conjunto Esperança	1172	212	18.09	86	7.34	756	64.51	118	10.07
Bento Ribeiro Dantas	1546	441	28.53	60	3.88	814	52.65	231	14.94
Nova Holanda	1622	379	23.37	56	3.45	944	58.20	243	14.98
Nova Maré	2345	644	27.46	64	2.73	1198	51.09	439	18.72
Marcílios Dias	1226	321	26.18	33	2.69	699	57.01	173	14.11
Ramos	1198	342	28.55	33	2.75	652	54.42	171	14.27
Parque União	1253	219	17.48	67	5.35	795	63.45	172	13.73
Rubens Vaz	904	179	19.80	36	3.98	572	63.27	117	12.94
Parque Maré	1310	299	22.82	44	3.36	762	58.17	205	15.65
Morro do Timbau	1559	343	22.00	73	4.68	961	61.64	182	11.67
Baixa do Sapateiro	1306	314	24.04	52	3.98	736	56.36	204	15.62
Roquete Pinto	697	155	22.24	17	2.44	401	57.53	124	17.79
Mandacarú	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	**22425**	**5338**	**23.80**	**909**	**4.05**	**12780**	**56.99**	**3398**	**15.15**

Fonte: Censo Maré 2000.

APÊNDICE D – Tabela do Gráfico 11

Tabela do Gráfico 11: Responsáveis pelos domicílios particulares permanentes das Comunidades da Maré segundo a renda nominal média em salários mínimos no trabalho principal.

Comunidade	Total	0 a 1		2 a 3		4 a 6		7 e mais	
		n	%	n	%	n	%	n	%
Vila do João	734	207	28.202	421	57.357	88	11.989	18	2.4523
Salsa e Merengue	526	195	37.072	279	53.042	48	9.1255	4	0.7605
Conjunto Pinheiros	513	126	24.561	282	54.971	83	16.179	22	4.2885
Vila Pinheiros	637	242	37.991	318	49.922	61	9.5761	16	2.5118
Conjunto Esperança	507	148	29.191	253	49.901	86	16.963	20	3.9448
Bento Ribeiro Dantas	572	198	34.615	292	51.049	66	11.538	16	2.7972
Nova Holanda	566	211	37.279	285	50.353	58	10.247	12	2.1201
Nova Maré	725	332	45.793	303	41.793	71	9.7931	19	2.6207
Marcílios Dias	443	176	39.729	215	48.533	39	8.8036	11	2.4831
Ramos	402	152	37.811	190	47.264	51	12.687	9	2.2388
Parque União	524	132	25.191	283	54.008	85	16.221	24	4.5802
Rubens Vaz	395	121	30.633	215	54.43	51	12.911	8	2.0253
Parque Maré	482	191	39.627	231	47.925	48	9.9585	12	2.4896
Morro do Timbau	570	176	30.877	285	50	76	13.333	33	5.7895
Baixa do Sapateiro	464	154	33.19	246	53.017	48	10.345	16	3.4483
Roquete Pinto	255	113	44.314	114	44.706	18	7.0588	10	3.9216
Mandacarú	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	**8315**	**2874**	**34.564**	**4212**	**50.655**	**977**	**11.75**	**252**	**3.0307**

Fonte: Censo Maré 2000.

APÊNDICE E – Tabela do Gráfico 12

Tabela do Gráfico 12: Forma de chegada da população migrante da Maré, 2000.

Comunidade	Total	Pai e mãe		parentes		conta própria		casamento		outra	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Vila do João	480	153	31.88	94	19.58	149	31.04	38	7.92	46	9.58
Salsa e Merengue	388	89	22.94	52	13.40	123	31.70	20	5.15	104	26.80
Conjunto Pinheiros	361	134	37.12	76	21.05	106	29.36	27	7.48	18	4.99
Vila Pinheiros	462	189	40.91	99	21.43	119	25.76	25	5.41	30	6.49
Conjunto Esperança	348	93	26.72	69	19.83	130	37.36	25	7.18	31	8.91
Bento Ribeiro Dantas	399	90	22.56	50	12.53	118	29.57	14	3.51	127	31.83
Nova Holanda	448	244	54.46	56	12.50	87	19.42	24	5.36	37	8.26
Nova Maré	528	192	36.36	71	13.45	148	28.03	23	4.36	94	17.80
Marcílios Dias	302	129	42.72	62	20.53	63	20.86	24	7.95	24	7.95
Ramos	338	180	53.25	41	12.13	80	23.67	20	5.92	17	5.03
Parque União	399	128	32.08	119	29.82	109	27.32	23	5.76	20	5.01
Rubens Vaz	278	108	38.85	63	22.66	72	25.90	14	5.04	21	7.55
Parque Maré	351	166	47.29	61	17.38	95	27.07	16	4.56	13	3.70
Morro do Timbau	449	214	47.66	99	22.05	89	19.82	33	7.35	14	3.12
Baixa do Sapateiro	346	172	49.71	67	19.36	78	22.54	18	5.20	11	3.18
Roquete Pinto	173	70	40.46	28	16.18	50	28.90	10	5.78	15	8.67
Mandacarú	0	0	0.00	0	0.00	0	0.00	0	0.00	0	0.00
Total	**6050**	**2351**	**38.68**	**1107**	**18.30**	**1616**	**26.71**	**354**	**5.85**	**622**	**10.28**

Fonte: Censo Maré 2000.

APÊNDICE F – Tabela do Gráfico 13

Tabela do Gráfico 13: Domicílios das comunidades da Maré por tipo do uso, 2000.

Comunidade	Total	Apenas residencial		Uso misto	
		n	%	n	%
Vila do João	487	460	94.46	27	5.54
Salsa e Merengue	389	369	94.86	20	5.14
Conjunto Pinheiros	361	361	100.00	0	0.00
Vila Pinheiros	462	446	96.54	16	3.46
Conjunto Esperança	349	347	99.43	2	0.57
Bento Ribeiro Dantas	402	383	95.27	19	4.73
Nova Holanda	450	438	97.33	12	2.67
Nova Maré	532	510	95.86	22	4.14
Marcílios Dias	305	287	94.10	18	5.90
Ramos	338	328	97.04	10	2.96
Parque União	402	397	98.76	5	1.24
Rubens Vaz	278	273	98.20	5	1.80
Parque Maré	353	344	97.45	9	2.55
Morro do Timbau	456	445	97.59	11	2.41
Baixa do Sapateiro	354	343	96.89	11	3.11
Roquete Pinto	201	197	98.01	4	1.99
Mandacarú	0	0	0.00	0	0.00
Total	**6119**	**5928**	**96.88**	**191**	**3.12**

Fonte: Censo Maré 2000.

APÊNDICE G – Tabela dos residentes por favelas da Maré, segundo total de pessoas, domicílios e infra-estrutura, 2000.

Favelas	Total de Pessoas	Total de domicílios	H/D	Infra Estrutura									
				Água canalizada		Lixo				Esgoto			
						Serviço de Limpeza		Coletado em Caçamba		Rede Geral		Fossa Séptica e vala	
	n	n	H/D	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixa do Sapateiro	9907	2692	3.68	2681	99.59	2279	84.66	412	15.30	2643	98.18	30	1.11
Marcílio Dias	2254	623	3.62	603	96.79	328	52.65	294	47.19	184	29.53	412	66.13
Maré	12905	3711	3.48	3611	97.31	3431	92.45	279	7.52	3573	96.28	126	3.40
Morro do Timbau	5885	1751	3.36	1731	98.86	1561	89.15	190	10.85	1746	99.71	4	0.23
Nova Holanda	13152	3676	3.58	3320	90.32	3220	87.60	456	12.40	3091	84.09	569	15.48
Parque Roquete Pinto	4215	1224	3.44	1203	98.28	956	78.10	268	21.90	1130	92.32	85	6.94
Parque União	14011	4628	3.03	4312	93.17	4620	99.83	6	0.130	4254	91.92	135	2.92
Ramos	4070	1195	3.41	1178	98.58	975	81.59	219	18.33	1177	98.49	4	0.33
Rubens Vaz	5766	1838	3.14	1675	91.13	1819	98.97	13	0.71	1411	76.77	389	21.16
Total	**72165**	**21338**	**3.38**	**20314**	**95.2**	**19189**	**89.93**	**2137**	**10.01**	**19209**	**90.02**	**1754**	**8.22**

Fonte: Censo IBGE 2000 apud IPP/Morei.

ANEXO A – Resumo da legislação das Divisões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro por Áreas de Planejamento, segundo suas Regiões Administrativas e Bairros - Área de Planejamento 3

Regiões Administrativas	Legislação de RA	Código e nome do Bairro	Legislação de Bairros
X RA - RAMOS	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 ; pelo Decreto No 7980 de 12 de agosto de 1988 que cria e delimita a Ra da Maré e pela Lei No 2055 de 9 de dezembro de 1993, que delimita a RA do Complexo do Alemão	039 Manguinhos	
		040 Bonsucesso	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985 Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei No 2055 de 9 de dezembro de 1993, que delimita a RA e o Bairro do Complexo do Alemão e e pela Lei No 2119 de 19 de janeiro de 1994 que cria o Bairro da Maré
		041 Ramos	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei No 2055 de 9 de dezembro de 1993, que delimita a RA e o Bairro do Complexo do Alemão e e pela Lei No 2119 de 19 de janeiro de 1994 que cria o Bairro da Maré
		042 Olaria	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei No 2055 de 9 de dezembro de 1993, que delimita a RA e o Bairro do Complexo do Alemão e e pela Lei No 2119 de 19 de janeiro de 1994 que cria o Bairro da Maré

XI RA - PENHA	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei No 3155 de 13 de dezembro de 2000 que cria a RA de Vigário Geral com os bairros de Cordovil; Parada de Lucas; Vigário Geral e Jardim América.	043	Penha	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		044	Penha Circular	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
XII RA - INHAÚMA	Limite alterado pela Lei Complementar No 17de 29 de julho de 1992 que cria a RA do Jacarezinho, e pela Lei No 2055 de 9 de dezembro de 1993 que cria a RA do Complexo do Alemão	050	Higienópolis	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei Complementar No 17 de 29 de julho de 1992 qiue cria a RA do Jacarezinho
		052	Maria da Graça	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei Complementar No 17 de 29 de julho de 1992 qiue cria a RA do Jacarezinho
XII RA - INHAÚMA		053	Del Castilho	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		054	Inhaúma	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações efetuadas pelo Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 pela Lei 2055 de 9 de dezembro de 1993 que cria o Bairro do Complexo do Alemão
		055	Engenho da Rainha	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		056	Tomás Coelho	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
XIII RA - MÉIER	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei No 17 de 29 de junlho de 1992, que cria a RA do Jacarezinho	051	Jacaré	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985, com alteração da delimitação do Bairro e sua inclusão na XIII RA - Méier pela Lei Complementar No 17 de 29 de julho de 1992
		057	São Fransico Xavier	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		058	Rocha	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		051	Riachuelo	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985

		060	Sampaio	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei Complementar No 17 de 29 de julho de 1992
		061	Engenho Novo	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei Complementar No 17 de 29 de julho de 1992
		062	Lins de Vasconcelos	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		063	Méier	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		064	Todos os Santos	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		065	Cachambi	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		066	Engenho de Dentro	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		067	Água Santa	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		068	Encantado	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		069	Piedade	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		070	Abolição	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		071	Pilares	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
XIV RA - IRAJÁ	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 e alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985	072	Vila Cosmos	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		073	Vicente de Carvalho	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		074	Vila da Penha	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985

		075	Vista Alegre	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		076	Irajá	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		077	Colégio	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
XV RA - MADUREIRA	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 e alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985	078	Campinho	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		079	Quintino Bocaiúva	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		080	Cavalcanti	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		081	Engenho Leal	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		082	Cascadura	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
XV RA - MADUREIRA		083	Madureira	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		084	Vaz Lobo	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		085	Turiaçu	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		086	Rocha Miranda	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		087	Honório Gurgel	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		088	Oswaldo Cruz	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		089	Bento Ribeiro	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985

XX RA - ILHA DO GOVERNADOR	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 e alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985	091	Ribeira	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		092	Zumbi	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		093	Cacuia	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		094	Pitangueiras	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		095	Praia da Bandeira	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		096	Cocotá	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		097	Bancários	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		098	Freguesia	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		099	Jardim Guanabara	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		100	Jardim Carioca	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		101	Tauá	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		102	Moneró	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		103	Portuguesa	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		104	Galeão	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		105	Cidade Universitária	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985

XXII RA - ANCHIETA	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 e alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985	106	Guadalupe	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		107	Anchieta	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		108	Parque Anchieta	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		109	Ricardo de Albuquerque	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
XXV RA - PAVUNA	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei No 1787 de 23 de abril de 1999 que cria o bairro de Parque Columbia, pela subdivisão do bairro Pavuna (Não altera os limites da RA , mas sim sua composição de bairros)	110	Coelho Neto	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		111	Acarí	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		112	Barros Filho	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		113	Costa Barros	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
XXV RA - PAVUNA		114	Pavuna	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.No 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985 e pela Lei No 1787 de 23 de abril de 1999 que cria o Bairro de Parque Columbia
		158	Parque Colúmbia	Criado pela Lei No 1787 de 23 de abril de 1999 com a alteração do bairro da Pavuna
XXVIII RA - JACAREZINHO	Criada pelo DecretoNo 6011 de 4 de agosto de 1986 e Delimitada pela Lei Complementar No 17 de 29 de julho de 1992, alterando a XII e XIII RA. Cria o bairro do Jacarezinho, alterando os Bairros do Jacaré; Engenho Novo; Maria da Graça; Sampaio e Benfica	155	Jacarezinho	Criado e Delimitado pela Lei Complementar No 17 de 29 de julho de 1992, com a alteração dos Bairros do Jacaré; Engenho Novo; Maria da Graça; Sampaio e Benfica

XXIX RA - COMPLEXO DO ALEMÃO	Criada pelo Decreto No 6011 de 4 de agosto de 1986 e Delimitada pela Lei No 2055 de 9 de dezembro de 1993, alterando os limites da X e XII RA, e dos Bairros de Olaria; Ramos ; Bonsucesso Inhaúma e Higienópolis	156	Complexo do Alemão	Delimitado pela Lei No 2055 de 9 de dezembro de 1993, alterando os limites dos Bairros de Olaria; Ramos ; Bonsucesso Inhaúma e Higienópolis
XXX RA - MARÉ	**Criada pelo Decreto No 6011 de 4 de agosto de 1986 e Delimitada pelo Decreto No 7980 de 12 de agosto de 1988, alterando os limites da X RA e dos Bairros Olaria; Ramos; Bonsucesso e Manguinhos**	**157**	**Maré**	**Criado e delimitado pela Lei No 2119 de 19 de janeiro de 1994, altera os limites dos Bairros Olaria; Ramos; Bonsucesso e Manguinhos**
XXXI RA - VIGÁRIO GERAL	Criada e delimitada pela Lei No 3155 de 13 de dezembro de 2000, alterando a XI RA , com a saida dos Bairros de Cordovil. Parada de Lucas; Vigário Geral e Jardim América desta RA	048	Vigário Geral	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		045	Brás de Pina	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		046	Cordovil	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		047	Parada de Lucas	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985
		049	Jardim América	Denominação; delimitação e codificação estabelecida pelo Dec.Nº 3158 de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280 de 23 de agosto de 1985

Fonte: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - Diretoria de Informações Geográficas - IPP/DIG
Pesquisa realizada em Decretos e Leis publicadas no Diário Oficial

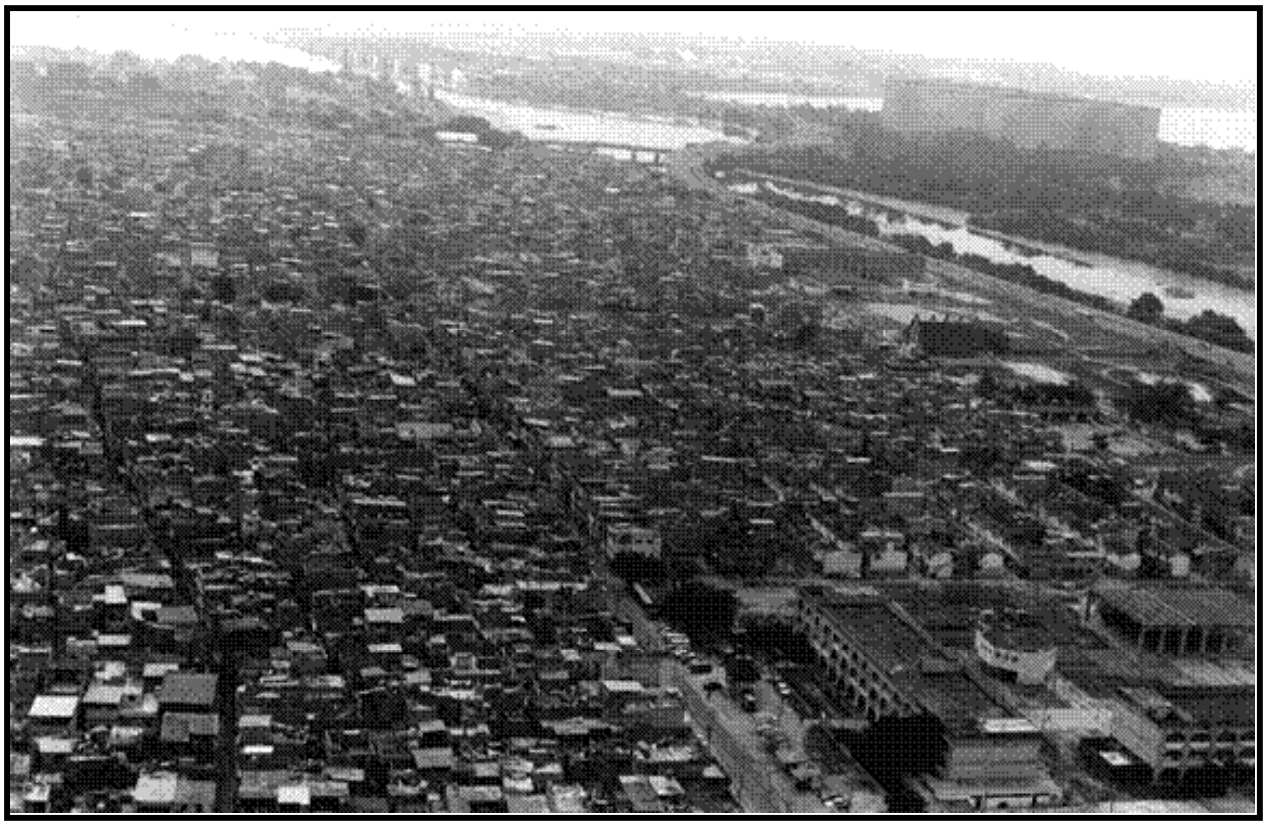
Notas:

1 - Estão aqui retratadas as legislações que determinam atualmente os limites dos Bairros, Regiões administrativas e Áreas de Planejamento
Retratamos esta realidade a partir do Decreto No 5280 de 23 de agosto de 1985, considerando suas alterações até a Lei No 3852 de 23 de novembro de 2004
2 - Ver também em www.armazemdedados.rio.rj.gov.br texto "Breve relato sobre a Formação das Divisões Administrativas na Cidade do Rio de Janeiro - 1961 a 2006

Legenda

Estrutura Administrativa que teve alteração de limite ou de organização interna

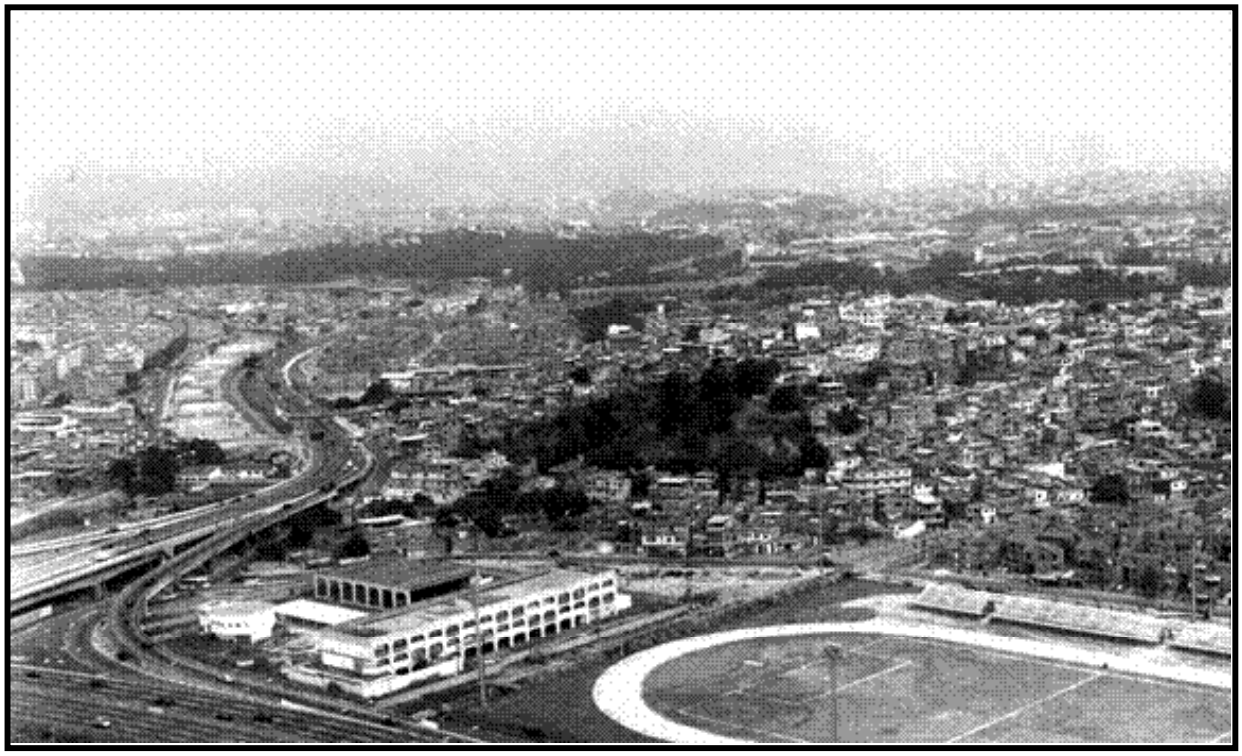
ANEXO B – Algumas Imagens da Maré



Tomada aérea da rua Principal (centro do quadro), nas comunidades Parque Maré e Nova Holanda. No canto superior direito encontramos a Linha Vermelha, acompanhando as comunidades até atravessar para Ilha do Fundão, onde avistamos a UFRJ, e logo em seguida, ao fundo, o Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim, na Ilha do Governador

Fonte: Wellen Lyrio / Observatório da Maré.

ANEXO B – Algumas Imagens da Maré (Continuação)



Vista aérea da Maré, em 2001. No canto inferior esquerdo tem-se o entroncamento da Linha Vermelha com a Linha Amarela (em profundidade). No inferior direito temos parte da Vila Olímpica e do conjunto Nova Maré, construídos nas áreas de aterros que erradicaram as palafitas da Baixa do Sapateiro e do Parque Maré. No centro da foto, podemos perceber o Morro do Timbau e à esquerda da Linha Amarela os conjuntos e vilas habitacionais construídos na época do Projeto-Rio.

Fonte: Wellen Lyrio / Observatório da Maré.

ANEXO B – Algumas Imagens da Maré (Continuação)

Vista aérea das comunidades Baixa do Sapateiro e Parque Maré, em 2001. Logo abaixo da garagem de ônibus encontra-se a rua Ivanildo Alves, que divide as duas comunidades e os territórios de domínio das facções rivais do tráfico de drogas.

Fonte: Wellen Lyrio / Observatório da Maré.

ANEXO C – Principais represent(ações) sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro

Representação	Bases de sustentação	Principais reflexos
Homogeneizadora	Trata-se de uma visão homogênea sobre a realidade das favelas e outros espaços populares. Em geral, esses espaços são considerados iguais, sem distinção das condições de renda, de práticas sociais e culturais ou de condições físicas; Um exemplo disso é dizer que as favelas são "comunidades de baixa renda", não levando em conta outras variáveis e reforçando assim as idéias de ausência e de carência.	Dificuldade da população das favelas superarem os estigmas por conta dos inúmeros estereótipos construídos em torno dos espaços populares; Ações de entidades ou do Poder Público que não levam em conta a diversidade, caindo em equívocos de primeira ordem, como o não entendimento das reais necessidades e contingências de cada território favelado.
Ausência / Carência	As favelas são tomadas como lugares sem serviços e equipamentos urbanos. Em geral, as carências são consideradas sob o ponto de vista de uma determinada referência de classe (*sociocentrismo*); Os moradores são considerados "população de baixa renda" e incapazes de por si só resolverem seus problemas; Este discurso sustenta uma série de práticas de cunho assistencialista, que são instrumentos de políticas clientelistas.	Desconsideração das condições subjetivas da organização popular e de suas territorialidades por conta de práticas assistencialistas, clientelistas e paternalistas; Projetos e programas pouco eficientes, voltados para a inserção social através do treinamento para a ocupação em postos de trabalho pouco qualificados ou subalternos; Políticas públicas equivocadas, não levando em conta as práticas sócio-espaciais dos moradores e suas demandas reais e efetivas.
Criminalizante	Os espaços populares, especialmente, as favelas, são tomados como lugares da violência, onde se formam criminosos. O que sustenta as ações de controle, vigilância e repressão das intervenções policiais.	**Discriminação do morador da favela, que é visto como marginal, um criminoso em potencial;** Ações policiais desrespeitosas e violentas, já que os moradores não são considerados cidadãos, mas *suspeitos;* Projetos e programas equivocados e generalizantes, voltados para a ocupação da ociosidade como forma de se "escapar do mundo do crime".
Higienista	As favelas são vistas como ambientes insalubres, propícios à proliferação de doenças, e os moradores são considerados sujos, sem noções de higiene, carecendo de hábitos civilizados; O discurso da higiene também é policiador. A prática de uma *medicina urbana*, como apresenta Foucault, é um exemplo de como a questão da saúde pode ser utilizada para controlar os indivíduos.	Típico do início do século XX, esse discurso sustenta ações de cunho sanitário como as intervenções urbanísticas, mas também, o desejo e a prática remocionista, uma vez que as favelas são tomadas, do ponto de vista estético e higiênico como prejudiciais à cidade; Para além do objetivo remocionista, é também uma das grandes fontes de ação de políticas assistencialistas e clientelistas.
Preservacionista	Insere-se no debate sobre meio ambiente, especialmente no que se refere a sua problemática nos grandes centros urbanos; Constitui uma visão limitada da questão ambiental, uma vez que considera apenas a dimensão natural.	Tem sustentado uma série de intervenções do poder público, dentre as quais, a contenção da expansão horizontal das favelas, com o seu cercamento, e a remoção de casas construídas em áreas de preservação ambiental; Acaba por corroborar com um ou outro discurso anteriormente apresentado ao não inserir a questão social no discurso ambiental.

Fonte: Observatório de Favelas, 2003.